



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
ENGENHARIA

Edifícios com Valor Patrimonial
Proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha
na Quinta dos Buxeiros

Ana Sofia Gomes Pereira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Inês Daniel de Campos
Co-orientador: Prof. Doutor Amílcar de Gil e Pires

Covilhã, junho de 2017

Nota: A presente dissertação encontra-se escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Agradecimentos

Durante a execução deste trabalho, o caminho percorrido foi longo e envolveu o apoio imprescindível de algumas pessoas e Instituições. Como tal aqui deixo o meu reconhecimento e gratidão a todos eles. O desenvolvimento de uma investigação pressupõe várias etapas e os seus contributos constituíram-se elementares para a sua conclusão.

À Professora Doutora Inês Daniel de Campos e ao Professor Doutor Amílcar de Gil e Pires agradeço o excecional acompanhamento e orientação científica que me prestaram durante o desenvolvimento desta dissertação. Foram as minhas principais fontes de inspiração e de motivação e também, como seres humanos, deixam marca indelével na minha vida pessoal e académica.

Agradeço especialmente à proprietária da Quinta dos Buxeiros, que gentilmente abriu as suas portas para que fosse possível demonstrar os exemplos presentes nesta dissertação.

Um agradecimento a todos os que se mostraram disponíveis para responder aos questionários. Um agradecimento especial à Dona Susana Monteiro pela simpatia e disponibilidade em mostrar-me o solar da família Pessanha e acompanhar todo o processo de levantamento do edifício.

Aos meus pais e ao meu irmão pela disponibilidade para discussão de ideias, pelas sugestões e comentários que muito contribuíram para enriquecer esta tese. Ao meu namorado pela paciência, pelo incentivo e pelo apoio.

Por último, agradeço ainda aos meus amigos e colegas de dissertação de mestrado pela criativa troca de ideias e pelos seus incentivos contantes, em particular a Anabela Santos, a Daniela Santos e a Ana Raquel Marques por todo o apoio.

A todos um enorme obrigada!

Resumo

O conceito "património cultural", nos últimos anos, passou a ser valorizado mundialmente fazendo com que adquirisse uma importância significativa. O Património passou de um discurso patrimonial onde se referia aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos importantes de uma civilização, avançando para uma conceção de património entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

As alterações no entendimento deste conceito incitam-nos a refletir acerca dos caminhos trilhados nesse processo, de forma a estabelecer relações entre as transformações a respeito do que se entende por cultura e as modificações na categoria do património.

Num mundo globalizado como o atual, o património desempenha um papel cada vez mais importante na vida de uma comunidade, uma vez que o passado e as suas características identitárias são o que mais faz distinguir as comunidades entre si.

Será a partir da sua preservação e aproveitamento que se poderá construir e desenvolver uma comunidade com a natural emergência de um sentimento de vínculo, só possibilitado pela existência e preservação coletiva de um determinado património.

Assim, esta dissertação visa a identificação dos recursos patrimoniais com interesse turístico, a promoção da sua preservação e a ilação de que o valor patrimonial pode ser utilizado como estratégia de desenvolvimento local. Destacando-se o interesse patrimonial das Quintas de Recreio e Solares de Portugal, identificados como um dos maiores pilares para o conhecimento histórico, cultural e paisagístico do nosso país.

Ao longo deste trabalho, são analisados os conceitos fundamentais utilizados para a compreensão do espaço em investigação: património, desenvolvimento local, turismo e reabilitação.

Por fim, com o objetivo da compreensão do ato de projetar em perfeita sintonia com o Lugar, físico e cultural, da Quintas dos Buxeiros, localizada em Viseu, é apresentada uma proposta de reabilitação, afirmando este espaço como produto turístico da região.

Palavras-chave

Património; Quinta; Solar; Reabilitação; Turismo Rural.

Abstract

The concept of "cultural heritage" in recent years has come to be valued worldwide and has made it significant. The Heritage passed from a patrimonial discourse where referees the great artistic monuments of the past, interpreted as important facts of a civilization, advancing towards a conception of heritage understood as the set of cultural goods, referring to collective identities. In this way, multiple landscapes, architectures, traditions, gastronomy, expressions of art, documents and archaeological sites are now recognized and valued by communities and governmental organizations in the local, state, national or international sphere.

The changes in the understanding of the concept incite us to reflect on the paths taken in this process, to establish relations between the transformations regarding what is meant by culture and the changes in the category of heritage.

In a globalized world such as the present, heritage plays an increasingly important role in the life of a community, since the past and its identity characteristics are the most distinguishable between communities.

It will be from its preservation and use that it will be possible to build and develop a community with the natural emergence of a feeling of bond, only made possible by the existence and collective preservation of a certain heritage.

Thus, this dissertation aims at the identification of patrimonial resources with tourist interest, the promotion of its preservation and the illation that the patrimonial value can be used as a local development strategy. Particularly noteworthy is the heritage interest of *Quintas de Recreio and Solares de Portugal*, identified as one of the major pillars for the historical, cultural and landscape knowledge of our country.

Throughout this work, the fundamental concepts used to understand the research space are analyzed: heritage, local development, tourism and rehabilitation.

Finally, with the objective of understanding the project of designing in perfect harmony with the physical and cultural place of *Quintas dos Buxeiros*, located in Viseu, a proposal of rehabilitation is presented, affirming this space as a tourist product of the region.

Keywords

Patrimony; Farm; Solar; Rehabilitation; Rural Tourism.

Índice

Capítulo I	16
1. Introdução	16
1.1. Justificação da Proposta	17
1.2. Objetivos	17
1.3. Metodologia	18
1.4. Estrutura.....	19
Capítulo II	20
2. Edifícios com Valor Patrimonial.....	20
2.1. Evolução do Conceito de Património	20
2.2. Edifícios com Valor Patrimonial e o Desenvolvimento Local	22
2.3. A Degradação do Património	24
2.4. Conceito de Restauro.....	26
2.5. As Cartas, Convenções, Resoluções e Recomendações, Nacionais e Internacionais, para a Proteção do Património Arquitetónico	28
Capítulo III	32
3. As Quintas de Recreio e Solares de Portugal	32
3.1. Evolução Histórica	35
3.2. Estrutura Formal e Espacial	38
3.2.1. A Casa/Residência do Proprietário	39
3.2.1.1. Pátio de Entrada (Pátio de Honra)	39
3.2.1.2. Sala de Entrada (Casa de Fora).....	40
3.2.1.3. Corredor	41
3.2.1.4. Casa de Jantar.....	41
3.2.1.5. Cozinha	41
3.2.1.6. Capela.....	42
3.2.2. Os Jardins e Áreas de Produção Agrícola	43
3.2.2.1. Jardim Formal	45
3.2.2.2. Pomar e Horta	46
3.2.2.3. A Mata.....	47
Capítulo IV	48
4. Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros	48
4.1. Enquadramento Físico e Humano	48
4.1.1. A Cidade de Viseu	50
4.1.1.1. A Localidade de Figueiró	53
4.2. O Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros	54
4.2.1. Heráldica da Família Pessanha no Solar na Quinta dos Buxeiros.....	57
4.2.2. Estrutura Formal e Espacial da Quinta dos Buxeiros	59

4.2.2.1. O Solar	60
4.2.2.2. Os Jardins e Áreas de Produção Agrícola	65
Capítulo V	68
5. Proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros.....	68
5.1. Lugar, Sítio e Contexto - Análise Espacial	68
5.2. Estudo programático	69
5.2.1. Legislação.....	69
5.2.2. Casos de Estudo.....	73
5.2.2.1. Quinta da Comenda.....	73
5.2.2.2. Quinta do Terreiro	74
5.2.2.3. Casa das Torres de Oliveira	75
5.3. Novo Uso: Proposta de Reabilitação - Programa Proposto.....	76
5.4. Proposta Projetual	78
5.4.1. Ideia e Abordagem Temática.....	78
5.4.2. Opções Estratégicas.....	80
5.4.2.1. Relação Interior e Exterior	80
5.4.2.2. Sistemas Estruturais e Construtivos - Empreendimento de Turismo de Habitação	81
5.4.2.2.1. Aspetos Gerais de Construção.....	82
5.4.2.2.2. Aspetos Gerais de Acabamento	87
5.4.2.2. Sistemas Estruturais e Construtivos -Novas Construções.....	88
5.4.3. Apropriação Funcional e Espacial - “Habitar”	90
Capítulo VI	92
6. Conclusões	92
Referências bibliográficas	94
Legislação	98
Webgrafia	98
ANEXOS	100

Lista de Figuras

Figura 1 - Segmento da reabilitação no sector da construção em 2002. Enquadramento internacional.

Fonte: Euroconstruct, 2003.

Figura 2 - Pátio de Entrada da Quinta do Bom Jardim.

Fonte: <http://atouchoflisbon.blogspot.pt/2010/02/quinta-do-bomjardim.html>,
acedido pela última vez a 05-06-2017.

Figura 3 - Cozinha da Quinta de Manique.

Fonte: <http://asmaisbelascasas.blogspot.pt/2012/04/quinta-de-manique.html>,
acedido pela última vez a 05-06-2017.

Figura 4 - Capela da Quinta de Manique.

Fonte: <http://asmaisbelascasas.blogspot.pt/2012/04/quinta-de-manique.html>,
acedido pela última vez a 05-06-2017.

Figura 5 - Jardim Formal da Quinta da Bacalhoa.

Fonte: <http://www.bacalhoa.com/>,
acedido pela última vez a 05-06-2017.

Figura 6 - Vinhas da Quinta da Bacalhoa.

Fonte: <http://www.bacalhoa.com/>,
acedido pela última vez a 05-06-2017.

Figura 7 - Mapa de Portugal com destaque para a cidade de Viseu.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Viseu>,
acedido pela última vez a 07-04-2017.

Figura 8 - Mapa das freguesias do concelho de Viseu, com o centro do concelho assinalado.

Fonte: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/institucional/freguesias/freg-viseu>,
acedido pela última vez a 07-04-2017.

Figura 9 - Planta do octógono da Cava de Viriato e possível acampamento romano.

Fonte: VAZ, João Luís Inês. A Ocupação dos Espaços de Viseu na Época Romana. MÁTHESIS, nº15, Viseu, 2006, p.152.

Figura 10 - Carta Militar de Viseu - freguesia de São Cipriano e Vil de Souto.

Fonte: <http://sig.cmviseu.pt:11111/GeoPortal/Map.aspx?WMID=46>,
acedido pela última vez a 08-04-2017.

Figura 11 - Os primeiros Pessanhas em Viseu - Figueiró.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens. Lisboa, 1981.

Figura 12 - Alçado principal da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de Autoria Própria.

Figura 13 - Brasão da Família Pessanha, na fachada principal do Solar na Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de Autoria Própria.

Figura 14 - Brasão da Família Pessanha, na entrada principal da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de Autoria Própria.

Figura 15 - Brasão da Família Pessanha, numa das entradas secundárias da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de Autoria Própria.

Figura 16 - Brasão da Família Pessanha, na entrada principal da mata da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de Autoria Própria.

Figura 17 - Planta da Quinta dos Buxeiros com assinalação de zonas.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 18 - Planta do piso térreo, primeiro piso e do sótão do Solar da Família Pessanha.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 19 - Planta de Ordenamentos (número 2 de 7) com a área da Quinta dos Buxeiros e a respetiva Mata assinaladas.

Fonte: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/plano-diretor-municipal-de-viseu>, acessido pela última vez a 24-04-2017.

Figura 20 - Planta de Condicionantes (número 3 de 5) com a área da Quinta dos Buxeiros e a respetiva Mata assinaladas.

Fonte: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/plano-diretor-municipal-de-viseu>, acessido pela última vez a 24-04-2017.

Figura 21 - Quinta da Comenda.

Fonte: <http://www.quintadacomenda.net/index.php/pt/>, acessido pela última vez a 26-04-2017.

Figura 22 - Quinta do Terreiro.

Fonte: <http://www.quintadoterreiro.com/pt>, acessido pela última vez a 26-04-2017.

Figura 23 - Casa das Torres de Oliveira.

Fonte: <http://casatorresoliveira.com/quinta-vinhos/>, acessido pela última vez a 26-04-2017.

Figura 24 - Imagem de satélite da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Edição de Autoria Própria.

Figura 25 - Esquços da área de Spa e de Bar.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 26 - Corte do espaço de provas de vinhos com pátio interior

Fonte: Autoria Própria.

Figura 27 - Pormenor de um corte por uma fachada.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 28 - Pormenor da Cobertura.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 29 - Esquema de corte vertical e horizontal de uma parede de fasquio.

Fonte: FLÓRIDO, Flávio Miguel Saraiva. *Tipificação de Soluções de Reabilitação de Paredes de Madeira em Edifícios Antigos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2010.

Figura 30 - Figura 30 - Esquema dos nós da cobertura do espaço de eventos criados por tubos.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 31 - Esquços da área de receção e das aberturas zenitais do piso do Sótão.

Fonte: Autoria Própria.

Figura 32 - Os Primeiros Pessanhas.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. *Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens*. Lisboa, 1981.

Figura 33 - Brasão de Armas da família Pessanha.

Fonte: PESSANHA, José Benedito de Almeida. *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência*. Imprensa Portuguesa. Porto, 1923, p.9.

Figura 34 - Maria das Mercês de Quevedo Pessanha.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens. Lisboa, 1981, p. 59.

Figura 35 - Virgínia Saraiva Quevedo Pessanha e Francisco Pessanha Vilhegas do Casal.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens. Lisboa, 1981, p. 61.

Figura 36 - Embaixador Vasco de Quevedo Pessanha.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens. Lisboa, 1981, p. 62.

Figura 37 - Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha.

Fonte: PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens. Lisboa, 1981, p. 67.

Figura 38 - Entrada principal e entrada de serviço da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 39 - Entrada para as zonas de horta da Quinta.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 40 - Alçado Sul (Alçado Principal) do Solar da Família Pessanha.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 41 - Alçado Norte.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 42 - Alçado Este.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 43 - Alçado Oeste.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 44 - Antigo oratório e antigo viveiro de aves.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 45 - Espaço de arrumo e casas destinadas aos caseiros e outros subordinados.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 46 - Entrada do Jardim de Inverno e Alçado Principal do antigo estábulo.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 47 - Jardim de Inverno da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 48 - Jardim Formal da Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 49 - Jardim voltado para o Alçado Norte com uma pequena estufa.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 50 - Fontes, lagos e poços existentes nos jardins da Quinta, para efeito de ornamento e de rega.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 51 - Caramanchões formados por Glicínias.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 52 - Pérgulas voltadas para os espaços de Cultivo.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 53 - Pequeno Miradouro, presente no muro da entrada de serviço, com caramanchão formado por Glicínias.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 54 - Percurso dos bancos dos namorados com vista para as hortas.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 55 - Percursos pelos jardins a norte do Solar.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 56 - Tanques existentes na zona de hortas, destinados à rega e à ornamentação desta.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 57 - Acessos aos espaços de hortas.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 58 - Percurso das Camélias e percurso entre hortas.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 59 - Espaços destinados a hortas (atualmente em desuso).

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 60 - Linha de água que trespassa os espaços de horta.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Figura 61 - Entrada Principal para a Mata pertencente à Quinta dos Buxeiros.

Fonte: Fotografia de autoria própria.

Lista de Acrónimos

- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;
- ICOM - Conselho Internacional de Museus;
- ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Preservação e Restauro de Bens Culturais;
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;
- IGESPAR IP - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I. P.;
- IMC IP - Instituto dos Museus e Conservação I. P.;
- PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado;
- DRCLVT - Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo;
- GPC - Direção-Geral do Património Cultural;
- RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
- PDM - Plano Diretor Municipal;
- PDMV - Plano Diretor Municipal de Viseu;
- REN - Reserva Ecológica Nacional;
- RAN - Reserva Agrícola Nacional;
- AED - Áreas de Edificação Dispersa;
- AR - Aglomerados Rurais;
- EAE - Espaços de Atividades Económicas;
- UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão;
- UIIP - Unidades de Intervenção Integrada de Planeamento;

Capítulo I

1. Introdução

No contexto de globalização mundial numa interação de conexões entre os diversos povos, verifica-se uma tendência para a “mundialização da cultura”. Assistindo-se, face às tendências de homogeneização cultural, ao resgate do passado, (re)construído pelo presente mediante a “patrimonialização” dos elementos culturais locais (Moreira, 2006), reconhecendo-se o património como a identidade histórica das vivências de um povo. Contribuindo, assim, para manter e preservar a identidade de uma nação, de um grupo étnico, de comunidade religiosa, de tribos, de clãs, de família (Choay, 2006). Assim, identificando o valor do próprio património, o qual não se restringe apenas ao valor cultural e à evocação histórica, este torna-se inclusivamente um fator de desenvolvimento, ao serviço do homem e da sociedade (Mendes, 2005).

Do Património Cultural identificado destacam-se os edifícios antigos, que chegaram aos nossos dias sem intervenções recentes, como marcas da história *“funcionando como caixas de surpresas por desvendar, guardando os usos, as ideias e os processos construtivos da época de construção (...) definem ruas, marcam histórias, guardam vivências e lembram lendas”* (Oliveira e Sousa, 2003). Traduzindo-se muitas das vezes em Solares, Casas Nobres e Quintas de Recreio (Glória, 2015), que, tendo sido edificadas ao longo de largos períodos históricos, contribuem para a reconstituição da identidade histórica, social, material e cultural da nossa sociedade (Choay, 2006).

Estas expressões patrimoniais, caracterizadas pela sua arquitetura, pela sua integração no meio rural, num aglomerado populacional ou perto deste, e pelas relíquias familiares nelas guardadas (Caldas, 1999), constituem um grande atrativo turístico, responsável, muitas das vezes, pelo desenvolvimento económico das regiões onde se inserem (Pérez, 2009).

Contudo, apesar da crescente consciencialização das sociedades para a necessidade de proteção da nossa herança cultural, a maioria das ações de salvaguarda - consubstanciada em políticas, leis, instituições e atividades - (Carvalho, 2007) recaem essencialmente no restauro dos ditos monumentos históricos, entre eles: catedrais, igrejas, castelos, integrados maioritariamente nos centros históricos das cidades, deixando de lado o imenso património habitacional que se encontra cada vez mais envelhecido (Afonso, 2009).

1.1. Justificação da Proposta

Portugal destaca-se pelo seu vasto Património Arquitectónico, contudo é de notar que ao longo dos anos este tem sido esquecido, carecendo de urgentes ações de reabilitação e conservação, de modo a que os mesmos vejam o seu nível de eficiência prolongado no tempo.

Embora atualmente, se constate um crescimento nos esforços dirigidos à reabilitação, basta um simples olhar pelo parque urbano nacional para apurar que essas ações são claramente insuficientes. Verificando-se que grande parte dos edifícios de valor patrimonial são deixados ao abandono e ao vandalismo (Afonso, 2009).

De acordo com estas premissas e devido ao desejo premente da aquisição de um maior conhecimento acerca da realidade que contextualiza e rege os bens culturais com o propósito de salvaguardar o património e de contribuir, através deste, para o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade, a elaboração deste estudo residuiu na análise de um vasto conjunto de elementos.

Contrariando o abandono do Património Arquitectónico, pretende-se complementar a presente dissertação com uma proposta de reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros, dando uma nova vida ao lugar, assegurando a sua memória e o consequente enriquecimento.

Entendendo-se a importância dos edifícios de valor patrimonial para o desenvolvimento turístico do local onde se inserem, com a elaboração da proposta projetual pretende-se propor uma solução para a articulação consistente entre os espaços da Quinta, através da sua reabilitação, apoiada num programa de turismo de habitação.

1.2. Objetivos

Com a elaboração desta dissertação objetiva-se apresentar algumas reflexões a respeito do Património Cultural, dando destaque aos Edifícios com Valor Patrimonial que constituem uma das maiores provas da evolução histórica nacional. Enfatizando-se, a partir daí, a discussão de ordem normativa que envolve as políticas de preservação dos edifícios com valores patrimoniais, de modo a demonstrar a emergência da aplicação de ações de salvaguarda do património habitacional português.

Deste modo, a presente dissertação aspira contribuir para a aquisição de maior conhecimento acerca da importância dos Edifícios com Valor Patrimonial, destacando as Quintas de Recreio e Solares de Portugal como um dos maiores exemplos do património nacional. Uma vez que, estas construções tal como os seus jardins e espaços envolvente formam um testemunho da evolução histórica e de tradições seculares.

Sendo o objetivo primordial, deste trabalho, perceber a importância destas construções para o desenvolvimento rural da região onde se inserem, procurando contrariar o abandono do Património Arquitetónico, a dissertação é complementada com um caso prático de reabilitação de um Solar, localizado na região de Viseu, como projeto de desenvolvimento turístico da região. Apresentando uma análise deste Solar, Quinta dos Buxeiros, da localidade onde se situa e propondo um novo uso a este espaço, pretende-se a valorização do ato de reabilitação patrimonial pela sua carga histórica e pelo seu valor intrínseco.

Tendo por base os objetivos mencionados, nesta proposta projetual, como hipótese de trabalho propõe-se a reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros para empreendimento de turismo de habitação, sob a valorização do conceito de Lugar e promoção do espaço, assegurando a sua memória, o seu carácter e consequentemente o seu enriquecimento.

Uma vez que a Quinta corresponde às tipologias típicas das Quintas de Recreio, nesta proposta pretende-se, ainda, valorizar e revitalizar a identidade e a memória do Lugar, idealizando uma solução para a articulação consciente entre o Solar e o espaço da Quinta transmitindo a consciência da nossa contemporaneidade e respondendo às necessidades atuais.

1.3. Metodologia

O processo de execução passa por diversas fases de recolha, pesquisa e análise do material necessário.

Assim, numa primeira fase de trabalho procede-se à recolha de todo o material teórico - alusivo aos edifícios com valor patrimonial, às Quintas de Recreio e à historicidade da Quinta dos Buxeiros com todo o seu território circundante -e à consulta de livros e registos da autarquia local (câmara municipal de Viseu).

Numa segunda fase avança-se para o desenvolvimento teórico, procedendo-se à análise da documentação recolhida e à redição do documento.

Relativamente ao projeto de execução o processo de abordagem teve início com a recolha de todos os elementos possíveis referentes ao lugar, passando pela elaboração do levantamento fotográfico, pela execução do levantamento arquitetónico, de um mapa de anomalias do local e pela análise da legislação aplicável ao caso de estudo e de outros elementos bibliográficos que oferecessem um complemento teórico às questões da intervenção e reabilitação.

Numa última fase de trabalho procede-se à elaboração da proposta projetual acompanhada com uma componente teórica, contendo a descrição programática e construtiva de toda a intervenção realizada.

1.4. Estrutura

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes, iniciando-se com uma fundamentação teórica que suporta uma fase prática, onde é elaborada uma proposta projetual.

Assim, numa primeira instância é realizada uma abordagem geral acerca da evolução do conceito de Património - para um melhor entendimento do que é atualmente identificado como património -, da importância dos Edifícios de Valor Patrimonial e da sua relação com o desenvolvimento local, da presente degradação vivida por este exemplo patrimonial e da urgência da sua proteção e reabilitação. Partindo-se, portanto, de uma visão global para a identificação das Quintas de Recreio e Solares, no terceiro capítulo, como um dos exemplos mais solenes de Edifícios de Valor Patrimonial, que mais carecem de ações de salvaguarda, encontrando-se, muitos deles, em avançado estado de degradação.

No quarto capítulo identifica-se a Quinta dos Buxeiros como objeto de estudo, procedendo-se à sua análise, deste o seu enquadramento físico e humano à descrição da mesma.

No quinto capítulo, sintetiza-se o levantamento arquitetónico e o resultado do mesmo, abordando a importância dos conceitos de Lugar, de Sítio e de Contexto. No momento de formulação de uma proposta de reabilitação, é analisada toda a legislação, referente ao local e à intervenção pretendida, e alguns casos de estudo de características semelhantes ao pretendido e, com base na pesquisa efetuada, é apresentada a descrição e justificação do programa proposto.

Por fim, são apresentadas, em anexo, todas as peças desenhadas referentes à proposta final, começando pelo levantamento arquitetónico, passando pelas plantas de vermelhos e amarelos e terminando no projeto de execução.

Capítulo II

2. Edifícios com Valor Patrimonial

2.1. Evolução do Conceito de Património

Com origem do latim “patrimoniū” e sendo sinónimo de herança paterna, bens de família, bens necessários para ordenar um eclesiástico, dote dos ordinandos e propriedade, o conceito de património surge, desta forma, como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras (Moreira, 2006).

Segundo Pérez (2009) o “património” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais e outros. Tendo como objetivo garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras. Neste sentido, tem-se em conta que o património, enquanto legado, pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração a outra.

“Situar o património histórico construído no núcleo de uma reflexão sobre as sociedades atuais, e tentar, por consequência, avaliar os motivos alegados, reconhecido, implícita ou ignorada, em que se fundamentam hoje em dia os comportamentos patrimoniais é um projeto que não pode prescindir de um retorno às origens. A pesquisa arqueológica deve voltar-se para a segunda metade do século XIX, que marca a entrada para o monumento histórico nos dicionários; o ano de 1830, quando Guizot consagra o uso com a criação do primeiro “inspetor de monumentos históricos”; e o ano de 1790; data provável da primeira aparição do prazo para a obra de L. A. Millin. Há que cavar por baixo dos estratos da idade clássica -em que o conceito de monumento histórico é prefigurado em antiguidades- para alcançar a grande revolução cultural do Quattrocento, momento em que nasce o projeto, até então impensável de estudar e preservar um edifício pela simples razão de que é um testemunho da história e uma obra de arte. Na fronteira dos dois mundos, Alberti que exalta arquitetura que pode, simultaneamente, reavivar o nosso passado, garantir a glória do arquiteto-artista e confirmar o testemunho dos historiadores.” (Choay, 2006, p.76)

Tal como se verifica no excerto anterior, o entendimento do conceito de património foi alvo de algumas alterações no decorrer dos séculos. Tendo surgindo, segundo Ballart, “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de

objetos” (Ballart, 1997, p.17), no século XIX, o conceito de património passou a ser definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico, sendo que até 1830, o património era percebido como os “Restos da Antiguidade” (Choay, 2006), com três tipologias específicas: os Castelos, os edifícios da Idade Média, e as Catedrais, do Tempo Gótico. A riqueza e o grandioso eram os elementos considerados para a definição do património e para o seu enquadramento nas classes altas, que aclamavam pelo poder.

É no decorrer do século XIX que uma boa parte do que consideramos hoje como sendo património começou a ser assim identificado, e conseqüentemente protegido e valorizado, em resposta, muitas vezes, ao interesse dos românticos relativamente à busca das origens remotas do povo e da definição do seu “espírito”, da sua essência cultural (Durand, 2006).

No século XX, a abordagem do Património Histórico adquiriu, ainda, outras características. O monumento histórico passou a ser analisado levando-se em conta a integração com o seu entorno: começando a polémica sobre monumentos percebidos isoladamente ou considerados no contexto do conjunto ambiental, a ideia de isolar ou destacar um monumento passa a ser percebida como uma mutilação, o entorno é visto como numa relação essencial com a edificação, os antigos conjuntos arquitetónicos deveriam ser revitalizados tecnologicamente e as demolições estariam limitadas a intervenções aleatórias, enquanto os acréscimos nas construções deveriam ser respeitados e seria observada ainda a adoção de usos compatíveis (Meniconi, 1999).

Em suma, verifica-se que o Património é um conceito dinâmico e eminentemente histórico, pelo que a sua designação tem variado ao longo dos tempos. Como nota D. Poulot:

“Longe de se resumir a uma transmissão pura e simples, o sentido do património inscreve-se, em cada momento, num contexto de interpretação. Assim, ele testemunha, através da sua defesa [...], a evolução das mentalidades e das culturas.”
(Poulot, 1997, p.36)

Esse alargamento da noção de património como conceito reflete-se nos temas e nos conceitos abordados pelas normas internacionais, até alcançar, segundo Choay (2006) uma tripla extensão: tipológica - uma vez que o património já não é só monumental, incluindo outros tipos de património -, cronológica - pois as barreiras temporais esbateram-se, aumentando o campo cronológico do que pode vir a ser considerado património - e geográfica - dada a abrangência internacional não só dos valores como das orientações políticas quanto à preservação (Gonçalves, 2001).

Contudo, sendo consensual, desta ampliação do conceito de património, deve ser salientada a sua superficialidade, vivendo-se uma situação onde “tudo” é património. Sendo que, sem grandes custos, se poderão satisfazer diversas atitudes nacionalistas ou regionalistas para

apreensão do património, inclusivamente, se se incorporar a componente ambiental, ou uma sensibilidade ecológica, o património surge como um contraponto razoável às ameaças e incertezas do futuro (Guillaume, 2003).

Não obstante, no domínio cultural, o património pode ser considerado como um elemento intrínseco da cultura, mais exatamente a parte da cultura que é transmitida de uma geração para a seguinte. Deste modo, o património constitui a componente da cultura que é proveniente do passado, permitindo-nos afirmar que a identidade de uma sociedade é em grande medida baseada no seu património. Por esta razão muitas sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento o têm valorizado cada vez mais (Coccosis / Nijikamp, 1995).

O conceito de património cultural surge na aurora da Revolução Industrial, no final do século XVIII, instituidora de uma nova ordem política, jurídica, social e económica, que consolida o conceito de nação e de nacionalidade e reconhece os direitos fundamentais do homem (Torelly, 2012).

Simultaneamente, a herança cultural contribui para uma certa estabilidade, permanência e continuidade dos pertences culturais que permitem estabelecer uma simbologia entre o passado, o presente e o futuro. Contudo o património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja transmitir às gerações futuras. Sendo de notar, uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural e uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado.

No entanto, as passagens de testemunhos “(...) *abstraem da sua relevância, tendo em conta a preservação e a salvaguarda dos “pedaços de História”, para o futuro, que ao longo do tempo foram adquirindo diferentes categorias de valores, mediante a definição e a consideração do que realmente seria valioso no enquadramento do conceito de património, em diversas épocas*” (Moreira, 2006).

2.2. Edifícios com Valor Patrimonial e o Desenvolvimento Local

Pelas diversas conquistas, reconquistas e abandonos dos territórios europeus ao longo dos séculos, os edifícios, em ruínas ou não, foram sendo “notados” pelos poderes (eclesiásticos, feudais e políticos) ou por individualidades (intelectuais, artistas, antiquários e, mais tarde, arquitetos e urbanistas). Tendo, desde cedo, sido tomados como portadores de uma história sobre os povos e as regiões. Uma vez que, como atributo coletivo, os edifícios com valor patrimonial são considerados como elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, na própria materialização da identidade de uma sociedade (Choay, 1992).

Assim sendo, é de notar que, os conjuntos antigos de edifícios ditos património traduzem a história das cidades e dos seus habitantes. Podendo mostrar hoje como foi a evolução da humanidade e como os edifícios se foram adaptando continuamente, e com sucesso, a diferentes formas de viver. Entendendo-se os edifícios como suporte físico de diversos movimentos estéticos, da arquitetura e da arte, que ao longo do tempo representaram um testemunho vivo da relação entre o homem e a arte, é fundamental contribuir para a sua valorização e, essencialmente, para a preservação da sua autenticidade (Appleton, 2003).

A consciencialização desta premente necessidade de preservação levou a que as ações de salvaguarda do património se expandissem pelo mundo, contudo essa valorização do passado edificado, sob a forma de edifícios e construções do mais diverso tipo, nem sempre é considerada sinónimo de proteção, tal como se traduz na seguinte citação:

“Finalmente, a atitude contraditória dos papas e da sua corte é ditada sobretudo por políticas económicas e técnicas ligadas à necessidade de embelezar e de modernizar a cidade e de a tornar numa grande capital secular. A urgência da acção exige materiais de construção, de que não se dispõe em quantidades suficientes, e espaços livres para se realizar os seus programas e rivalizar com a obra da Antiguidade. Tal como mais tarde, no contexto da modernização do classicismo, ou ainda na sequência da venda dos bens nacionais iniciada em França com a Revolução, ou mesmo como ainda hoje diante dos nossos olhos e pelas mesmas razões, os empreendedores e os promotores dos trabalhos são, muitas vezes, os executantes das rasteiras obras de destruição.”
(Choay, 2006, p.58)

Desta forma, remete-se para a importância da elaboração de ações de preservação conscientes que permitam a realização da conservação do património construído, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados (Carta de Cracóvia, 2000).

Em suma, verifica-se que o estudo dos edifícios com valor patrimonial apresenta um interesse crescente, dada a evidente importância que tem vindo a ser atribuída à conservação do património construído, entendido de forma muito mais geral do que a simples visão conservacionista de monumentos e edifícios públicos de grande importância. Aceitando-se hoje, cada vez com mais clareza, que esse património engloba não só os edifícios monumentais, mas também os edifícios habitacionais, industriais e comerciais que, isoladamente ou, em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que o que sucede com os monumentos individualizados que, por vezes, não são mais do que expressões individuais de eventos singulares de uma época. Contudo estes edifícios nem sempre foram reconhecidos, sendo que, até há bem pouco tempo, a atenção de investigadores, arquitetos, engenheiros,

historiadores e arqueólogos, entre outros, recaía especialmente para os edifícios classificados como monumentos (Appleton, 2003).

Deste modo, é importante referir que além do critério estético é necessário invocar também outros fatores de grande relevância, nomeadamente o valor histórico, documental e identitário do edifício, a sua função como “lugar de memória” e como elemento útil à comunidade que dele deverá usufruir.

Com efeito, o património arquitetónico tal como o património cultural, de um modo geral, além do respetivo valor histórico e cultural, tem igualmente valor económico e valor de uso (Mendes, 2005). O que originou que para além do debate sobre o património ser considerado como uma discussão entre valores e ser, ainda, considerado como um debate sobre o futuro da sociedade e dos grupos humanos, o debate sobre o património cultural ocupa um papel de primeira ordem nos planos e programas de desenvolvimento de comarcas rurais deprimidas e nos planos e programas de recuperação de espaços urbanos. Sendo que uma das primeiras vezes em que se falou desta questão foi na Mesa Redonda sobre Museologia, celebrada no Chile no ano de 1972. Nela reconhece-se a inter-relação entre património cultural e desenvolvimento económico e social, mas também entre património cultural, educação e democratização (Pérez, 2009), expondo-se o património como promotor do desenvolvimento do local onde se insere e do crescente interesse turístico dessa região. Deste modo, assume-se o turismo como um “passaporte para o desenvolvimento”, sendo já considerado como a indústria do século XXI por excelência (Mendes, 2005).

2.3. A Degradação do Património

Os monumentos sofrem as consequências das condições atmosféricas e dos diferentes usos sociais que as gerações lhe atribuem ao longo dos tempos (Appleton, 2003). Neste sentido, a perceção da degradação do património e da importância de preservar os testemunhos do passado levam, desde cedo, à criação de políticas de valorização e de preservação do património - que se traduzem através de programas, mais ou menos pacíficos, de intervenção política à escala mundial, não só no que diz respeito à defesa da memória coletiva, como à própria salvaguarda do bem-estar e do direito à cultura da fruição (Alho e Cabrita, 1988).

Todavia, apesar das políticas patrimoniais terem evoluído de forma significativa, devido à crescente consciência da importância da preservação dos valores patrimoniais ou ambientais (Coelho, 1997), constata-se que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos e alteração ou de destruição (UNESCO, 1972).

De acordo com Choay (2006), a reabilitação edifícios antigos significa preservar uma grande parte dos elementos construídos, reduzindo a quantidade de demolições necessárias e das correspondentes reconstruções. Contudo, este processo deverá ser consciente, tendo por fim a preservação dos valores históricos dos monumentos, impedindo a passagem de reabilitação para destruição da identidade do monumento.

“A consagração do monumento histórico não mereceria o seu nome se se limitasse ao reconhecimento de novos conteúdos e valores. (...) a mutação que transforma simultaneamente os modos de vida e a organização espacial das sociedades europeias torna obsoletos os tecidos urbanos antigos. Os monumentos que aí se inserem aparecem de repente como obstáculos e entraves a derrubar ou a destruir para dar um lugar limpo ao novo modo de urbanização, ao seu sistema e às suas escalas viárias e parcelares. Para além disso, a manutenção dos edifícios antigos é cada vez mais negligenciada e o seu restauro já não obedece a conhecimentos regulamentados. É-se assim confrontado com dois tipos de vandalismo, que foram, na época, designados em França e em Inglaterra pelos mesmos adjetivos: destruidor e restaurador.” (Choay, 2006, p.150)

Neste sentido, considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem de património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo, verifica-se que a proteção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar (UNESCO, 1972). Verifica-se, ainda, que a maior parte das ações de recuperação recaem sobre os monumentos histórico, localizados nas zonas históricas das cidades, deixando muitas das vezes de parte o património habitacional.

A conservação do património edificado constitui, assim, uma preocupação crescente da sociedade portuguesa, sendo identificada, em diversos programas (em todos os programas partidários, nos programas de governo, nos programas regionais e municipais, entre outros) como uma inquestionável prioridade e componente indispensável da política de desenvolvimento económico sustentável de Portugal, da política das cidades e da política de habitação (Afonso, 2009).

Não obstante, contata-se, de acordo com o gráfico seguinte, referente a uma análise efetuada pelo Euroconstruct¹, que Portugal tem ficado aquém do observado a nível europeu na questão da evolução da reabilitação de edifícios.

¹ Rede Europeia de dezanove Institutos vocacionados para a análise do setor da Construção, criada em 1975, conta com a cooperação da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda,

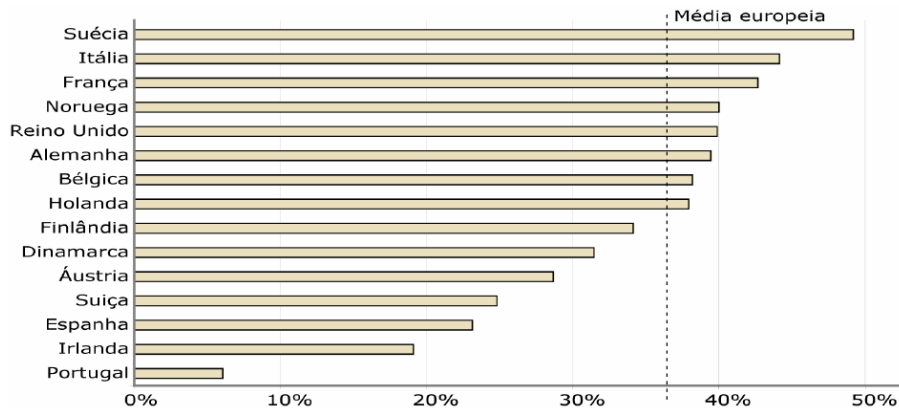


Figura 1 - Segmento da reabilitação no sector da construção em 2002. Enquadramento internacional.

Nesta perspetiva, é de notar que, no sentido de acompanhar a tendência europeia, nos últimos anos se tem dado maior destaque ao sector de reabilitação de edifícios. Contudo, apesar de atualmente Portugal caminhar para a sua salvaguarda, os esforços promovidos continuam a ser insuficientes face ao crescente património em estado de degradação (Afonso, 2009).

2.4. Conceito de Restauro

Em geral, entende-se por restauro qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana, constituindo o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na dupla polaridade estético-histórica, tendo em vista a sua transmissão ao futuro (Brandi, 2004).

O restauro é uma palavra com várias definições e práticas, mutável ao longo dos tempos e que possui hoje uma definição clara na Carta de Cracóvia que o caracteriza-se como *“uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade”* (Carta de Cracóvia, 2000), contudo a aplicação prática deste conceito não é simples. Tal como houve ao longo dos séculos uma evolução e alterações nos estilos usados na arquitetura, com aplicação de novos materiais, novas técnicas de construção e fundamentalmente novas correntes artísticas e arquitetónicas, o restauro também sofreu mutações (Luso et al, 2004).

Antes do século XVIII, o restauro dos monumentos tinha sobretudo um carácter prático e contingente, sendo ditado pelo interesse que o monumento representava e tinha em vista reparações e modificações introduzidas nos edifícios, conseqüentes de novas exigências de utilização. Todavia, era de notar a falta de consciência sobre o monumento enquanto obra de

Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, República Checa, Hungria, Polónia e República Eslovaca.

arte. Durante a Idade Média e até ao Renascimento, continuaram-se a praticar apenas transformações sobre as obras do passado, novas adaptações e reconstruções mais ou menos radicais (Araújo, 2003).

Segundo Choay (2006), a Itália foi a primeira nação a pensar na proteção dos monumentos, sendo que no século XIV o italiano Francisco Petrarca destaca-se como uma das primeiras vozes autorizadas que se levantou contra o estado de abandono dos velhos monumentos (Araújo, 2003). Contudo, os princípios e as instituições de conservação acabam por se consolidar em França, no século XIX, motivados pelas ideias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa. Surgindo, assim, uma visão idealizada dos monumentos históricos apoiada jurídica e institucionalmente pela primeira vez (Grammont, 2006).

Em meados do século XX foram feitas novas proposições no campo da restauração, que surgiram também em consequência das destruições da 2ª Guerra Mundial, chegando-se a falar numa obsessão das sociedades modernas pela conservação e pelo passado. Sendo que, numa luta contra a perda da memória, se atribuíram valores, usos e significações novas a objetos do passado (Guillaume, 2003). Contudo, no século XIX, o conceito de restauro é alvo de distintas opiniões (Durand, 2006).

Segundo John Ruskin o restauro não é mais do que a pior forma de destruição, afirmando que *"Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia e de sua cultura pelos seus destroços do que pela poesia e pela história. Deve-se fazer história com a arquitetura de uma época e depois conservá-la. (...) a maior glória de um edifício não depende da sua pedra ou de seu ouro, mas sim, do fato de estar relacionada com a sensação profunda de expressão. Uma expressão não se reproduz, pois as ideias são inúmeras e diferentes os homens; segundo os objetos de diferentes estudos, chegar-se-ia a inúmeras conclusões. A restauração é a destruição do edifício, é como tentar ressuscitar os mortos. É melhor manter uma ruína do que restaurá-la."* (Ruskin, 1849, p.50).

Contrariamente Viollet-le-Duc referia-se ao que hoje conhecemos como "restauração estilística" como um processo que, baseado na unidade formal e estilística das edificações, procurando criar um modelo idealizado na "pureza" de seu estilo. Destacando-se como um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico, Viollet-le-Duc *"procurava entender a lógica da concepção do projeto [...] Não se contentava unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procurava fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto."* (Viollet-le-Duc, 2000, p.18).

Em suma, constata-se que a partir de finais do século XVIII a preservação vai-se sistematizando, assumindo, de forma gradativa, uma maior autonomia e consolida-se como campo disciplinar autónomo, principalmente a partir do século XX (Moreira, 2006).

No entanto, noções que floresceram, isolada e esporadicamente, a partir do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII (Moreira, 2006), foram posteriormente conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como um meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspetos conservativos e de mínima intervenção; a noção de rutura entre passado e presente. Assim, a preservação de monumentos históricos assume um significado essencialmente cultural, entendido como pautado nos valores formais, históricos, simbólicos e memoriais, em contraposição às ações de cunho prático (Araújo, 2003).

Deste modo precisa-se que na transposição do século XIX para o XX, a tendência dos Estados seja a de nacionalizar os mais singulares testemunhos monumentais, artísticos e culturais (Almeida, 1993) e que é também a partir desta época que datam a maior parte das legislações de proteção dos monumentos na Europa (Alho e Cabrita, 1988). Sendo, atualmente, a reabilitação de edifícios considerada uma tarefa da maior importância em todo o mundo devido à preservação de valores culturais, à proteção ambiental e às vantagens económicas da reabilitação do património. E exatamente como pouca gente se atrevia há um século atrás a criticar a ideologia nacionalista, tornou-se hoje impensável afirmar que o património não deve ser ativamente preservado (Durand, 2006).

2.5. As Cartas, Convenções, Resoluções e Recomendações, Nacionais e Internacionais, para a Proteção do Património Arquitetónico

Em matéria de salvaguarda e valorização do património cultural as últimas décadas do século XX foram marcadas por um conjunto relevante de preocupações patrimoniais que cruzam as escalas nacional e internacional (Carvalho, 2007).

Em contexto internacional, o século XX é marcado pela crescente preocupação com a preservação do património. Sendo que, em 1931, a Europa une-se em prol da conservação e do restauro adequado, através da Conferência Europeia, em que surge a “Carta de Atenas” - que reúne uma série de pressupostos para que a defesa do património edificado se conserve, nas melhores condições para a posterioridade - e em 1964 surge a “Carta de Veneza” - como um documento impulsionador da ação de preservação e restauro do património (Moreira, 2006).

Este século conta, ainda, com o forte contributo de instituições como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é conhecida como a organização “intelectual” das Nações Unidas, com origem em 1945, Londres), o ICOM (Conselho Internacional de Museus, organização não-governamental com origem em 1946), o Conselho da Europa (organização intergovernamental de âmbito europeu, fundada em 1949), a Convenção de Haia (destinada à Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito, criada em 1954 sob o patrocínio da UNESCO), o ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Preservação e Restauro de Bens Culturais, organização intergovernamental criada em 1956), o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organização não-governamental, criada em 1965), a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (datada de 1969 e a que Portugal aderiu em 1982), a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural (compromisso internacional criado na décima sétima sessão da Conferência Geral da Unesco em 1972, Paris), a Carta Europeia do Património Arquitetónico (criada em 1975, Amsterdão), a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (elaborada em 1985, Granada, à qual Portugal adere em 1991) e a Carta da Villa Vigoni (sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos, criada em 1994), que se caracterizam como as mais relevantes (Carvalho, 2007).

No início do século XXI, no ano 2000, surge a Carta de Cracóvia, fundamentada pelas cartas antecessoras. A Carta de Cracóvia, com o principal objetivo a conservação do património arquitetónico, urbano e paisagístico, vem mencionar que cada comunidade é responsável pela salvaguarda dos seus valores culturais, do seu passado, pela gestão e identificação do seu património. Esta carta vem ainda retificar alguns conceitos, entre os quais o conceito de Património, que é apresentado como *”o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica (...)”*, de Monumento, que se traduz como *“uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória (...)”*, de Autenticidade, apresentada como *“o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”*, de Identidade, que se entende *“como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado”*, de Conservação, que se traduz como um *“conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos (...)”*, de Projeto de restauro, apresentado como *“projeto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso”*, e o conceito de restauro, anteriormente referido (Carta de Cracóvia, 2000).

Em suma, pode-se afirmar que a normativa internacional sobre o património cultural é hoje demarcada em quatro grandes domínios: as convenções (aprovadas pelos Estados signatários, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos); as recomendações (princípios destinados a orientar as políticas de cada Estado, mas sem carácter vinculativo); as

resoluções do Conselho da Europa (não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adoção de recomendações e de convenções); e os restantes atos, como cartas, orientações, princípios, conclusões de eventos e declarações que, por sua vez, definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria (Carvalho Tomás, 2008).

Relativamente à questão sobre a proteção e valorização do património, a UNESCO, destaca-se das outras instituições devido à sua abrangência de áreas de atuação, aos seus documentos percussores na defesa patrimonial, às suas políticas atuais capazes de abordar as dimensões sociais, ambientais e económicas do desenvolvimento sustentável e essencialmente pelo seu prestígio inerente à inscrição de bens na Lista de Património Mundial (UNESCO, 1972).

Em escala nacional, as primeiras ações de enquadramento legal para a conservação do património surgem no século XVIII, quando, em 1720, no Reinado de D. João V, a Academia Real da História assume a tarefa de “providenciar sobre a conservação dos monumentos”, seguindo-se o primeiro enquadramento legal, com âmbito de intervenção na área do património, como foi o caso do Alvará de 20 de agosto de 1721 (Moreira, 2006). Contudo, só a partir da década de 70 é que as questões sobre a reabilitação começaram a ter algum destaque. Sendo que, até ao final do século XX, Portugal teve como principal referência normativa a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de julho), que reflete a importância da classificação dos bens imóveis no sentido de distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e fruição pela comunidade, conferindo-lhe uma proteção legal e um estatuto privilegiado (Carvalho Tomás, 2008).

Ainda assim, o que Portugal produziu de um ponto de vista legislativo desde o início do século passado, parece poder ser considerado consonante com o que a Europa definiu após o virar dos meados do século. As preocupações com a defesa dos bens culturais que surgem na legislação portuguesa no período da República, depois herdadas pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo e por este usadas com fins de propaganda nacionalista, construíram um corpus legislativo que, se aplicado na íntegra, teria de facto preservado o património nacional, dentro de um quadro que não muito se afastaria do que a legislação europeia permite entrever (Moreira, 2006).

A transição do século é contemporânea de um novo regime de proteção e valorização do património cultural português que teve por base a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural - Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que surge em substituição da Lei nº 13/85 (Carvalho Tomás, 2008). A nova lei refere que as suas finalidades, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, são *“incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística”* e que nos termos do novo quadro jurídico, o

património cultural é *“constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”* (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro).

Deste modo, constata-se que, a nova lei do património cultural português se alicerça num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de património cultural, e reflete as principais tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo Estado neste domínio (Carvalho, 2007).

Atualmente, com a entrada em vigor, no dia 1 de junho de 2012, do Decreto-Lei n.º 115/2012 relativo à orgânica da nova Direção-Geral do Património Cultural, iniciou-se uma fase transitória de fusão de institutos nacionais como o IGESPAR IP (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I. P.), que *“tem por missão, a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitetónico e arqueológico classificado do País”* (Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de outubro, Artº21-1), do IMC IP (Instituto dos Museus e Conservação I. P., criado em 2007 na âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)) e da DRCLVT (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo) que levaram à recém-criada Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), tendo por missão a gestão, salvaguarda, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do país, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional (Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio).

Relativamente às questões de salvaguarda do património o quadro legislativo corresponde ao Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, com como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, e ao Decreto-Lei nº. 307/2009, de 23 de outubro - RJRU (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), que estabelece que *“A reabilitação urbana se assume hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando -se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.”*

Capítulo III

3. As Quintas de Recreio e Solares de Portugal

Nos finais do século XII e no decorrer século XIII ocorreram, por toda a Europa, importantes mutações ao nível do habitat senhorial, onde o aparecimento e a difusão da *domus fortis*² pode ser considerado como o corolário deste fenómeno. A referida *domus fortis* trata-se de um acontecimento de grande importância, uma vez que, através dele se configuram, pela primeira vez de uma forma clara, as especificidades de cada região (Barroca, 1989). Contudo este fenómeno é substituído pela ascensão das estruturas de habitat, sendo de salientar a evolução da arquitetura civil doméstica erudita através de solares e casas nobres edificadas ao longo de um largo período histórico - tendo tido o seu pináculo entre os séculos XVI e XVIII - e que nos dão uma ideia evolutiva da arquitetura maneirista e barroca edificada (Glória, 2015).

Em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII edificaram-se inúmeras casas senhoriais - entre elas: solares, palácios e quintas de recreio - por consequência das favoráveis condições económicas, sociais, políticas e culturais dos seus encomendantes - nobres, bispos, reis, rainhas, entre outros. Devido a distintos fatores, a distribuição destes edifícios pelo território nacional é muito diversa, verificando-se uma concentração a sul e a norte, em regiões como: Algarve, Lisboa, Porto, Viseu, Vila Real e Minho (Caldas, 1999).

Segundo Azevedo, dependendo das suas características, bem como, por quem as habitava, a casa senhorial portuguesa pode ser classificada em: “ (...) *Palácio, quando residências dos reis, ou as suas dimensões justificam este apelativo, Paço ou Paços, também quando residência de reis, infantes e Bispos ou ainda quando o rei nelas pernoitou alguma vez, Solar, quando nela tem origem alguma família, Quinta, quando as suas terras são cercadas por muros, Torre, quando nela existe uma ou a teve na sua origem, Casal, quando as suas terras são limitadas por marcos e quando teve origem num emprazamento que tinha este nome. Casa, é o nome mais genérico e que só se aplica a uma, num determinado lugar onde há outras, aquela onde vive a família nobre, Casas do Mosteiro, na extinção de ordens religiosas, os conventos surgem como casas senhoriais, sendo respetivamente denominadas de casa de mosteiro, quando passaram a ser residência de uma determinada família.*” (Azeredo, 1986, p.11).

Constatando-se que, a edificação destas casas se prende à necessidade de habitação dos seus proprietários, diferindo das restantes pelo tratamento arquitetónico e decorativo, proporcionado pelas condições de cada família (Glória, 2015).

² Casa-torre, compreende um género de construção, residência fortificada que surge em uso por praticamente toda a Europa nos finais do Século XII e durante todo o Século XIII. Este tipo de construção surge no território de Portugal continental sobretudo nos séculos XIII e XIV. In <https://domusinaequator.wordpress.com/2013/05/14/o-que-sao-casas-torre/>, acedido pela última vez a 03/03/2017.

O Solar “(...) *é uma construção arquitetónica mais ou menos importante, residência principal onde, em princípio, os senhores de uma propriedade habitavam (...)*” (Binney, 1987, p.6), cuja origem remonta os tempos onde surgiu a primeira dinastia de reis, aquando do Condado Portucalense, sendo o território de Portugal limitado por uma faixa a noroeste, época em que as torres de menagem dos castelos serviram de alicerce às novas casas nobres que emergiam.

Este domínio, de acordo com a vontade dos proprietários, situava-se preferencialmente no centro das suas terras ou então junto às estradas, para que a venda dos produtos agrícolas se tornasse mais simples ou para aclamar o seu estatuto social e a sua fortuna. Desde o aparecimento das famílias nobres e dos palácios reais o Solar começou a ser apelidado de “Casa real” e passaram a ser mais ostentosos e decorados com exuberantes brasões de família (Azeredo, 1986).

Segundo Antunes (1998) existem diversos exemplos de Solares, que se assemelham a construções populares, pois estes partilham as mesmas funções, mas, adquirem ornamentação e apresentam-se como símbolo de tradição, história e herança. Além disso, a arquitetura dos Solares destacava-se por deter “(...) *um eixo central constituído pela porta, pelo balcão e janela principal, tendo por cima o brasão de família, eixo este onde a decoração se afirma exuberantemente e corta, assim como a utilização de pilastras nas zonas laterais, a horizontalidade básica dos edifícios (...)*” (Binney, 1987, p.13).

Por sua vez, oriunda da “(...) *ideia de anexar à habitação familiar por meio de vedação bem marcada um espaço privado maior ou menor a fim de nele assegurar a vegetação de algumas plantas de particular estimação (alimentares, medicinais ou ornamentais) e aí poder exercer também qualquer actividade lúdica ao ar livre e fora da interferência de estranhos (...)*” (Araújo, 1979, p.375), surge, na idade média, o conceito de Quinta, também designado na época por *Horto* (Araújo, 1973). Sendo as Quintas originalmente apresentadas como “(...) *um troço de paisagem, pertença de alguém que a cuida para produção, para ornamento, ou só para lazer, concentrando em algumas zonas composições de grande qualidade estética que de forma mais diluída, se espalham por toda a propriedade (...)*” (Castel-Branco, 2002, p. 15).

Todavia, se na sua origem as Quintas se caracterizam prioritariamente como espaços exclusivamente de produção, com a renovação cultural gerada pelo humanismo passam a ser associadas também a espaços de recreio. Surgindo, assim, o conceito de Quinta de Recreio, cuja disparidade com a Quinta Rustica (quintas de produção, símbolo de poder económico e político) advém, precisamente, do fator de prazer, uma vez que, enquanto que a Quinta Rustica apresenta, tanto relativamente ao edifício como ao espaço de produção, uma estrutura simples e a permanência de formas tradicionais, por sua vez, a Quinta de Recreio “(...) *responde, não tanto a uma necessidade material, mas psicológica - do recreio, do lazer - o que lhe determina uma organização, tanto dos componentes edificados como no espaço de produção, mais complexa, podendo mesmo resultar da imaginação de um arquitecto, e transformando-se em exemplos de grande modernidade.*” (Carapinha, 1995, p.203).

Deste modo, a Quinta de Recreio, à semelhança da *Villa italiana*, concilia o recreio dos proprietários (descanso físico e psíquico) com a produção agrícola (Sousa, 2015), tal como se traduz na citação seguinte:

“Canta-se, então, a vida na quinta. A paisagem transfigurada, regularizada, ordenada e determinada socialmente pela actividade humana, adquiriu o sentido de locus amoenus, de ócio ameno, lugar de felicidade, de quietação, proporcionadora da “humaniras”, que oferece ao espírito disponibilidade para se entregar, liberto de solicitações políticas, do êxito financeiro ou profissional, à reflexão, à meditação, à crítica e à criação artística.” (Carapinha, 1995, p.193).

Na sua origem a Quinta de Recreio era a residência secundária de um nobre diretamente relacionado com o Rei. Estes espaços, *“(…) propriedade da Nobreza e Alto Clero, tanto pela posse de propriedade fundiária, no primeiro caso, como pelo poder económico, no segundo; a elas estavam associados diferentes graus de representatividade consoante o estatuto socioeconómico, nível cultural dos proprietários e o fim a que se destinava a construção - longas ou curtas estadas”* (Pires, 2014, p 267), permitiam aos nobres respirar melhores ares enquanto vigiavam as suas produções agrícolas, quando se retiravam exclusivamente para o passeio ou caçadas, ou ainda para fugirem da capital quando nela apareciam epidemias (Carapinha, 1995).

Em Portugal, a Quinta de Recreio tipifica-se como propriedade agrícola autossuficiente, cuja produção excedentária é suporte da sua existência como espaço de lazer, com expresso carácter de *Vilegiatura*. Entendendo-se *Vilegiatura* *“(…) como sinónimo de lugar de deleite integrado num contexto rural, provém da cultura romana clássica, onde as famílias urbanas mais ricas mantinham casas de campo com uma vocação mista de produção agrícola e de lazer”* (Pires, 2014, p. 13).

Em suma, segundo Aurora Carapinha, as Quintas de Receio traduzem-se, principalmente, por espaços que conjugam o lazer, o ócio e o receio, com o investimento e com o rendimento económico, que determinando uma construção espacial distinta, tanto pelo edifício como pelo espaço envolvente - da arquitetura tradicional, da quinta de produção e da torre senhorial -, constituem *“(…) preciosa relíquia merecedora de todo o carinho e protecção (...)”* (Araújo, 1979, p.378).

Por sua vez, o Solar tipifica-se como uma habitação fidalga que embora sendo núcleo, também, de uma propriedade, neste caso se constitui como uma construção que confere estatuto à família que lhe está ligada. Sendo a *“morada principal da fidalguia que vive afastada da corte”* divergindo, assim, da Quinta de Recreio, que constitui, quase sempre, residências secundárias (Caldas, 1999).

3.1. Evolução Histórica

A influência dos descobrimentos e da expansão ultramarina no séc. XVI e XVII, marcaram a evolução da habitação senhorial portuguesa. O contato com outras civilizações, as relações comerciais com o Norte da Europa e com o Mediterrâneo, levaram a novas exigências, para além do conforto, como a arte e a estética dos edifícios, resultando na criação de espaços livres para varandas e terraços de ornamentação Manuelina e do Renascimento e, são ainda, introduzidos como elementos decorativos: a torre e o brasão em cantaria na fachada (Azeredo, 1986).

No século XVI a casa nobre portuguesa, em Portugal, surge ainda presa às tradições da casa nobre medieval, sendo utilizado o estilo renascentista, surgido na Itália que vem marcar a tipologia da casa nobre com novas vertentes decorativas (Binney, 1987). Sendo que, dessa nova gramática decorativa têm origem as esculturas em pedra - como os vasos e ânforas, os grifos e outros animais fantásticos, certos motivos florais, como os enrolamentos de acanto - e novos elementos arquitetónicos - como colunas clássicas, pilastras com capitéis, o arco de volta perfeita, em combinação com as colunas, a aplicação de medalhões nas fachadas e a adoção de janelas quinhentistas, janelas em cantos e de varandas (Azevedo, 1988).

Neste século *“A casa fechada cede o lugar a uma nova conceção em que a mesma se abre para o exterior, buscando maior contacto com a natureza, rasgando e multiplicando aberturas, procurando rodear-se de um interesse paisagístico. Esta nova atitude é característica do Renascimento. A natureza passa, pois, a desempenhar papel cada vez mais importante na concepção da casa, pelo que não é de surpreender que se tenha desenvolvido a partir de então a arte dos jardins.”* (Azevedo, 1988, p.53)

No século XVII, embora a primeira metade do século tenha sido preenchida pela dominação espanhola e, conseqüentemente, não tenha sido propícia à construção de grandes casas, surgem alguns dos tipos mais acabados e mais importantes de casas nobres - que visavam a criação dum casa original, mais ampla e que melhor corresponde-se às necessidades do tempo (Azevedo, 1988). O principal contributo deste século é a introdução, pela primeira vez, da planta em U de origem francesa, *“(...) na intenção para a teatralização da fachada, criando um forte efeito cenográfico, com o estabelecimento de uma continuidade espacial entre o interior e o exterior (...)”* (Binney, 1987, p.11), e é nesse mesmo século que se dá a transformação dos azulejos usados na ornamentação das casas - surgindo, assim, painéis de azulejos apenas em cor azul e branco, utilizando uma vasta escala cromática de azul - e, numa fase de expansões e alargamento de fronteiras, é introduzida em Portugal a arte mudéjar que, embora com pouca importância em relação à Península Ibérica, foi responsável pela construção de algumas obras de grande ostentação (Binney, 1987).

Regra geral, as casas nobres do século XVII, embora não muito abundantes, assumem uma grande sobriedade por manter uma linha relativamente baixa, linha que a capela - quando

existe- não excede, e atribuída por fachadas, possuidores de uma grande simplicidade, revelam-se, mesmo assim, com um forte carácter assente numa composição linear. Refletindo-se o espírito conservador dos portugueses, que, durante quase todo o século “(...) *adoptaram um tipo de arquitetura mais verdadeiramente maneirista do que barroca, numa altura em que este estilo se espalhara já pela Europa.*” (Azevedo, 1988, p.56).

No século XVIII verifica-se o enriquecimento das fachadas principais, o aparecimento de cantaria nas portas e janelas, e, no caso dos Solares, de frontões para exhibir o brasão que enriquece a sua decoração, observando-se um grande poder criativo no que diz respeito à adaptação de Solares portugueses construídos em períodos anteriores. Sendo que nos anos 40, desse século, o estilo arquitetónico predominante é o Barroco (Azeredo, 1986).

Neste século a casa nobre portuguesa atinge a sua verdadeira identidade tipológica, não tanto no sentido de inovação, mas sim no de adaptação criativa de propostas anteriores. Sendo de notar a presença do Barroco português nestas construções, através da decoração que contraria a ideia estática dos interiores e dos alçados (Mesquita, 1992). Algumas dessas alterações verificam-se na evidenciação dos telhados - que são decorados de modo a acentuar a linha superior do edifício, pelo emprego de frontões e outros ornatos que coroam as fachadas -, da entrada da casa - devido ao enriquecimento da sua decoração. No seu interior, as casas são decoradas com painéis de azulejos, nas paredes, e com tetos de madeira pintada (Azeredo, 1986).

As Quintas de Recreio em Portugal tiveram um maior impacto no século XVI (Araújo,1973), resultante das mudanças e necessidades da sociedade conjugadas com o ambiente económico e cultural presenciado na época. Surgindo primitivamente nas regiões do Sul, Lisboa e Alentejo, de modo a renovar os hábitos recreativos dos proprietários que pertenciam à família real ou à alta nobreza portuguesa, fazendo das Quintas de Recreio portuguesas meios de enaltecimento do poderio que os senhores e os reis detinham (Sousa, 2015).

“Se o movimento literário do humanismo foi o grande promotor da cultura das quintas de recreio - que a partir dos meados do século XVI, só no termo de Lisboa, se contavam por seiscentas e no século seguinte, segundo Manuel Severim de Faria, eram em número de duas mil e que se tornaram sinal de luxo, durante o século XVII (...) cujo conteúdo ideológico enraíza no contraste entre o campo e a cidade, nas virtudes e delícias de um, que se oferece como antítese do outro, outras razões ocorreram que não se podem considerar de somenos importância, mas sim complementares: os aspetos socio-económicos que operam, quase em simultâneo com a renovação cultural.” (Carapinha, 1995, p.194 - 195).

Desse modo, as quintas, que devido às oscilações económicas e sociais dos séculos XIV e XV, tinham sido passadas para as mãos de rendeiros e lavradores, a partir do século XVI, retornaram

novamente a ser posse dos nobres, funcionários administrativos e de aventureiros regressados da Índia, que investiram grande parte das suas economias na compra de terras, considerando este investimento como fator de segurança e prestígio (Carapinha, 1995).

Na segunda metade do século XVII, após a assinatura do tratado de paz com Espanha, em 1668, a Igreja apelou aos artistas portugueses a construção e reformulação dos palácios e jardins de recreio (Sousa, 2015), originando a construção da maior parte das Quintas e Palácios em Portugal (Pires, 2014).

“No Século XVI chega a Portugal a fama dos jardins e “vilas” construídos em Itália durante o seu movimento renascentista, e surgem as primeiras quintas (de que há notícias) ordenadas prioritariamente com vista à recreação e ao deleite dos sentidos, e em cujos hortos se deparam terraços povoados exclusivamente com plantas ornamentais. (...) O seu ordenamento obedecera a princípios de composição paisagística que por certo mergulham as suas raízes na arte dos “topiarii” romanos, e que viriam a ser desenvolvidos pelos paisagistas ingleses do séc. XVII.” (Araújo, 1979, p.377).

Atendendo ao excerto referido anterior, a construção das Quintas resultou da procura por novos ideais e conceções ao nível da utilização da paisagem, fazendo os jardins prevalecer como utilização principal do terreno, sendo as casas consideradas como *“(...) um elemento dos jardins e não vice-versa (...), tal é a importância que adquirem a vegetação, a água, os circuitos de passeio e estágio com conversadeiras embutidas e miradoiros, a decoração de exteriores com grutas e fontes, os tanques, os laranjais (...)*” (Sousa, 2015, p. 37). Deste modo, a Quinta de Recreio portuguesa *“(...) verifica-a permanência de toda uma série de elementos e estruturas. É assim possível distinguir um modelo de jardim ligado à tradição mediterrâneo-Árabe, prefigurado pelo jardim renascentista italiana o, que tira partido do terreno acidentado, estruturando-se em socalcos suportados por altos muros e aproveitando até ao limite os recursos hídricos.” (Mesquita, 1992, p.241)*

Enquanto, na segunda metade do século XV os jardins das Quintas de Recreio surgiam como relvados de plantas florais, no século XVI verifica-se uma evidente associação dos jardins ao Renascimento e no século XVII os jardins desenvolvem uma relação orgânica com o terreno, sendo que em meados desse mesmo século e no século XVIII, o conjunto casa- jardim ganha maior notoriedade (Sousa, 2015).

Contudo, apesar do ambiente de recreio, a Quinta continua a ter um papel importante na produção agrícola, usando os seus produtos como modo de abastecimento da cidade próxima e, em alguns casos, exportando para a Europa e Ultramar, como é o caso de produtos como o vinho, o azeite e os frutos. Neste sentido, a Quintas relaciona-se com a cidade - que se apresenta como fator importante na localização e no carácter da quinta -, funcionando como

“(...) um pólo gerador que chama a si a quinta de recreio e esta ocorre nos lugares mais aprazíveis da sua periferia, onde predomina a riqueza e diversidade paisagística, às quais se aliam condições climáticas agradáveis, disponibilidade de águas, bons solos e vistas panorâmicas.” (Pires, 2014, p. 269).

Em suma, contata-se que grande parte das Quintas de Recreio e Solares Portuguesas, enquanto património evolutivo-vivo resultante de um conjunto de períodos históricos e culturais, que se desenvolveram desde a Idade Média até ao presente - períodos que influenciaram os diversos modos de apreciação dos seus elementos construídos e naturais e, conseqüentemente, as sucessivas intervenções arquitetónicas -, atualmente carecem de urgentes ações de preservação, por meio de obras de recuperação, conservação e restauro.

Uma vez que, sendo estas construções consideradas como parte da nossa herança patrimonial, torna-se premente salvaguarda-las para que as futuras gerações vindouras possam, também, usufruir destas relíquias arquitetónicas.

3.2. Estrutura Formal e Espacial

A arquitetura das casas nobres, com destaque para as Quintas de Recreio e Solares, possui um desenvolvimento fantástico, que podemos atribuir a dois fatores: *“(...) ou porque o fidalgo desta época, à falta das ocupações tradicionais de guerra e da comissão no oriente, terá de voltar-se para as propriedades, ou porque os dinheiros, arrecadados nalguma empresa do Brasil, lhe permitem abalançar-se ao empreendimento de melhorar, acrescentar ou soerguer a sua casa (...)”* (Antunes, 1998, p.27).

Contudo, outra das características da casa nobre é a presença de um jardim monumental e de abertura para a natureza, sendo esta uma característica muito particular dos jardins das construções do Norte do País que, geralmente, se situavam próximas das instalações agrícolas. Para além do jardim, do espaço residencial e do espaço para as dependências agrícolas, a maioria destas Quintas, possui, ainda, capelas - estrutura adjacente às casas senhoriais como um espaço que desempenhava funções específicas, servindo de lugar para celebrações e de intenções bem precisas para orações, ligadas ao Cristianismo e ao Concílio de Trento (Gonçalves, 2013).

As capelas tinham acesso comunitário, com porta aberta para a rua, sendo essa uma das condições para a sua construção. Estas construções obedeciam, ainda, a um regulamento próprio e eram periodicamente supervisionadas por um eclesiástico (Stoop, 1993)

A estrutura das Quintas de Recreio organiza-se em duas categorias: a casa e os jardins/propriedade agrícola. Sendo que, a construção da residência do proprietário é conciliada com a produção agrícola e com a residência dos trabalhadores (Sousa, 2015).

Dos espaços estruturantes da Quinta destaca-se a casa do proprietário como o edifício mais importante e centralizante da Quinta de Recreio, que é caracterizada por um programa funcional e arquitetónico próprio, enquadrado no contexto histórico e cultural em que se insere, apresentando como espaços principais “(...) o Pátio de Entrada (Pátio de Honra) ou o Terreiro, a Capela e, no interior da casa, a Sala de Entrada (ou “Casa de Fora”) e a Cozinha. Outros espaços são-lhes complementares: salas com carácter mais ou menos representativo, corredores eventuais, quartos, câmaras e ante- câmaras nas casas mais eruditas” (Pires, 2014, p.2 70).

O espaço exterior à habitação expressa-se, essencialmente, num quadro de ambiências que se geram nestas áreas e na valorização decorativa dos pormenores (Carapinha, 1995). Na organização destes espaços encontram-se áreas verdes compostas por jardins e parcelas de cultivo produtos agrícolas, destacando-se o Jardim Formal, o Pomar, a Horta e a Mata (Pires, 2014).

3.2.1. A Casa/Residência do Proprietário

3.2.1.1. Pátio de Entrada (Pátio de Honra)

O Pátio concerne a função de receber, precedendo à entrada principal da casa (Caldas, 1999), relaciona-se diretamente com a arquitetura da casa e revela uma ordem geométrica e racional (Pires, 2014).

Em alguns casos verifica-se a existência de dois Pátios de Entrada, um originado pelo acesso principal e um de serviços domésticos, sendo que essa duplicação acontece sem que se perca, num deles, a constante da precedência (Caldas, 1999). Essa duplicidade pode dever-se a ampliações no espaço da casa ou à mudança da sua entrada e da fachada principal (Pires, 2014).

Nos casos em que não existe Pátio de Entrada encontra-se, no seu lugar, um espaço designado por terreiro que, tal como o Pátio tem a função de acesso e chagada à casa. Esse espaço acumula, também, a função de Adro “(...) por dar serviço direto à capela da casa; situa-se quase sempre em frente à casa e à respetiva capela, junto à entrada pública ou caminho particular, está aberto à população próxima e usufrui geralmente de boas vistas.” (Pires, 2014, p 271).

Os terreiros são normalmente rodeados de um muro baixo, só utilizado como demarcação, sem portões que lhe vedem o acesso, privilegiando a relação entre estes espaços semipúblicos, a capela e festividades que a ela estejam ligadas. Todavia, em algumas Quintas verifica-se maior privacidade “ (...) apresentando-se numa espécie híbrida entre o pátio e o terreiro, não deixam de ter a capela em evidência enquanto a porta da casa é deslocada para sítio mais recatado

(...) Nestes casos os pátios de serviço atrofiam-se e passam às traseiras ou a situações laterais secundárias; um muro alto com portão é colocado unicamente do lado do acesso; do lado virado à paisagem, aproveitando a encosta, constrói-se um muro de suporte, baixo para o terreiro, com conversadeiras e alegretes, alto sobre o terreno que lhe fica em frente ainda que pertença à mesma propriedade.” (Caldas, 1999, p. 59)



Figura 2 - Pátio de Entrada da Quinta do Bom Jardim.

3.2.1.2. Sala de Entrada (Casa de Fora)

“No interior da habitação á a Sala de Entrada o primeiro espaço a que tem acesso e o que melhor expressa o estatuto socioeconómico do seu proprietário e família, quer pela maior área e caraterização espacial relativamente aos restantes espaços como pela sua expressão formal e decorativa.” (Pires, 2014, p 272)

Sendo comum a todas as habitações rurais até, pelo menos, ao fim do século XVIII, este espaço tornou-se um subtil distintivo das condições socioeconómicas da habitação em que se insere. A sua função, pouco tem a ver com a de um vestíbulo, no sentido atual, sendo, nas primeiras construções, o único espaço que se pode chamar de sala, mas, também, de quarto, sendo *“aquela onde se recebe, mas não necessariamente onde se está (...)”* (Caldas, 1999, p.68).

No século XVIII nota-se uma maior especialização dos diversos espaços da casa, dos quais, a sala de entrada chega a ser duplicada, vendo a sua centralidade reforçada com a existência de um salão vocacionado para determinadas ocasiões, que se relaciona diretamente com a sala de entrada e com o seu eixo de composição, que é muitas vezes coincidente com o eixo estruturante da casa (Pires, 2014).

3.2.1.3. Corredor

É de notar a inexistência de corredores, nestas construções, até ao século XVIII, sendo uma característica usual nestas habitações (Caldas, 1999).

Desse modo, a passagem entre compartimentos era feita de forma, quase sempre direta, sendo as salas, geralmente ligadas por portas abertas no mesmo enfiamento, com forte caráter teatral. No entanto, é de notar a existência de pequenos corredores, que foram ganhando dimensão a partir de meados do século XVIII. Contudo, os percursos existentes eram essencialmente destinados aos serviços, aparecendo como: espaços de ligação da entrada à cozinha, espaços de serventia à capela, acessos a pequenos quartos e como percurso contínuo à volta de pátios interiores (Pires, 2014).

As casas mais pequenas permanecem até mais tarde sem qualquer corredor, como com uma colocação de portas estritamente funcional ou aleatória, ao contrário das casas maiores e mais ricas, onde as portas são dispostas junto às paredes exteriores ou são centradas no eixo vertical das paredes que separam as salas, embora em edifícios contruídos ou remodelados no século XVIII a enfiada seja centrada em relação às salas (Caldas, 1999).

3.2.1.4. Casa de Jantar

A casa de jantar, sala do século XIX, começa por aparecer como espaço destinado exclusivamente para refeições em meados do séc. XVIII (Pires, 2014). Posto que, anteriormente o local das refeições dependia do grau de privacidade, de pompa e de cerimónia com que eram servidas variando assim entre o quarto ou a câmara, em situações de maior intimidade, e a grande “casa de fora” nas situações de maior aparato. Sendo por esse motivo que surgiu a expressão de “pôr a mesa” que correspondia muitas vezes, na altura, a um real transporte de mobiliário de um espaço para o outro (Caldas, 1999).

3.2.1.5. Cozinha

Quando a casa rural se desenvolve em dois pisos, a habitação propriamente dita, salas e quartos, organiza-se no piso superior, classificado como andar nobre. Por sua vez, a cozinha é, frequentemente, associada à área de serviços e localiza-se usualmente no piso térreo e excecionalmente no piso superior, em consequência do desnível do terreno, aparecendo muitas das vezes encostada ao corpo do edifício, em apêndice ou completamente integrada no volume principal (Caldas, 1999).

Contudo, na Quinta de Recreio, tal como na habitação popular, a cozinha apresenta-se funcionalmente e vivencialmente como o espaço mais importante da habitação, variando em proporção, consoante o tamanho e a importância da casa (Pires, 2014), sendo posicionada, tanto quanto possível, em local de fácil acesso a toda a casa, atingindo muitas das vezes, uma

forte centralidade e a proximidade da escada secundária e da própria escada principal (Caldas, 1999).

Em termos estruturais, a cozinha assume-se por ter tetos em abóbada de canhão ou de arestas, quando incluída no volume principal da casa, fato que ocorre essencialmente nas construções de finais do século XVII e a primeira metade do século seguinte. Quando a cozinha surge encostada ao edifício, o telhado assenta sobre estrutura de madeira à vista ou simplesmente forrada (Pires, 2014).



Figura 3 - Cozinha da Quinta de Manique.

3.2.1.6. Capela

A posse de uma capela particular, anexa à casa de habitação, surge nos finais do século XVII. Uma vez que, até ao século XVI as famílias proeminentes tinham a sua capela nalgum convento de que fossem protetoras ou numa igreja próxima (Caldas, 1999).

As capelas surgem, assim, à semelhança da cozinha, sem obedecer a uma tipologia de dimensões rígidas e a uma localização específica na casa. Se nas casas senhoriais do norte do país a capela se localizava anexa à casa, nas regiões de Lisboa surge como um volume autónomo justaposto ao corpo da habitação, incluída no seu volume, junto a espaços de serviço ou mesmo separada desta (Pires, 2014).

A partir de meio do século XVIII as capelas começam a integrar-se diretamente no corpo do edifício até deixarem de ser anunciadas exteriormente por qualquer alteração da fachada que não fosse um ligeiro enriquecimento decorativo do portal (Caldas, 1999).

A fachada da capela integra, usualmente, a composição arquitetónica da fachada principal da casa ou define um plano recuado ou lateral, adquirindo um caráter mais intimista (Pires, 2014).

Estruturalmente, as capelas assumem-se de base retangular “(...) *apresentando-se segundo três variantes: as que não têm capela-mor, o que acontece normalmente nas mais pequenas (...) aquelas cuja capela-mor é apenas sublinhada por um arco triunfal mantendo a largura total da nave (...) as que têm uma capela-mor também rectangular mas mais estreita e de cobertura mais baixa que a nave (...) o que acontece geralmente nos exemplares maiores.*” (Caldas, 1999, p.73-77). E a cobertura é, usualmente, de madeira em três esteiras quando a capela pertence a habitações, e normalmente abóboda de berço, tanto a cobertura da nave como a da capela-mor que também pode ser em abóbada de arestas nos casos mais eruditos (Pires, 2014).

As pequenas sacristias surgem, usualmente, como pequenos espaços quadrados ao lado da capela, voltados tanto para o exterior como para um corpo secundário em relação à habitação, ou como um compartimento retangular muito estreito, que ocupa em comprimento toda a largura da capela por trás da cabeceira e com duas portas na parede do altar (Caldas, 1999).

A vivência da capela pela família proprietária da casa pode ser definida como a procura pela intimidade e discrição relativa aos atos religiosos. Desse modo, são construídas tribunas privadas que abrem diretamente para a capela-mor ou para o altar, a um nível relativamente superior à sua cota de soleira. Sendo que em alguns casos esta se localiza no lado oposto ao altar, por baixo do coro, e tem acesso independente, diretamente a partir do interior da casa. Com o mesmo fim, surge ainda, o coro alto, com comunicação direta com a habitação (Pires, 2014).



Figura 4 - Capela da Quinta de Manique.

3.2.2. Os Jardins e Áreas de Produção Agrícola

Desde a sua origem, as Quintas de Recreio refletem um forte caráter de produção que para além de contribuir, em grande parte, para a versatilidade estes espaços, introduzindo-lhes

caraterísticas pouco comuns no panorama europeu da Arte dos Jardins, ajudou à permanência da estrutura base, genesiaca do jardim português (Carapinha, 1995).

Deste modo, o jardim assume-se como um elemento de grande importância, podendo ser entendido como “(...) *todo o espaço verde em volta da casa, sendo ideal de vilegiatura expresso na presença do “jardim formal”, regrado geometricamente e em perfeita relação com a sua arquitetura.*” (Pires, 2014, p.276).

O estudo e o levantamento de Quintas de Recreio possibilitaram a identificação da Mata, Horto de recreio e Horta/Pomar como elementos constituintes básicos de todas as casas de campo. Sendo estes três componentes identificados, também, nas *Villas* renascentistas italianas, pela sistematização do mundo vegetal identificado no quadro renascentista vivido na época. Contudo o conceito de jardim encerra-se com a chegada do jardim moderno, sob a forma de mata, pomar e horta (Carapinha, 1995).

O Pomar/Horta fundamenta-se pelo interesse crescente da produção de produtos hortícolas e frutas, com o objetivo de comercialização na cidade e mesmo para exportação, sendo, por isso, o suporte económico da Quinta de Recreio (Pires, 2014).

A mata, por sua vez, revela-se um elemento de interesse económico, pelos seus produtos (madeira e lenha) e pelo seu carácter autossuficiente (Carapinha, 1995). Sendo, ainda, utilizada como elemento regulador da temperatura dos elementos anteriores (Sousa, 2015), protegendo dos ventos e garantindo a amenidade climática necessária à produção agrícola e ao ambiente recreativo (Pires, 2014).

Estes elementos - muitas das vezes, delimitados dos muros, sebes ou pérgolas - surgem mensuráveis com tendência para a geometrização, sugerindo uma natureza ordenada (Carapinha, 1995).

A água assume-se, também, como elemento regrador dos espaços, devido ao seu uso de forma o mais racional possível, pelas técnicas e práticas agrícolas em hortas e pomares, e na composição arquitetónica do Jardim Formal. Deste modo, os lagos, que aparentemente só representam funções recreativas, funcionam também como reservatórios de água integrando-se no complexo sistema de rega de toda a Quinta (Pires, 2014).

Uma vez que, as Hortas, Pomares e Matas ocupam grande parte da superfície das Quintas de Recreio, conferindo-lhe assim um caráter predominantemente agrícola, privilegia-se a presença de sub-espacos de arquitetura de “prazer” - com o uso de pérgolas, casas de fresco, caramanchões, grutas, elementos escultóricos e com a plantação de citrinos que nos transmutam para jardins, devido à importância atribuída a estas árvores pelo seu significado mítico e sagrado (Carapinha, 1995).

3.2.2.1. Jardim Formal

O Jardim Formal surge individualizado e implanta-se em terreno plano, maioritariamente fechado e cercado por muros ou sebes, junto ou muito próximo da habitação e da vida doméstica, usufruindo de varandas ou loggias³ viradas para si, formando-se como elemento regulador espacial e como um prolongamento da habitação (Pires, 2014). Deste modo, os eixos das fachadas do edifício definem a simetria e o desenho do jardim, que surge estruturado numa retícula ortogonal verde, que separa as diversas plantações e organiza os arruamentos a serem percorridos pelo proprietário ou visitante (Sousa, 2015).

Dessa divisão do espaço caracteriza-se um forte sentido de geometrização e regularização espacial e por forma, preferencialmente, quadrada - forma típica do jardim das *Villas* italianas - ou retângula quando os limites impostos pela casa e pelo terreno o obrigam (Pires, 2014). Revelando a procura de um maior formalismo e regularização do espaço, introduzida pelos princípios estéticos do humanismo (Carapinha, 1995).

No interior do jardim, a plantação organiza todo o espaço, definindo caminhos pela plantação de árvores, pela implementação de pérgulas, na sua periferia, e pela polarização de elementos de contenção e fluxo de água como tanques e fonte (Pires, 2014).

Os elementos verdes utilizados são escolhidos consoante a cor, aroma, flor, folha e fruto, fazendo uso de elementos vivos para construir um espaço onde os pressupostos hortícolas não praticamente anulados, fazendo do Jardim Formal um espaço, prioritariamente, com valor estético (Sousa, 2015).

A evolução destes elementos ocorre no sentido de maior formalismo, na manipulação da sua disposição e forma do material vegetal, pautando maior liberdade do elenco vegetal (Carapinha, 1995).

A organização espacial do Jardim Formal, gerada pela composição geral da Quinta de Recreio, cria a unidade casa-jardim - que adquiriu maior importância a partir do século XVII e no século XVIII - cuja estrutura apresenta “(...) *composições arquitetónicas centralizadas geometricamente com estrutura biaxial ortogonal, que a estética humana havia introduzido, assim como o formalismo no desenho dos canteiros e na plantação, materializam-se nas quintas mais importantes e de caráter erudito na região de Lisboa.*” (Pires, 2014, p.277)

O Jardim de Formal Português revela uma forte proximidade aos modelos arquitetónicos clássicos, à reabilitação dos códigos normativos da antiguidade, realizada por Alberti e por outros tratadistas, e ao carácter predominantemente lúdico (Carapinha, 1995).

³ *Loggia* é a designação atribuída a galerias cobertas e vazadas para um exterior, geralmente por arcadas ou colonatas. In Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Acedido pela última vez a 27-05-2017. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/loggia>.

Sendo detentor de uma versatilidade, especificidade e riqueza criativa, o Jardim Português, destaca-se do conceito de *Villa italiana* devido à sua disposição de forma poética que relaciona o espaço de jardim com as plantações e com os espaços de contenção de água. Estes fatores conferem ao Jardim Português uma identidade única pela apropriação das águas agrícolas para efeitos recreativos, aliando a utilidade e a contemplação (Pires, 2014).



Figura 5 - Jardim Formal da Quinta da Bacalhoa.

3.2.2.2. Pomar e Horta

O Pomar e a Horta ocupam uma grande parcela da área total da Quinta de Recreio (Carapinha, 1995), localizando-se em encostas suaves, preferencialmente viradas a Nascente, na envolvência da casa e com boa disponibilidade de água. Uma vez que, este tipo de ocupação do solo exige um certo nivelamento das superfícies a plantar, de modo a facilitar o cultivo e colheita dos produtos agrícolas, e exige, também, satisfazer facilmente todas as necessidades de rega (Pires, 2014).

O Pomar identifica-se como a base do sustento económico da Quinta de Recreio, pela produção de frutas - contando com árvores como: as laranjeiras, as limeiras, os limoeiros, e, quando as condições climáticas do lugar permitam, poderão ainda existir ciprestes, romãzeiras, cerejeiras, ameixeiras, amendoeiras, pessegueiros, alpercheiros, macieiras, marmeleiros, pereiras, aveleiras, nespereiras e figueiras-, enquanto a Horta se define pelo sistema de caminhos abertos num plano formal cromático e aromático - constituído por hortaliças, ervas aromáticas cheirosas, flores, entre outros (Sousa, 2015).



Figura 6 - Vinhas da Quinta da Bacalhoa.

3.2.2.3. A Mata

A mata assume-se como um espaço autónomo, geralmente localizado em encostas com declive considerável relativamente ao resto da Quinta de Recreio, todavia, apresenta-se, tal como os outros espaços, com limites bem definidos (Pires, 2014).

Este espaço caracteriza-se por uma disposição natural, com poucas intervenções do Homem e contrariando o rigor geométrico do Jardim Formal, sendo por isso composta por uma vegetação densa e vasta, de árvores e arbustos (Sousa, 2015).

A perpetuidade geográfica e temporal verificada na mata é justificada, também, pelo seu contexto geográfico e económico. Sendo a mata responsável pela: regularização climática da Quinta, retenção de água no solo e defesa da erosão, desenvolvimento e manutenção do nível de fertilidade dinâmico, abrigo do vento, equilíbrio biológico e pela produção de lenha, madeira e carvões vegetais (Carapinha, 1995).

Capítulo IV

4. Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros

4.1. Enquadramento Físico e Humano

Longe do reboliço próprio de grandes cidades, como Lisboa e Porto, e localizada no centro do país, situa-se a região da província da Beira Alta constituída pelas comarcas de Viseu, Lamego e Trancoso. Sendo Viseu considerado como a capital, passa a ser, ainda, conhecida como “Viseu Senhora da Beira” e posteriormente ganhou a denominação de “Viseu, Cidade-Jardim” (Lopes, 2001).

Capital do distrito, Viseu localiza-se no encaixe entre o Norte e o Centro de Portugal num ponto de encruzilhada onde convergem alguns dos eixos rodoviários mais importantes do norte do país - A24, A25, IP3 e IP5. Sendo de notar a importância das vias IP5 (liga as cidades de Aveiro e Vilar-Formoso) e IP3 (entre Chaves e Figueira da Foz) nas melhorias da acessibilidade da cidade (Almeida, 2015).

Devido à sua localização geográfica, funcionando como charneira de ligação entre dois eixos e duas economias, litoral (distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria) e interior (distritos da Guarda e Castelo Branco), Viseu presenciou um forte desenvolvimento ao longo dos anos. Sendo a centralidade da cidade responsável por atrair investimentos industriais de pequena dimensão. Contudo, é de notar, a prevalência da atividade terciária, destacando-se o desenvolvimento a nível do comércio (Lopes, 2001).



Figura 7 - Mapa de Portugal com destaque para a cidade de Viseu.

A cidade desenvolve uma forma urbana radio-concêntrica, constituída por radiais que convergem do centro e são ligadas por circulares. Sendo de destacar o centro histórico - pontuado pela Sé Catedral, pela Igreja da Misericórdia, pelo Museu Grão Vasco e por diversos outros edifícios que se destacam do casario medieval -, que sobressai na malha urbana como um conjunto compacto e afirmado. A restante cidade envolvente forma o núcleo central de Viseu, subdividindo a cidade em vinte e cinco freguesias (Almeida, 2015).



Figura 8 - Mapa das freguesias do concelho de Viseu, com o centro do concelho assinalado.

A Quinta dos Buxeiros surge na localidade de Figueiró, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto - uma das vinte e cinco freguesias da cidade de Viseu -, a 6km do centro de Viseu. Esta localidade usufrui de fáceis acessos, sendo trespassada pelo IP5 - que na direção de Aveiro - Viseu, a cerca de 8km do centro da cidade de Viseu, encontra uma saída com a indicação: Figueiró, que nos leva diretamente à Quinta dos Buxeiros (Lopes, 2001).

Viseu está situada a 450 metros de altitude, com o rio Pavia a correr-lhe aos pés, ocupa uma posição de centralidade em relação a toda uma região natural definida por rios - os rios Mondego e Pavia, a sul e a norte respetivamente, o Dão que se vai lançar no Mondego cortando a região a meio e a ribeira da Muxagata, a oriente - e serras - Serra do Caramulo a oeste, Serra da Estrela a sudoeste, Serra da Lapa a noroeste e o Montemuro a norte (Vaz, 2006).

Deste modo, Viseu surge rodeada de imensos pinheirais dominados por extensas manchas de vegetação autóctone, especialmente soutos de castanheiros e carvalhos. Em núcleos restritos, como a Mata do Fontelo e o Parque Aquilino Ribeiro verificam-se espécies exóticas conferindo à cidade um manto vegetal exuberante (Castilho, 2009).

Devido à sua localização, a cidade, apresenta um clima mediterrânico com influência continental e marítima. Com um clima caracterizado por invernos e outonos frios, húmidos e relativamente ventosos e por primaveras e verões quentes e secos (Lopes, 2001).

A nível demográfico, atualmente, Viseu assume-se como uma das maiores cidades médias no contexto nacional, com valores de densidade populacional a excederem o dobro do valor da densidade populacional da Região Centro - com cerca de 99 274 habitantes sobre um concelho com 507,10 km² de área (Almeida, 2015).

4.1.1. A Cidade de Viseu

Como todas as cidades, a sua história é feita de lendas, pequenas histórias que vêm sendo contadas, passando de geração em geração, tentando explicar as transformações que os espaços e a vida dos homens sofreram, através dos tempos.

A interpretação dos vestígios descobertos indica que a povoação que deu origem à cidade de Viseu surgiu no alto do monte, onde hoje se situa a Sé (Ferreira, 2010).

A cidade de Viseu apresenta, à semelhança de muitas outras no país, uma génese que remonta ao período de ocupação romana, verificada na análise das suas condições de subsistência e do cruzamento de importantes vias estruturantes, que remontam a esta época (Castilho, 2012).

Devendo concluir-se que, na época, os Romanos procuravam, na cidade de Viseu, zonas de altitude média e de meia-encosta. Sendo, por isso, esta zona de Portugal a mais densamente povoada com *Villae*, casais e outros habitats de origem Romana. Sendo as serras do Montemuro, Caramulo e Lapa zonas onde se localizaram os povoados fortificados pré-romanos e onde o povoamento romano foi de maior intensidade. Nestes espaços, mantiveram-se alguns castros, localizados perto de explorações mineiras ou criados como pontos estratégicos para a vigilância das vias. Outro fator decisivo da sua localização foi a proximidade das linhas de água que passavam encostadas às muralhas ou mesmo dentro delas (Vaz, 2006).

Nos finais do Império Romano, fins do séc. III princípios do séc. IV d. C., com a chegada dos povos invasores, os habitantes de Viseu procuraram reduzir o espaço entre muros, para melhor se defenderem. Construíram, então, uma segunda muralha, mais pequena, deixando de fora muitas casas que, até então, estavam dentro da primeira muralha, construída no séc. I (Ferreira, 2010). Dentro da qual o urbanismo obedecia a um traçado mais ou menos ortogonal, com ruas a seguir o traçado romano. *“A rua Direita corresponderia sensivelmente ao cardo maximus e a rua do Gonçálinho e a rua Augusto Hilário, continuada pela rua da Árvore, seriam uma o decumanus maximus e outra um decumanus minor. A actual rua das Bocas seria um cardo minor encostado à muralha e um outro passaria no traçado da actual Avenida Capitão Silva Pereira. Formar-se-iam assim várias insulae de que apenas se conhece uma que se localizava na esquina das actuais ruas do Gonçálinho e Prebenda.”* (Vaz, 2006, p, 149).

As necrópoles, como habitual, localizavam-se junto das portas da cidade, no lado exterior. Atualmente ainda se encontram três grandes necrópoles, junto a outras tantas portas da cidade, dispersas por diversos lugares (Ferreira, 2010).

No século VI, com o domínio dos Visigodos, a cidade é elevada a sede de diocese. Contudo a cidade só passa a ser apelidada de Viseu em 1057, quando conquistada definitivamente por Fernando I, rei de Leão e Castela (Vaz, 2006).

Em 1123 foi-lhe concedido o primeiro foral, por D. Teresa e por D. Henrique - que viriam a ser os pais do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques -, que residiram diversas vezes nesta cidade. O segundo foral foi-lhe concedido por D. Afonso Henriques em 1187 e confirmado em 1217 por D. Afonso II.

O século XVI foi determinante para a fisionomia da cidade. Já com o perímetro muralhado construído à sua volta, começou a consolidar-se o ponto mais alto e central do núcleo medieval, onde se localizavam os edifícios administrativos. Ao Adro da Sé, delimitado pela Sé Catedral e o aljube eclesiástico, juntou-se a Igreja da Misericórdia e o Seminário da Nossa Senhora da Esperança. O restante espaço urbano foi sendo preenchido maioritariamente por habitações, transformando-se no conjunto consolidado e compacto (Almeida, 2015).

A cidade de Viseu, no século XVII, é ainda, sobretudo, uma cidade intramuros, apesar de se anunciarem já as expansões para os arredores que o século XVIII concretizaria. Começando, a cidade, a crescer fora dos muros (Castilho, 2012).

A partir do século XIX a morfologia e a localização do centro urbano alterou-se. Verificou-se um crescimento extramuros significativo e deu-se início ao desenvolvimento de alguns melhoramentos urbanos, sobretudo após a década de 50 (Almeida, 2015).

Os inúmeros vestígios arqueológicos encontrados na região - moedas, sepulturas, marcos miliários, estradas romanas e outras construções - deixados principalmente durante a dominação romana, legaram provas da importância desempenhada pela cidade na época, sendo considerada como a capital de um grande território, a Lusitânia, e um centro urbano de grande importância.

Do conjunto constituído pela colina da Sé e a Cava de Viriato, nasceu uma vila intermédia de fornecedores, serviçais e negociantes. Este núcleo corresponde à atualmente denominada “Cidade Velha” (Ferreira, 2010).

A Cava do Viriato - com uma área de cerca de 30 hectares, de forma octogonal, com muros de terra rodeados por um fosso ou valada de água, com diâmetro interior de 640 metros, e com muros de 30 a 35 metros largura na base - é de todos os monumentos existentes em Viseu o que mais tem merecido atenção. Sendo através dele que se tem feito a ligação de Viseu a Viriato (Mantas, 2003).

Atualmente pensa-se que a Cava de Viriato terá sido originalmente um acampamento romano mais tarde aproveitado por Almançor - chefe do exército muçulmano da Península Ibérica - para estabelecer o seu quartel-general quando partiu para conquistar S. Tiago de Compostela (Vaz, 2006).



Figura 9 - Planta do octógono da Cava de Viriato e possível acampamento romano.

A Sé de Viseu caracteriza-se como um dos edifícios mais antigos da cidade, não se sabendo ao certo a data da sua criação. Contudo, no século XII, no reinado de D. Afonso Henriques, sob o impulso do bispo D. Odório, começa a ganhar forma, iniciando-se a construção da Catedral românica (Ferreira, 2010).

Todavia ao longo dos séculos a catedral foi alvo de várias intervenções, restando, atualmente, muito pouco da sua forma original, sendo a primeira intervenção datada em finais do século XIII, que atribui o estilo gótico à Sé de Viseu.

Por sua vez, o período manuelino encarregou-se de dotar a Sé viseense de obras de grande qualidade estética que se mantêm até hoje. Sendo de notar as abóbadas manuelinas das naves, que elevam o espaço do corpo e o uniformizam a uma mesma altura.

Igualmente determinantes foram as ações de D. Miguel da Silva, um dos introdutores do Renascimento em Portugal, sendo o responsável pelo atributo renascentista presente na catedral, verificado sobretudo no claustro.

Na época barroca, os interiores foram enriquecidos com obras de talha, azulejo e pintura, correspondendo à complexificação devocional característica da época - nomeadamente a reprodução de uma cena da vida de S. Teotónio, um religioso português do século XII que se tornou prior da Sé de Viseu, em 1112. O órgão, o retábulo-mor, os painéis azulejares do claustro e a casa do cabido são obras deste mesmo período, que revelam como a Sé de Viseu se manteve inserida nas correntes estéticas dominantes do século XVIII (Alves, 2000).

Atualmente, no andar superior da Sé, existe o Museu de Arte Sacra - constituído pelo antigo tesouro da Sé e localizado em dependências dos claustros, nas salas nobres do cabido, lugar onde terão sido as casas de S. Teotónio - e ao lado da Sé encontra-se o museu Grão Vasco - construído em finais do séc. XVI, denominado, em tempos, por “O Paço dos Três Escalões”, foi o local onde residiam os bispos, um Colégio-Seminário e o Paço Episcopal até passar definitivamente a Museu, funcionando atualmente com uma coleção de arte sacra, pinturas de artistas de Viseu e, em especial do pintor quinhentista Vasco Fernandes (Correia, 1995).

A cidade revela uma inegável importância para a História de Portugal, uma vez que lá nasceram e viveram algumas das figuras mais importantes da história, é, por isso, palco de um património histórico e cultural único (Ferreira, 2010). Sendo possível encontrar, nestes testemunhos, “(...) *capelas, gravuras rupestres de tempos pré históricos, monumentos religiosos de várias épocas, estradas e outras edificações Romanas, casas rústicas e solares (...)*” (Lopes, 2001, p.19).

Todos estes elementos comprovativos da evolução histórica do nosso país aliado, em simultâneo, com uma paisagem dominada pela grandeza montanhosa da serra, revelando montes e vales verdejantes, ribeiras secretas, pelo charme rural das aldeias e por todo o vasto património construído pelos nossos antepassados, fazem a região de Viseu apresenta-se como uma forte atração turística (Lopes, 2001).

4.1.1.1. A Localidade de Figueiró

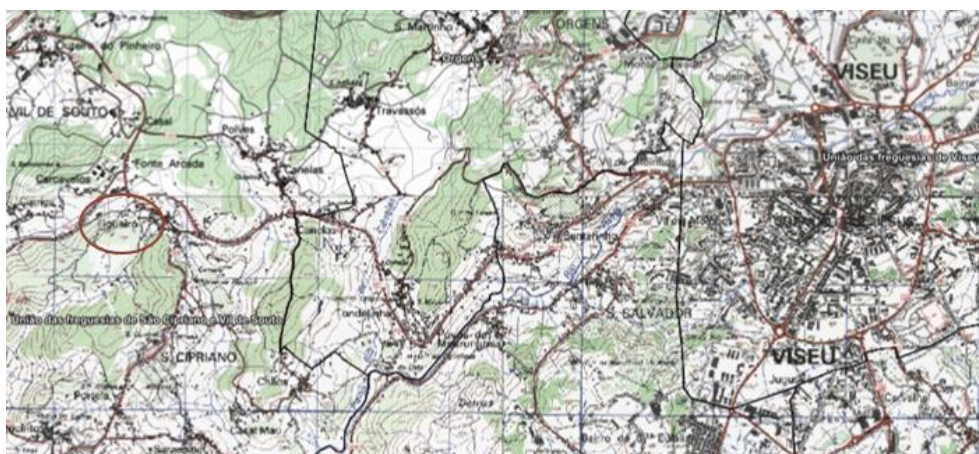


Figura 10 - Carta Militar de Viseu - freguesia de São Cipriano e Vil de Souto.

Figueiró é uma das localidades integrantes da freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, uma das mais próximas da cidade de Viseu, que constitui um forte contributo para a história da cidade, tendo sido palco de grandes acontecimentos históricos.

“No alto da serra, uma ligação afectuosa une com intenso amor uma secular pinheira a um edifício de origem Romana. (...) terríveis batalhas lá ao fundo, envolveram romanos contra as tropas lusitanas - comandadas por Viriato, esse nobre guerreiro, que tanto medo causou aos romanos, intensos romances entre os povos (mouras, cristãos, romanos, germânicos, árabes e outros), entre outras histórias. Tudo isso a ermida do Crasto testemunhou com enorme fidelidade, sem nunca o contar a ninguém.” (Lopes, 2001, p.20).

Vil de Souto é atravessada pela Ribeira da Ortigueira, que nasce na encosta da serra do Crasto, ponto de grande importância para esta região, tal como se traduz no excerto anteriormente apresentado.

Esta freguesia é uma povoação antiga, sendo a sua primeira referência escrita datada de 1127. O nascimento das aldeias desta freguesia remonta à época pré Romana, na Idade do Ferro, e deveu-se à existência de um castro que, no alto dessa serra dava proteção às pessoas que se enraizaram nesses campos, procurando lugares abundantes em água, caça e cultivando os seus vales.

Estas terras foram povoadas pelos mais diversos povos, tendo como testemunho do passado inúmeras construções romanas e gravuras rupestres, encontradas na Quinta de Ferronhe, ladeada pela serra do Crasto. Estas provas do passado foram descobertas no ano 1989 pelo então proprietário Sr. Dr. José Caldeiras Pessanha e apresentadas no I Colóquio Arqueológico de Viseu, realizado nesse mesmo ano (Lopes, 2001).

Viseu como principal cidade da Beira, região considerada, em tempos, como de famílias nobres, distingue-se com a residência de muitas dessas famílias, algumas das quais construíram na cidade os seus solares. A Família Pessanha é uma das famílias de grande destaque, não só para a cidade de Viseu como para todo o país.

A freguesia de São Cipriano e Vil de Souto foi em tempos dominada pela Família Pessanha, não só pela sua domiciliação em Figueiró, fazendo da Quinta dos Buxeiros um marco para toda a região, como pela posse de outras habitações - como a Quinta dos Pessanhas de Couto de Cima e a Quinta de Ferronhe - e de grande parte dos terrenos de toda a freguesia. Sendo em Figueiró que a Família Pessanha começa, no século XVI, o seu ramo agroflorestal - através da produção e venda de produtos como azeite, vinho e frutas - que se mantém ativo até à atualidade (Pessanha, 1981).

Esta família, com a sua influência na sociedade e no meio em redor, com os seus imponentes bens herdados de gerações em gerações, dominaram a riqueza histórica, artística e até paisagística desta região (Lopes, 2001).

4.2. O Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros

No século XVI, a cidade de Viseu experimentava uma fase de crescente desenvolvimento económico e um constante processo de urbanização - do qual resultaram numerosas construções como: igrejas, palácios, solares e outros monumentos -, alcançados pela prosperidade do comércio, acompanhado da uma progressiva produção agrícola (Castilho, 2012).

Devido à prosperidade vivida nessa época foram muitas as famílias que se mudaram para a cidade de Viseu e que aí encetaram os seus negócios.

Dessas famílias destaca-se a Família Pessanha que nesse mesmo século passa a residir na Quinta dos Buxeiros, na localidade de Figueiró. Sendo que o Solar na Quinta dos Buxeiros foi instituído, nos finais do século XVI por Vasco Paes Cardoso do Amaral e por sua mulher D. Isabel Vas de Castelo Branco e foi herdado por sua neta D. Isabel Vilhegas do Amaral, que se casou com Miguel Pessanha Castelo Branco, passando por várias gerações da Família Pessanha, tal como disposto no anexo I e II, e mantendo-se na família até à atualidade (Pessanha, 1981).

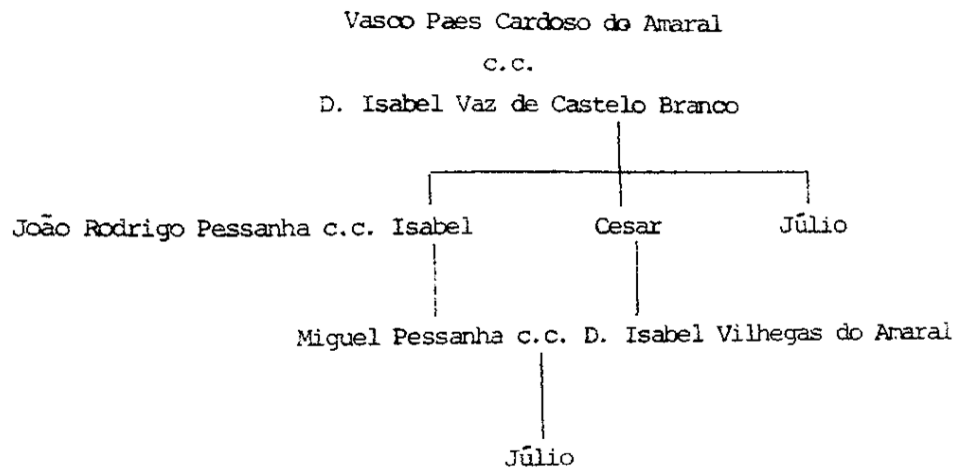


Figura 11 - Os primeiros Pessanhas em Viseu - Figueiró.

Após se estabelecer em Viseu, a família apropriou-se de diversas propriedades nas quais iniciou os seus negócios agroflorestais, que perduram até aos dias de hoje. Esta atividade, iniciada na Quinta dos Buxeiros, rapidamente se estendeu por diversas propriedades alheias à Quinta, mas funcionando paralelamente a esta.

O fator de produção aleado ao fator de recreio presenciados na Quinta dos Buxeiros fazem da sua estrutura muito semelhante à verificada nas Quintas de Recreio Portuguesas. Com exceção do Solar presente na Quinta, que devido ao seu caráter de habitação permanente difere do tipo de habitação presente na Quinta de Recreio, que se apresenta como habitação secundária do proprietário. Contudo para além dessa dessemelhança, a estrutura da Quinta dos Buxeiros enquadra-se totalmente na da Quinta de Recreio.



Figura 12 - Alçado principal da Quinta dos Buxeiros.

Tendo passado por diversas vertentes artísticas vividas em Portugal, o Solar da Família Pessanha foi alvo de inúmeras alterações ao longo dos anos. Sendo, atualmente, o resultado do contributo de diversos estilos - como o renascimento, o barroco e o manuelino -, somando dependências e elementos decorativos.

Contudo, não só o Solar como toda a Quinta, conversam uma indubitável influência renascentista verificada na disposição do Solar que se abre para o exterior, através de múltiplas aberturas, procurando um maior contato com a natureza, rodeando-se de paisagens.

A Quinta dos Buxeiros surge, assim, como um espaço cujo espírito do lugar remete para a tranquilidade, o lazer e para a meditação. Num lugar recatado e indizível onde se vive uma perfeita comunhão com a natureza, acentuada pela mata com os seus locais de adoração onde a vegetação serrada se abre às vistas criando jogos de luz que abrem caminho ao misticismo.

4.2.1. Heráldica da Família Pessanha no Solar na Quinta dos Buxeiros



Figura 13 - Brasão da Família Pessanha, na fachada principal do Solar na Quinta dos Buxeiros.

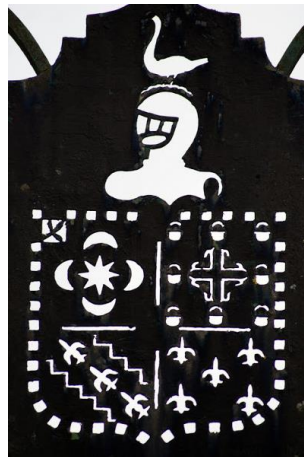


Figura 14 - Brasão da Família Pessanha, na entrada principal da Quinta dos Buxeiros.

O brasão presente na fachada do Solar da Família Pessanha e no portão da entrada principal da Quinta dos Buxeiros representa o escudo de fantasia sob elmo e timbre, surge esquartelado em quatro quartéis: I - Carvalho, II - Vilhegas, III - Pessanha, IV - Casal. O timbre representativo deste brasão é o Carvalho⁴.

⁴ In <http://solaresebrasoes.blogspot.pt/2013/06/quinta-dos-buxeiros-figueiro-viseu.html>, acedido pela última vez a 07-04-2017.



Figura 15 - Brasão da Família Pessanha, numa das entradas secundárias da Quinta dos Buxeiros.

O brasão encontrado na entrada secundária, entrada de serviço, da Quinta difere dos outros brasões apenas na ordem dos quartéis e por não deter timbre. Possuindo escudo de fantasia sob coronel de nobreza e sendo esquartelado: I - Carvalho. II - Pessanha. III - Vilhegas. IV - Casal.



Figura 16 - Brasão da Família Pessanha, na entrada principal da mata da Quinta dos Buxeiros.

Na entrada principal da Mata pertencente à Quinta dos Buxeiros encontram-se dois brasões representativos da Família Pessanha esculpidos em dois pilares. Sendo representativos das Armas Plenas de Pessanha⁵.

⁵ In <http://solaresebrasoes.blogspot.pt/2012/04/mata-da-familia-pessanha-figueiro.html>, acedido pela última vez a 07-04-2017.

4.2.2. Estrutura Formal e Espacial da Quinta dos Buxeiros

Tal como a generalidade das Quintas de Recreio em Portugal, a Quinta dos Buxeiros denota a influência do renascimento italiano traduzido pelo emprego dos seus típicos elementos decorativos (arquitetónicos, escultóricos e vegetais - como bordaduras e sebes de buxo) e pelo recurso a uma estrutura geometricamente pensada. Denotando uma grande preocupação de subordinar a sua composição a um eixo de simetria que, passando pelo centro da casa, se dirige na medida possível para o rumo que lhe oferece a abertura e um mais profundo panorama, atribuindo maior imponência ao Solar e conferindo uma maior teatralidade ao percurso de entrada. Os restantes espaços circundantes à habitação seguem a mesma lógica simétrica.



Figura 17 - Planta da Quinta dos Buxeiros com assinalação de zonas.

Da composição dos espaços estruturantes da Quinta dos Buxeiros, atendendo à imagem anterior, destaca-se a entrada principal da Quinta (1), que se abre para o Pátio de Entrada e para o Jardim Formal (2), alinhada geometricamente com o Solar da Família Pessanha (3) - que, sendo a casa do proprietário, se destaca como o edifício mais importante e central da Quinta - , junto com a Capela (4), que surge anexa ao Solar, e com o Antigo estabulo, posteriormente convertido em garagem, no rés-do-chão, e em moradia da governanta da casa e da sua família, no piso superior, (5) - que surge à direita do Solar.

São de notar ainda a entrada de serviço (6) - que se abre para o Pátio de Entrada dos Serviços Domésticos (7), que permite o acesso à área de serviço do Solar e surge rodeado por diversas construções como: a moradia dos caseiros (8), a moradia de outros funcionários (9), os espaços

de arrumo e garagem (10), o oratório exterior (11), o viveiro de aves exóticas (12) e a adega (13) - e a entrada para as zonas de cultivo (21), atribuindo um acesso independente às hortas (19) e a um antigo curral (20).

Procurando vivenciar uma relação constante com a natureza a Quinta dota-se do recurso a plataformas e terraços ajardinados sistematicamente colocado à frente de cada uma das fachadas do Solar, nomeadamente: o Jardim Formal que surge em frente ao alçado Sul, o Jardim de Inverno (16) localizado em frente ao alçado Este, o jardim do alçado Norte (15), onde se encontra uma pequena estufa (14) e o acesso à adega.

Deste modo os espaços estruturantes da Quinta, o Solar (Casa/Residência do Proprietário) e os Jardins e Áreas de Produção Agrícola, conjugam-se harmoniosamente formando diferentes ambiências. Sendo o espaço de produção ligado aos restantes jardins pelo denominado Percurso das Camélias (17) e pelo Percurso das Ipês Rosa (18), estes percursos trespassam o espaço de produção conferindo-lhe uma forte teatralidade, acentuada, no último percurso, pela implementação de duas longas pérgulas. Além destes elementos este espaço conta ainda com diversos componentes hídricos como fontes, tanques e lagos, que complementam a linha de água que atravessa todos os espaços de horta.

A Quinta exhibe uma perfeita integração dos jardins na paisagem envolvente, fazendo com que a paisagem circundante aparente existir como complemento imprescindível dos próprios jardins, como se deles fizesse parte integrante e vice-versa. Essa relação é conseguida através da introdução de elementos ilusivos aos jardins e à componente de recreio da Quinta, fazendo com que os espaços de jardim e de horta se relacionem em perfeita harmonia.

4.2.2.1. O Solar

O Solar da família Pessanha na Quinta dos Buxeiros, instituído em finais do século XVI, passou por diversas alterações ao longo dos séculos, resultantes das correntes artísticas vindouras e nas necessidades das diversas gerações da família que por lá passaram.

Originalmente o Solar assume-se como uma construção em L, tendo sido posteriormente contruídos os restantes edifícios a ele anexos, nomeadamente um edifício responsável pela ligação da habitação à capela. Não se conhecendo, no entanto, as datas de construção de tais alterações.

No seu interior, a habitação desenvolve-se em dois pisos, contando ainda com um terceiro piso formado no sótão da habitação. A planta é simétrica em relação à direção Norte-Sul. A entrada principal do Solar surge a Sul, tal como o acesso principal da capela, detentora de uma fachada que se destaca pela sua ornamentação. A Norte surge o acesso à área de serviço, a Este encontra-se o acesso secundário à habitação que abre portas para o jardim de inverno, situado em frente a esta fachada da casa, e a Oeste verifica-se o acesso dos serviços da Quinta ao Solar e à capela.

O piso térreo do Solar compõe-se a partir de um núcleo central, do acesso principal, onde se situam as áreas de habitação. Nesse núcleo central verifica-se a sala de entrada, o acesso para o piso superior, e dois quartos com casa de banho e espaço de arrumo. A Este encontra-se a biblioteca, um acesso para o piso superior e o acesso para a adega, localizada a Norte e ladeada por diversos espaços, que outrora serviram como estábulos e currais. Do lado esquerdo do núcleo central encontra-se, ainda, um espaço de arrumo e a capela, com o respetivo espaço de sacristia.

O primeiro piso corresponde unicamente a habitação, e replica aproximadamente a estrutura do piso inferior. Organizando-se em três áreas distintas: a área nobre - distribuída maioritariamente a Sul e a Oeste -, a área de serviço - organizada essencialmente a Este e a Norte - e a capela - unida à habitação por um pequeno corpo, onde surge o espaço de sacristia da capela, no piso térreo, e o escritório, que possibilita o acesso direto à tribuna da capela destinada aos proprietários do Solar, no primeiro piso.

Sendo que, a área nobre da casa conta com cinco quartos, duas salas de estar e uma sala de jantar, enquanto a área de serviço conta com duas cozinhas, uma copa, espaços de arrumos, uma instalação sanitária e com dois quartos destinados aos empregados, sendo que num dos quartos verifica-se o acesso ao sótão do Solar.

Este piso é dotado de quatro acessos: o acesso à torre da capela, o acesso à habitação, a Oeste, o acesso ao escritório, a Norte, e o acesso de serviço a Norte. Na distribuição do seu interior, verifica-se que a Sul o acesso entre compartimentos é realizado de forma direta, denotando-se esta área como a de maior destaque de toda a habitação. Contudo, é de notar que no centro do Solar se verifica um grande corredor, que se prolonga por todo o comprimento da habitação, possibilitando o acesso do corredor da área de serviço, aos quartos e às salas.

No sótão organizam-se os quartos dos serviços da habitação, sendo este espaço dotado de três quartos, uma zona de arrumos e de um espaço central onde surge um sistema de suporte do candeeiro da Sala de Entrada.

Na capela, no segundo piso, surge a segunda tribuna, destinada aos serviços da Quinta.

Todos os espaços que compõem a habitação são dotados de grandes áreas, sendo todos os quartos compostos por casa de banho privada, por um espaço de dormida e por uma sala.



Figura 18 - Planta do piso térreo, primeiro piso e do sótão do Solar da Família Pessanha.

As coberturas são de várias águas, estruturadas em madeira, distinguindo-se umas das outras pela sua ornamentação.

É de notar que a casa mantém a sua organização original, tendo passado apenas por ações de manutenção e por intervenções nas instalações sanitárias e cozinhas - implementando o saneamento, a água canalizada, a luz elétrica e o aquecimento a óleo.

Tal como nos seus exteriores o interior do edifício denota grandes influências renascentistas, pela teatralidade dos seus percursos, pelos apontamentos de frescos encontrados nas paredes da Sala de Entrada e pelos seus tetos de madeira, com relevos pintados, que diferem entre compartimentos conforme a sua importância.

As fachadas do Solar apresentam grande exuberância decorativa, verificada essencialmente na fachada principal. Esta fachada destaca-se das restantes pela sua imponência, atribuída pelo eixo central da casa que marca a entrada através dos ornamentos dispostos em redor da porta principal e do brasão de família, que coroa a fachada evidenciando o próprio telhado. Outro elemento da fachada Sul é a capela, anexa à casa, que apesar da sua ostentação decorativa, adquire um caráter mais intimista, adquirindo um plano mais recuado em relação ao solar e não ultrapassando a cota de soleira deste.

As restantes fachadas assumem uma linguagem semelhante à do alçado principal, contudo apresentam-se mais simples do que este, mantendo apenas a decoração nas cornijas e cantarias, que se verificam mais simples no alçado Oeste.

Contudo, são de notar os grandes vãos que se abrem nos alçados, criando uma grande relação do Solar com os espaços exteriores e dotando a habitação de uma excelente iluminação natural.

Pátio de Entrada (Pátio de Honra)

A Quinta dos Buxeiros organiza-se em dois Pátios de Entrada, sendo um destinado ao acesso da zona de serviço e o outro ao acesso principal.

O Pátio de Entrada, resguardado por altos muros de pedra, possibilita passagem aberta ao público, uma vez que dá acesso direto à capela da Quinta.

Por sua vez, o Pátio de Entrada dos Serviços Domésticos, tem acesso apenas para os funcionários, estando o seu acesso cerrado de todo o envolvente da Quinta. Este espaço tem acesso direto à tribuna da capela destinada aos funcionários e à zona de serviço do Solar.

Sala de Entrada (Casa de Fora)

A Sala de Entrada do Solar, localizada no rés-do-chão do edifício, embora de poucas dimensões destaca-se pela sua decoração exuberante, ornamentada por frescos pintados e por painéis de azulejos em tons de azul que emolduram as suas paredes. Este espaço é ainda acentuado por um grande candeeiro (puxado por alavancas), que desce desde a cobertura do terceiro piso até

este espaço, e por uma tribuna, que surge no segundo piso, onde os proprietários da casa compareciam, de forma teatral, para cumprimentar os convidados.

Corredores

Os corredores presentes no Solar estão localizados maioritariamente na zona de serviços e na ligação de alguns dos quartos mais pequenos.

Nos espaços de maior destaque é de notar a inexistência total de corredores, sendo o acesso realizado de forma direta, entre compartimentos. Nestas zonas as portas surgem em grande monumentalidade, destacando-se pelo seu tamanho e alinhamento no mesmo enfiamento.

Esta ausência de corredores verifica-se inclusive no acesso entre alguns dos quartos de maior importância, onde o acesso era realizado pelas suas antecâmaras.

Casa de Jantar

Ao contrário do verificado em grande parte das Quintas de Recreio, o Solar da Família Pessanha, possui uma Casa de Jantar fixa e de grande ostentação decorativa, localizada na zona de serviço da casa e possuindo acesso direto à copa e à cozinha.

Cozinha

O Solar da Quinta dos Buxeiros dispõe de duas cozinhas, desde a sua origem, sendo uma delas de uso relacionado com a produção da Quinta, nomeadamente para a preparação das carnes das matanças de animais, e a outra para a confeção de refeições e com ligação direta à copa. Estes espaços apresentam-se com fácil acesso, apesar de estarem localizados na área de serviço da casa, no rés-do-chão e no primeiro piso sucessivamente.

A Capela

A capela da Quinta dos Buxeiros surge anexa à casa, possuindo ligação direta a esta pelo seu interior.

Estruturalmente, este espaço, assume-se de base retangular com um pequeno altar a um nível relativamente superior, com ligação para uma pequena sacristia, e com cobertura em madeira, em abobada de berço, decorada por frescos.

Sendo a capela aberta ao público, a vivência dos proprietários neste espaço era realizada por uma pequena tribuna privada, com ligação direta do interior da habitação e localizada a um nível relativamente superior ao da cota de soleira. Com o mesmo fim, surge ainda uma outra tribuna destinada aos serviços da Quinta, possibilitando o acesso direto pelo Pátio de Entrada dos Serviços Domésticos através da torre sineira da capela. Esta tribuna surge voltada diretamente para o altar e a uma cota superior da ocupada pela tribuna dos proprietários.

4.2.2.2. Os Jardins e Áreas de Produção Agrícola

A evolução vivenciada pela Quinta dos Buxeiros, que foi tendo contributos das diversas correntes artísticas ocorridas ao longo dos séculos seguintes à sua construção, é visível não só no Solar e nas restantes construções como também nos próprios espaços exteriores, dotados de grandiosos jardins. Indo de encontro com o referido por Araújo (1979), que defendia que “*Durante o séc. XVIII e ainda no XIX, e até no XX, a arte dos jardins continuou, entre nós, a dar preferência aos terraços de canteiros bordejados por banquetas de buxo anão, e mais ou menos plantados com arbustos e plantas herbáceas de floração mais ou menos vistosas (...) destacavam-se buxos, teixos ou camélias (...)*” (Araújo, 1979, p. 10).

A organização dos espaços exteriores da Quinta remonta para um formalismo no traçado dos caminhos, com curvas geométricas complementados por uma densidade de vegetação arbórea - tendo como árvores predominantes: a Camélia, a Ipê Rosa, a Glicínia, o Pinheiro Piramidale, a Palmeira e os Citrus, como a Laranjeira e a Limoeiro - e arbustiva distribuída de forma harmonia atendendo às especiais características de cada uma e as exigências de cada situação e função, que permite alcançar o clima de bosque.

Jardim Formal

O Jardim Formal da Quinta dos Buxeiros implanta-se em frente ao alçado Norte do Solar da Família Pessanha, atribuindo uma maior imponência à fachada da casa, surgindo em função dos seus eixos e da sua simetria.

Este espaço surge cercado por muros em pedra fragmentados, formando varandas voltadas para o Jardim, fornecendo vistas privilegiadas sobre este.

O Jardim dispõe-se numa superfície plana e compõem-se de inúmeros canteiros de flores, delimitados por sebes baixas, emoldurastes dos leitos florais interiores. Cujas densidade da vegetação faz do jardim um autêntico *parterre*⁶ de canteiros em formas geométricas, que remetem para os jardins das *Villas* italianas.

Os canteiros organizam-se no espaço definindo caminhos, com cercas vivas e arbustos compactos perfeitamente topiados, de forma quase labiríntica conferindo um imenso efeito teatral a este espaço, acentuado pela convivência da vida doméstica daqueles que por lá habitam.

Alem dos elementos referidos o Jardim é ainda adornado com bancos, caramanchões, fontes e lagos, responsáveis pelo elemento hídrico representativo destes jardins em Portugal.

⁶ *Parterre* é a designação atribuída a uma componente do Jardim Formal que consiste em canteiros de flores delimitados por sebes baixas ou muretes de pedra de proteção dos leitos florais interiores. In <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/parterre/58356>, acedido pela última vez a 21-05-2017.

Pomar e Horta

O forte caráter de produção está presente em toda a Quinta dos Buxeiros, sendo esta dotada de imenso espaços destinados a este fim, tanto na área integrante da Quinta como em múltiplos outros hectares de terrenos exteriores a esta, mas atuando paralelamente a ela.

Assim, a componente agrícola associada à Quinta dos Buxeiros, foi ganhando um forte destaque ao longo dos anos, sendo o suporte económico da Quinta.

Os espaços de Horta, ocupando grande parte da área da Quinta, usufruem de parcelas de terreno com muito pouca inclinação e com boa disponibilidade de água, tendo à sua serventia às águas oriundas da linha de água existente e das várias fontes, tanques e poços que ocupam este espaço.

Os Pomares, as Vinhas e os Olivais caracterizam-se como a base de sustento económico da Quinta, devido à produção e à venda de frutas, principalmente da maçã, vinho e azeite.

A Mata

A Mata da Quinta dos Buxeiros, embora seja formada de forma independente com limites bem definidos por imponentes muros em pedra, localiza-se a poucos metros desta, relacionando-se com a Quinta através dos seus contributos climáticos - de abrigo do vento, da retenção de águas no solo e do equilíbrio biológico, criando um ecossistema em harmonia entre os animais, as plantas e os microrganismos existentes.

Este espaço foi alvo de poucas intervenções do homem, contendo delimitados, apenas, alguns percursos traçados por pequenos recantos pitorescos formados pela própria natureza, justificando o arranjo de outros sítios ligados entre si por estes caminhos.

A Mata surge dotada de uma profusão de manchas de arvoredos, que muito contribuíram para a elevada qualidade do seu ambiente urbano. A plantação destas espécies não obedece a qualquer preocupação de composição paisagística, sendo disposta de forma natural e contrariando o formalismo dos jardins da Quinta.

Tal como o ocorrido noutras Quintas de Recreio, é provável que este espaço tenha contribuído para o prestígio que os desportos cinegéticos e hípicas alcançaram entre as várias formas de recreação da nobreza, contribuindo, desse nodo, para o uso da mata como local de recreio. Fator que continua ativo atualmente, uma vez que este espaço abre portas, esporadicamente, para caminhadas públicas.

Capítulo V

5. Proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros

5.1. Lugar, Sítio e Contexto - Análise Espacial

A elaboração de uma proposta de reabilitação exige um vasto conhecimento acerca do espaço a intervir, do contexto em que se insere e dos indivíduos usufruidores deste espaço.

Deste modo, o tema a desenvolver parte da necessidade de compreensão de um determinado Lugar, das relações que se podem estabelecer entre lugares e do indivíduo enquanto usufruidor.

A análise do Lugar, das suas características e da relação entre o homem e o Lugar são fatores essenciais a ter em conta na formulação de uma proposta de reabilitação de um elemento arquitetónico pré-existente num Contexto específico.

“Em certo sentido, todo o homem que elege um Lugar do seu ambiente para se estabelecer e viver é um criador de espaços expressivos. Dá significado ao seu ambiente, assimilando-o com determinados propósitos, ao mesmo tempo que se acomoda às condições que este lhe oferece.” (Norberg-Schulz, 1975, p.12)

O conceito de Lugar surge do pressuposto da afirmação de um determinado caráter de um determinado espaço, enquanto fenómeno qualitativo. O caráter, por sua vez, é determinado pelas especificidades próprias que constituem o Lugar e pelos fenómenos que proporcionam ou condicionam o habitar e a identificação do homem com esse ambiente espacial (Taboada, 2010).

O Lugar é ainda entendido como um todo composto por coisas concretas, como a cor, a forma, a textura.

Assim, salienta-se a dissemelhança entre “sítio” e “lugar” manifestada, sobretudo, em valores qualitativos. Sendo que cada sítio é um Lugar novo e é preciso defronta-lo e percebe-lo com todas as particularidades que lhe são intrínsecas.

O processo de composição de Lugar parte da clarificação dos valores nele existentes, reorganizando-as dentro de uma lógica integradora do espaço. A arquitetura, por sua vez, caracteriza-se como a entidade que melhor conserva e defende a memória do Lugar, conduzindo a um Contexto, surge como uma jornada pelo tempo e pela história.

A arquitetura surge, assim, como um modelo de memória, evocando referências do passado no presente.

No caso das Quintas de Recreio, o Lugar surge em forma de espaço arquitetónico, construído e idealizado sem limites rígidos e com funções mais ou menos especializadas, garantindo o fruir e o habitar nos espaços que o compõem. Sendo que cada sítio revela o seu próprio carácter e a sua morfologia (Pires, 2007).

Sendo que, qualquer acontecimento se relaciona, obrigatoriamente, com uma localização específica, o conceito de Lugar reconhece a importância da criação de condições ideais para habitar e qualificar os sítios, preservando as memórias do Lugar. Deste modo, a formulação de uma proposta de Reabilitação, na Quinta dos Buxeiros, deverá almejar e respeitar a consciência cultural do lugar a intervir e entender as relações básicas entre o homem e o seu meio envolvente.

Assim, a proposta de intervenção não se baseia apenas na inserção de qualquer elemento arquitetónico numa determinada localização, mas, sim, na integração de novos elementos tendo em conta o Contexto em que se inserem e a sua relação com o ambiente presente, atendendo não só aos fatores físicos como a todas as relações de Lugar, da sua natureza e cultura existencial.

5.2. Estudo programático

5.2.1. Legislação

Tal como referido anteriormente, a elaboração de uma proposta de intervenção exige a aquisição de um vasto conhecimento acerca da situação preexistente do espaço a intervir. Deste modo, a fim de um melhor entendimento da área de estudo, procedeu-se à análise da legislação existente referente ao local e à sua envolvente.

Assim, o estudo da situação preexistente residiu na análise do Plano Diretor Municipal de Viseu (DR 188, 2ª série, de 2013.09.30) - que estabelece as orientações e regras para o uso, ocupação e transformação do uso do solo na totalidade do território municipal - e das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, que integram este documento, pretendendo-se verificar os ordenamentos e as condicionantes da área de intervenção e conseguindo com esta análise tirar as conclusões necessárias a ter por base na elaboração da proposta de intervenção.

Atendendo à análise das Plantas de Ordenamentos do distrito de Viseu, as quais se fragmentam em sete cartas, verifica-se que a área referente à Quinta dos Buxeiros se caracteriza como uma área residencial que se define, segundo o artigo 72º presente na secção II do título IV do PDMV, por “(...) áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, assegurando também

por força da existência de espaços verdes de utilização coletiva o suporte adequado ao desenvolvimento de atividades ao ar livre, de recreio ou similares visando uma qualificação do meio residencial, apresentando volumetrias diferenciadas, correspondentes a diversas morfo-tipologias e a processos diferenciados de urbanização”, onde são admissíveis “(...) usos relacionados com o comércio, serviços, equipamentos, nomeadamente a implantação de estabelecimentos hoteleiros ou de atividades educacionais ou lúdicas, bem como de atividades industriais compatíveis e de armazenamento.”

Verifica-se, ainda que a área de estudo se classificada como Zona Mista - definida segundo o artigo 3º do Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro), como “a área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afecta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível”, classificadas como áreas vocacionada para uso habitacional, para escolas, hospitais, ou espaços de lazer, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração -, localizada no limite das unidades de intervenção integrada de planeamento - UIIPi ; UIIPii ; UIIP II -, estando a área de estudo presente no limite UIIP II49, que segundo o artigo 20º do título III, visa a elaboração de um Plano de Urbanização com base em operações urbanísticas, respeitando as regras gerais de edificabilidade, estipuladas no anexo III do PDM de Viseu.

Por sua vez, a área ocupada pela Mata da Família Pessanha insere-se na categoria de espaços naturais, sendo estes identificados como ambientes originais da própria natureza com pouca interferência do homem, e não se encontra limitada por nenhuma das unidades de intervenção integrada de planeamento.

Constata-se, ainda, que a área de intervenção é trespassada por um corredor ecológico, identificado como uma área que une os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, e ladeada pela Ecopista Dão, sendo o seu acesso direto realizado por uma radial, que possui fácil acesso a um Itinerário Principal, a uma Autoestrada (IP3 / A24) e a um Itinerário Principal requalificado (IP5).

Contudo, uma vez que a proposta de intervenção não ambiciona a projeção de qualquer construção fixa que interfira com o Plano de Urbanização e que atue prejudicialmente com os espaços florestais existente estes fatores não conferem qualquer intromissão a esta. Respeitando todos os ordenamentos anteriormente descritos.

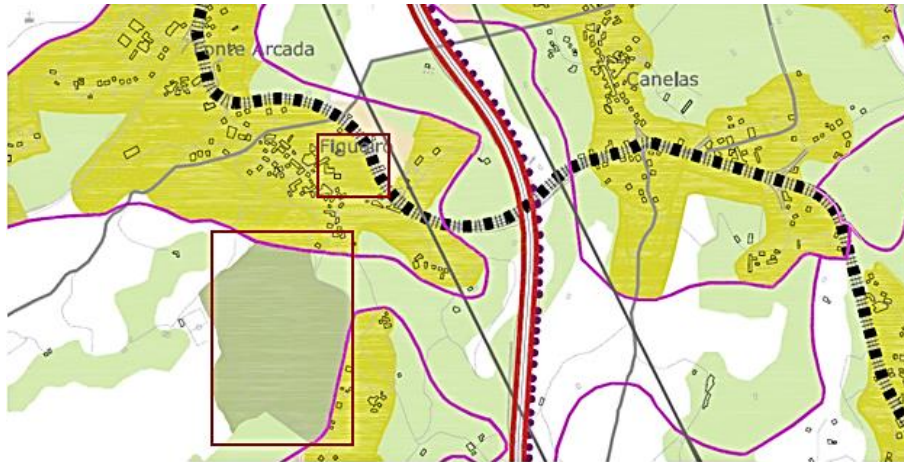


Figura 19 - Planta de Ordenamentos (número 2 de 7) com a área da Quinta dos Buxeiros e a respetiva Mata assinaladas.

Tendo por base a análise das Plantas de Condicionantes do distrito de Viseu, fragmentada em cinco cartas, e tal como se verifica na imagem seguinte, averigua-se que a área da Quinta e da sua Mata não reúnem qualquer condicionante. Contudo é de notar a existência de uma zona de árvores de interesse público, de uma área com contrato de prospeção e pesquisa, de uma rede elétrica (15 KV) e de uma zona de proteção de Albufeiras condicionadas na proximidade da área de intervenção. Sendo que as Condicionantes identificadas, devido à distância a que se situam do espaço de intervenção, não conferem qualquer consternação à elaboração de uma proposta projetual na área referida.

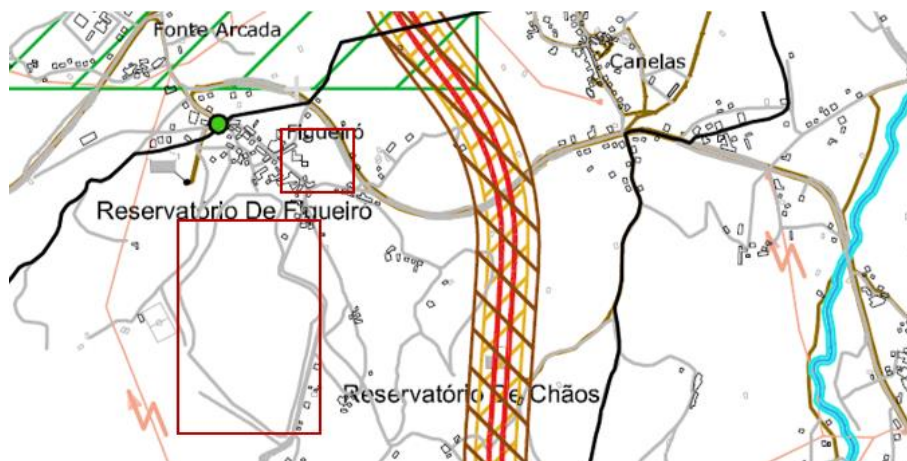


Figura 20 - Planta de Condicionantes (número 3 de 5) com a área da Quinta dos Buxeiros e a respetiva Mata assinaladas.

Numa segunda fase de trabalho, com o propósito da elaboração de uma proposta de turismo rural, são ainda analisados todos os regulamentos considerados essenciais para esse fim. Sendo estudado o Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março - referente ao regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos -, onde, através da análise cuidada de todas as disposições referentes aos empreendimentos turísticos existentes, se constata que, devido ao caráter da habitação e do seu valor histórico e cultural, o que mais se adequa à Quinta dos Buxeiros será o empreendimento de turismo de habitação - classificado, segundo o artigo nº 17 do capítulo II, como “(...)estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares”. Procedendo-se seguidamente à análise da Portaria nº 937/2008, de 20 de agosto referente a este tipo de empreendimento

Deste modo, verifica-se que o empreendimento de turismo de habitação deve cumprir os requisitos gerais de instalação que definem que os empreendimentos devem: cumprir as normas técnicas de construção aplicáveis às edificações em geral, designadamente em matéria de segurança contra incêndio, saúde, higiene, ruído e eficiência energética; conter rede interna de esgotos e respetiva ligação às redes gerais que conduzam as águas residuais a sistemas adequados ao seu escoamento; conter sistema de iluminação e água corrente quente e fria, sistema e equipamentos de segurança contra incêndios nos termos de legislação específica, sistema de climatização adequado às condições climatéricas, área destinada ao estacionamento, área de receção e atendimento a hóspedes - com registo das entradas e saídas dos hóspedes, serviço de reservas de alojamento, receção, guarda e entrega aos hóspedes de mensagens, correspondência e demais objetos que lhe sejam destinados e prestação de informação ao público sobre os serviços disponibilizados - e o edifício principal deve dispor de uma sala de estar destinada aos hóspedes e, caso desejado, ao uso do proprietário ou do seu representante, quando este ali reside.

Relativamente às unidades de alojamento (quartos ou suites), os empreendimentos de turismo de habitação não devem exceder o número máximo de quinze unidades destinadas a hóspedes, tendo estipuladas, segundo o artigo 14º da secção II, como medidas mínimas do quarto individual de 10m², do quarto duplo de 12m² e no caso da existência de sala privada a área de 10m² - devendo estes espaços ser dotados de todos os elementos essenciais ao seu funcionamento e de uma instalação sanitária privativa.

O empreendimento pode, ainda, incluir unidades de alojamento fora do edifício principal, em edifícios contíguos ou próximos, que com ele se harmonizem do ponto de vista arquitetónico e da qualidade das instalações e equipamentos. Contudo, quando pelo menos duas dessas unidades - podendo existir até ao limite de três unidades - se integram num edifício autónomo esse deve dispor, no mínimo, de uma sala privativa, uma pequena cozinha (kitchenette) e de uma instalação sanitária por unidade de alojamento.

5.2.2. Casos de Estudo

Com a análise efetuada precedentemente e com a aquisição de um vasto conhecimento, não só de atos de requalificação de casas monumentais como da sua conversão em empreendimentos turísticos, essencial para a elaboração de uma proposta de reabilitação mais eficiente são analisados três casos de estudo de Quintas de Recreio portuguesas que passando por ações de restauro foram convertidas em empreendimentos de turismo de habitação.

5.2.2.1. Quinta da Comenda



Figura 21 - Quinta da Comenda.

A Quinta da Comenda, localizada em São Pedro do Sul, destaca-se como um lugar de grande riqueza histórica, tendo a casa nela implantada sido a Casa-Mãe da Comenda de Ansemil - doada, em 1143, por D. Teresa, mãe do 1º Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, ao seu irmão D. Raimundo que por sua vez, a doou à Ordem Religiosa de Cavalaria D. João de Jerusalém, conhecida mais tarde como Ordem de Malta.

A Ordem de Malta, situada na Quinta da Comenda, tratava e albergava cavaleiros que se deslocavam a caminho de Jerusalém, pela estrada romana que passava pela Quinta. Tendo, a Quinta, pertencido a esta Ordem até 1834, data em que foi oferecida ao Porteiro-Mor do reino e passou a pertencer a descendentes da coroa até à implantação da república.

Em 1984 a Quinta da Comenda foi comprada pela família de José e Laura Cardoso da Rocha, que tendo encontrado a propriedade em avançado estado de degradação iniciou de imediato as obras necessárias à salvaguarda deste tão rico património (Carvalho, 2007).

Atualmente a Quinta da Comenda apresenta-se como uma unidade modelo, tendo sido convertida a empreendimento turístico de habitação, proporcionando um ambiente acolhedor que alia o conforto da habitação aos imensos espaços verdes que convidam ao descanso e à meditação⁷.

⁷ In <http://www.quintadacomenda.net/index.php/pt/>, acedido pela última vez a 26-04-2017.

5.2.2.2. Quinta do Terreiro



Figura 22 - Quinta do Terreiro.

A Quinta do Terreiro é uma propriedade do século XVIII localizada a cerca de 8 km de Lamego, na Região do Douro, numa zona de elevada densidade monumental, palco de um vasto Património Histórico, nomeadamente da primeira Abadia de Cister em Portugal - Mosteiro de S. João de Tarouca, cuja construção é datada de 1140 -, o Monteiro de Salzedas - abadia cisterciense do século XII -, a ponte fortificada da Ucanha, o Convento de Ferreirim, a Igreja Visigótica de Balsemão e a Sé e Castelo, Museu, Santuário de Nossa Senhora dos Remédios (Carvalho, 2007).

Atualmente a Quinta do Terreiro apresenta-se como uma das mais recentes unidades de turismo de habitação disponíveis em Portugal. Tendo, devido ao seu estado de degradação, passado por diversas ações de recuperação, visando a preservação das suas características originais e introduzindo elementos de modernidade, a fim de garantir um melhor conforto e comodidade⁸.

Como empreendimento turístico de habitação, a Quinta do Terreiro, alia a componente de alojamento à vertente de organização de eventos - como casamentos, batizados, festas de aniversário, festas temáticas, cocktails para lançamento de produtos ou serviços, provas de vinhos, reuniões de empresas, conferências e seminários-, dispondo de um espaço dedicado exclusivamente a esse fim, composto por um vasto conjunto de serviços e por todas as infraestruturas necessárias.

A casa, por sua vez, desfruta de dez quartos equipados, uma sala de leitura, uma sala de bilhar e bar, uma sala de refeições, um salão para reuniões, piscina, campo de ténis e, ainda, diversos espaços de jardim proporcionando um agradável ambiente aos seus visitantes⁹.

⁸ In <http://www.solaresdeportugal.pt/>, acedido pela última vez a 27-04-2017.

⁹ In <http://www.quintadoterreiro.com/>, acedido pela última vez a 27-04-2017.

5.2.2.3. Casa das Torres de Oliveira



Figura 23 - Casa das Torres de Oliveira.

A Casa das Torres de Oliveira, cuja origem remonta ao ano de 1740, encontra-se envolvida por uma propriedade de trinta hectares de vinha em socalcos, implantados em terrenos xistosos, a cerca de 4 km da Régua.

A casa, pelo seu equilíbrio de formas e pela sua riqueza ornamental, constitui um magnífico Solar do século XVIII. Contudo a história desta propriedade remonta ao século XV quando a Comenda de Oliveira, em Terras de Cima Douro foi dada como recompensa, pelo Rei Afonso V, a Afonso de Mansilha, nobre fidalgo, oriundo da Galiza, pelos serviços prestados a este na Batalha do Toro, em 1476. Assim, a sétima neta de D. Afonso de Mansilha, que casou com o Doutor José António de Sousa e Faria - Fidalgo da Cota de Armas, Cavaleiro da Ordem de Cristo do Desembargo de Sua Majestade El-Rei Dom João V - veio herdar esta propriedade, tendo sido o seu marido, o sétimo-avô dos atuais proprietários, quem mandou construir a Casa das Torres de Oliveira, no mesmo lugar onde até então tinha permanecido a antiga Casa da nobre família Mansilha.

Assim, a Casa das Torres de Oliveira surge com uma riqueza extrema, visível não só na sua riqueza arquitetónica como na sua implantação que permitiu encabeçar, a partir do Solar, uma imensa propriedade agrícola, como o desfrute de uma paisagem extraordinária, composta pelas vastas vinhas e pelo deslumbre do Rio Douro. Sendo de notar, a ligação desta propriedade com a produção de vinhos, como o vinho do Porto e outros vinhos de mesa, brancos e tintos, comercializados sob a designação de Sedinhas, apelido atribuído carinhosamente a José António de Sousa Faria por usar trajes de seda na época de construção da habitação.

Devido à importância histórica da propriedade, a família decidiu abrir, em 1994, a herança deste Solar ao público. Tendo, depois de restaurada, sido convertida em turismo de habitação, a propriedade conta, atualmente, com seis quartos, como os espaços interiores redecorados, com salas-de-estar e como outros espaços no interior e no exterior, aptos para refeições gastronómicas, provas de vinhos, refeições de negócios, seminários, casamentos, festas e outros eventos (Carvalho, 2007).

5.3. Novo Uso: Proposta de Reabilitação - Programa Proposto

A presente dissertação de mestrado fundamenta-se com a elaboração de uma proposta de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros, que se destaca pelo seu valor patrimonial, pela sua grande importância histórica, cultural e arquitetónica.

Deste modo, indo de encontro com todos os princípios para uma reabilitação consciente, com a valorização da situação pré-existente, com os interesses do proprietário da Quinta dos Buxeiros e com o disposto em todos os regulamentares referentes ao local - observando as normas gerais e específicas da construção, bem como todos os instrumentos legais aplicáveis - o programa que se apresenta para a requalificação da Quinta prevê a preservação de todas as fachadas e de grande parte do interior do Solar, a fim de preservar os elementos marcantes e reconstituidores de várias épocas históricas.

Para a concretização da presente proposta foi necessário proceder à elaboração do levantamento fotográfico, disposto no anexo III, e arquitetónico do Solar, do antigo estábulo, da adega e dos elementos exteriores da Quinta (uma vez que o acesso às restantes edificações não foi permitido), com o fim de um primeiro juízo sobre o espaço e do seu estado de conservação.

O programa proposto visa a requalificação da Quinta dos Buxeiros a um novo uso, pretendendo-se converter o espaço num empreendimento de turismo de habitação, e prevê a existência dos seguintes equipamentos:

Corpo A - O Solar

Na presente proposta de reabilitação propõe-se a adaptação do Solar da Família Pessanha a um empreendimento de turismo de habitação, pretendendo-se equipar o espaço com todas as competências necessárias para esse fim.

Desse modo, propõe-se que o piso térreo do Solar seja dotado com áreas referentes à receção do espaço e ao lazer. Sendo projetado um espaço de Spa e um espaço de bar relacionados com a atividade vinícola da Quinta.

O primeiro piso do Solar irá manter grande parte das suas funções originais, sendo dotado de todas as áreas de serviço, dos espaços de refeições, dos espaços de estar e de dormida que se estendem até ao sótão, onde se irão verificar a maior parte das alterações.

A capela irá manter a sua organização original sofrendo apenas ações de salvaguarda, sendo dotada de todas as condições de segurança para ser aberta ao público.

Corpo B - Anexo

Relativamente ao anexo, projetado anteriormente como um antigo estábulo e como casa da governanta do Solar, pretende-se a reorganização do espaço, com finalidade de reunir todas as

condições essenciais de uma unidade habitacional autónoma. Alargando a oferta do empreendimento turístico.

Assim, este espaço é projetado com três quartos - sendo um deles dotado de todas as competências essenciais a uma pessoa com mobilidade reduzida -, uma sala e uma *kitchenette*.

Corpo C - Adega

Tal como anteriormente referido, a presente proposta pretende relacionar o empreendimento turístico com as atividades produtivas da Quinta.

Desse modo, pretende-se o restauro da Adega exterior à casa tornando a área visitável e criando paralelamente a este uma nova construção, destinada à criação de um espaço de provas de vinho, localizado no jardim da fachada norte do Solar, que será dotado de uma cozinha, um espaço de bar, de instalações sanitárias e de espaços destinados às provas de vinho, mantendo o constante contacto com a natureza envolvente.



Figura 24 - Imagem de satélite da Quinta dos Buxeiros.

Além da reabilitação dos elementos enunciados anteriormente, a proposta abrange a requalificação dos espaços de hortas que se encontram em desuso. Para estes espaços pretende-se a criação de um novo equipamento, projetado como espaço de eventos, e de um parque de estacionamento.

A proposta de intervenção nos edifícios indicados prevê a execução de obras de restauro obedecendo a dois critérios orientadores fundamentais, como o respeito pelo caráter e autenticidade do existente e a observação dos princípios para uma atuação sustentável. Para esse fim, a intervenção proposta abrange a demolição seletiva de alguns elementos, a reparação de danos, o reforço estrutural, a beneficiação do desempenho e a adição de novos elementos.

O programa proposto, de conversão da Quinta dos Buxeiros em turismo de habitação, visa, ainda, a projeção dos espaços de modo a que cumpram todos os princípios de um empreendimento turístico de habitação, enunciados na Portaria nº 937/2008, de 20 de agosto, e todos os requisitos de acessibilidade e mobilidade, expostos no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto.

5.4. Proposta Projetual

5.4.1. Ideia e Abordagem Temática

O conceito subjacente ao projeto e que suporta a concretização funcional/programática e formal da proposta apoia-se na ideia de oferecer à localidade um espaço de excelência, visando a promoção da cultura.

Sendo, o Solar da Família Pessanha, um edifício de manifesta importância histórica, devido à sua arquitetura, e sendo fundamental encontrar um programa arquitetónico que se ajustasse ao lugar, propõe-se adaptar o espaço a unidade turística de habitação, sem por em causa o Solar, mudando-lhe o uso, mas revalorizando este património.

Assim, surge a presente proposta, fundamentada por um estudo prévio assente nos critérios orientadores e metodológicos do restauro. Garantindo por meio da manutenção dos materiais, técnicas, funções e pelo sentido do lugar estabelecido, a harmonia com o próprio meio natural e a autenticidade por meio da manutenção dos seus valores originais.

Deste modo, os principais objetivos e critérios técnicos partem, numa primeira fase, da identificação de danos físicos e patologias construtivas - sendo elaborado um mapa de anomalias do Solar e de todos os elementos que compõe a Quinta dos Buxeiros, disposto no anexo IV - e, posteriormente, na sua resolução, procedendo-se a um melhoramento geral, que passa pelo restauro e preservação, sempre que possível, de todos os elementos disponíveis, pela modernização e ampliação dos equipamentos e instalações.

Contudo, tratando-se de um edifício com valor patrimonial, um dos objetivos desta proposta passa pela salvaguarda da identidade de um lugar característico de uma época para as gerações futuras, pretendendo-se preservar o valor arquitetónico, cultural e os valores ambientais do espaço. Criando um espaço atual que mantenha presentes as memórias do passado e a essência original do Solar e de toda a sua envolvente.

A análise da Quinta dos Buxeiros demonstrou a indispensabilidade de intervenções a fim de manter vivo o lugar, que tendo passado por diversas épocas soma diferentes aspetos construtivos - quanto a materiais, técnicas e escalas -, abrangendo desde a renovação dos muros de contenção da quinta, dos muros de separação de espaços exteriores ao restauro de inúmeros elementos exteriores - como bancos, escadas, lagos, tanques, fontes, pérgulas, entre outros.

Relativamente ao Solar, grande parte das ações de restauro recaem nos interiores da habitação e da capela, que surge anexa a este. Sendo de notar uma grande urgência na recuperação dos telhados deste espaço - que se demonstram deteriorados e em risco de colapso em algumas áreas -, de algumas áreas da laje do primeiro piso - que devido à degradação do telhado verifica a presença de humidade -, de todos os pavimentos e tetos - que de encontram desgastados e envelhecidos.

Pretendendo-se a conjugação do empreendimento de turismo de habitação com as especificidades originais da Quinta, aleando o recreio com a atividades produtiva, o espaço é projetado com diversas atividades alusivas às atividades vinícolas da Quinta dos Buxeiros.

Sendo introduzido um espaço de Spa, no piso térreo do Solar, que conta, salvo restantes atividades, com um programa Vinoterápico - identificado como uma prática que, utilizando o mosto e outros derivados da uva, se revela muito eficaz em tratamentos de rejuvenescedores, de relaxamento e de profunda desintoxicação. A criação deste espaço teve como referências outros Spas que implementaram esta prática nos seus tratamentos, entre eles o Vinothérapie Spa em Paris e o Hotel Spa The Yeatman, no Porto. À semelhança destes espaços, pretendem-se introduzir, no espaço de Spa do Solar da Família Pessanha, tratamentos de pele, esfoliações e o banho no barril para relaxamento, com extrato de uva, e com efeito drenante, com extrato de vinho tinto.

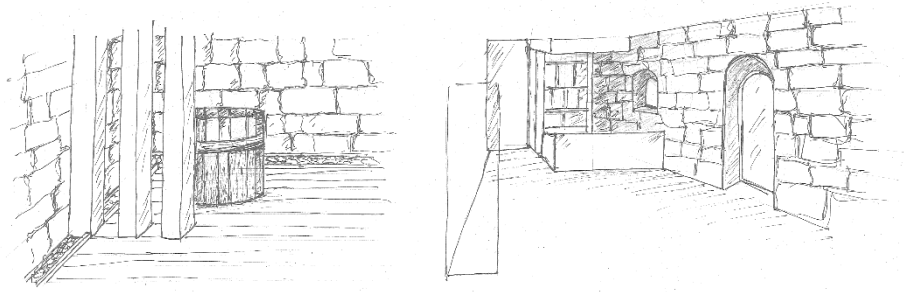


Figura 25 - Esquícios da área de Spa e de Bar.

A alusão à atividade vinícola é ainda verificada nos espaços de adega, tando no espaço do interior do Solar - que embora convertido a um espaço do bar irá manter alguns elementos representativos do antigo uso deste espaço, como as garrafeiras e os pavimentos e paredes em pedra -, e da adega exterior à habitação, onde se localizam os lagares de produção, que será dotado de uma nova construção destinada à realização de provas de vinhos.

Esta nova construção - provida de um espaço de lazer, envolto por elementos marcantes do jardim, como as árvores e o lago existente, e por áreas de bar, cozinha e instalações sanitárias - é introduzida no jardim da fachada Norte do Solar e surge como uma construção versátil, estruturada essencialmente em madeira, de modo a não interferir prejudicialmente com o espaço de jardim, moldando-se a este e acentuando o seu contacto com a natureza.

Nos espaços de hortas, dotados com um espaço verde de excelência e uma assinalável biodiversidade dendrológica, propõe-se a criação de um novo espaço direcionado para criação de múltiplos eventos - contemplando exposições temporárias, oficinas criativas e congressos, seminários, reuniões, casamentos, batizados, cocktails, entre outros -, projetado com todos os equipamentos necessários a esse fim - como um espaço aberto de receção e circulação, uma cozinha, instalações sanitárias e duas salas destinadas a eventos com a possibilidade de serem convertidas num espaço mais amplo - e tendo como referências o próprio espaço envolvente,

as dobragens de papel - que irão ser responsáveis pela disposição da cobertura deste espaço - e o trabalho do arquiteto Daniel Libeskind.

Em suma, com a presente proposta projetual ambiciona-se a realização de uma intervenção com a finalidade de converter a Quinta dos Buxeiros num espaço de história, arte, cultura e de lazer para fruição pública e privada.

5.4.2. Opções Estratégicas

5.4.2.1. Relação Interior e Exterior

O jardim histórico, entendido como herança social, constitui um documento importantíssimo no testemunho de tradições seculares, exigindo uma responsabilidade de salvaguarda no sentido de transmitir às gerações seguintes a sua autenticidade.

Deste modo, sendo o jardim um dos elementos mais marcantes da Quinta dos Buxeiros, a proposta de requalificação do espaço acentua a relação constante entre os espaços interiores e exteriores.

Relativamente ao Solar da Família Pessanha a sua relação com toda a envolvente manter-se-á intacta, continuando este a ser o objeto central, com uma visão privilegiada para todos os espaços que compõem a quinta, acentuando o conceito de vilegiatura tão próprio das Quintas de Recreio.

A disposição do espaço exterior envolto ao Solar continuará com a mesma definição, pretendendo-se apenas o restauro e a salvaguarda de alguns elementos, mantendo-se os acessos principais ao Solar e ao anexo, os acessos à área de serviço - onde as habitações já utilizadas para o albergue dos funcionários continuaram com o mesmo uso - e ao acesso do antigo espaço de hortas.

O antigo espaço de hortas será alvo de algumas reorganizações, sendo nele projetado um espaço de eventos e um parque de estacionamento - dotado de cinquenta e seis lugares de estacionamento sendo três deles aptos para pessoas com mobilidade condicionada -, de serventia ao empreendimento turístico e a este novo elemento.

Uma vez que a presente proposta de reabilitação visa uma requalificação consciente do espaço, a proposta parte da salvaguarda de identidade do lugar. Sendo apenas proposto a ampliação da adega exterior ao Solar, com uma leve construção, em madeira, destinada à organização de provas de vinhos, e a construção do espaço de eventos. Sendo estas construções projetadas em função da envolvente e funcionando em plena harmonia com a natureza.

Sendo que, uma vez que o espaço de provas de vinhos surge no jardim norte, a fim de que este não prejudique a fauna existente, são implementados pequenos pátios que envolvem as árvores

no interior da construção, de forma a salvaguardar todas as árvores do espaço, desenrolando-se a construção em torno destas e do lago central do jardim.

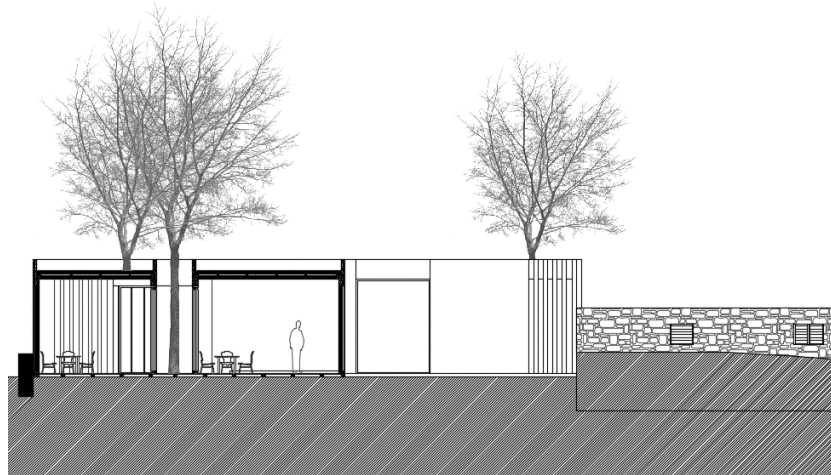


Figura 26 - Corte do espaço de provas de vinhos com pátio interior.

Relativamente ao espaço de eventos, o pavilhão surge sob pilares e molda-se à envolvente - permitindo a passagem pelos percursos existentes e não atuando prejudicialmente com a fauna e com o rio presentes na Quinta.

Uma vez que a maioria dos espaços de jardim são apenas acessíveis por escadas são, ainda, projetadas rampas de acesso aptas para pessoas com mobilidade condicionada.

5.4.2.2. Sistemas Estruturais e Construtivos - Empreendimento de Turismo de Habitação

A dimensão total da Quinta dos Buxeiros obriga a uma certa manutenção e afeta a concretização de projetos de restauro, face aos problemas que vão surgindo ao longo do tempo. Desse modo, devido às marcas do tempo e à incapacidade de dar atenção à degradação de todos os espaços, os elementos que compõem a Quinta e os interiores do Solar denotam algumas anomalias.

Assim, face ao estado atual de degradação da Quinta, em especial dos materiais, pretende-se com esta intervenção proceder a um conjunto de obras de recuperação e conservação dos espaços, por forma a garantir a sua preservação e a restituir-lhes uma imagem digna e adequada à sua natureza histórica. Não obstante, a consolidação do edifício pretende ser o mais conservativa possível.

Surgiu, assim, a necessidade de realizar uma estratégia que especificasse as prioridades e o tipo de intervenção, a fim de corresponder à resolução de todas as anomalias.

Na presente intervenção propõe-se a construção de um novo edifício destinado a eventos vários e de uma nova estrutura reservada para provas de vinho, assentes em estruturas versáteis, facilmente montáveis e usufruidoras de uma leveza estética, pretendendo-se uma harmoniosa interferência com o espaço de jardim.

Relativamente à preexistência, a operação visa a preservação de todas as construções circundantes ao Solar, à exceção do antigo curral (localizado no espaço de horta) que devido ao seu estado de degradação será demolido. Na reabilitação dos edifícios pretendem-se algumas transformações físicas, das volumetrias, verificando-se a demolição e a reformulação da cobertura do Solar e de alguns elementos do interior dos edifícios, nomeadamente do Solar e do anexo, como escadas e algumas paredes, a fim da conceção de uma proposta de turismo de habitação mais eficiente.

Especificamente no interior do Solar e da capela, por serem os edifícios mais antigos e consequentemente os que mais carecem de ações de salvaguarda, propõe-se o reforço de todas as lajes e escadas, a pintura das paredes, o restauro dos pavimentos em madeira, a substituição dos azulejos das áreas húmidas e o restauro dos elementos decorativos, como os tetos de madeira, os frescos e os painéis de azulejos.

Nos exteriores verificam-se diversas anomalias como a degradação de alguns elementos como bancos, muretes, escadas, tanques de pedra - aos quais se propõe a sua lavagem e manutenção -, muros repletos de colonização biológica - que necessitam da remoção desses elementos e da sua lavagem -, a destruição de muros de contenção, de pérgulas e de painéis de azulejos presentes em fontes, bancos e pequenos apontamentos nas fachadas da casa - que necessitam de ser reconstruídos - e a degradação dos espaços de horta, que se encontram com um revestimento vegetal irregular e coberto de ervas daninhas, e de caminhos, pavimentos e canteiros, que se encontram mal delimitados, degradados e destruídos - sendo necessária a sua limpeza e redefinição, de forma cuidada.

5.4.2.2.1. Aspetos Gerais de Construção

Sendo a reabilitação um dos temas principais desta dissertação, torna-se essencial elaborar um estudo, de forma sintética e célere, dos diversos tipos e soluções construtivas nas construções antigas, tendo por base a investigação de João Appleton, no livro “Reabilitação de Edifícios Antigos - Patologias e Tecnologias de Intervenção” (2003), e de Joaquim Teixeira, na pesquisa “Descrição do sistema construtivo das Casas Burguesas do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitetónica em Portugal” (2004). Uma vez que, tal enquadramento permitirá perceber a melhor maneira de solucionar os problemas existentes e de reforçar esses elementos, conferindo uma maior durabilidade, segurança e conforto aos espaços.

Identificando-se como principais elementos estruturais e construtivos constituintes dos edifícios as fundações, as lajes, as coberturas, as paredes, as escadas e os vãos.

Seguidamente serão ainda abordados outros componentes essenciais a um melhor atendimento da proposta de reabilitação - como: a ventilação, o aquecimento e a iluminação.

Fundações

À semelhança das restantes edificações da época de construção do Solar da Família Pessanha, as construções em estudo apresentam fundações executadas em alvenaria de pedra.

Contudo, uma vez que não se verifica nenhuma alteração geométrica nas alvenarias, deformação dos vãos, desnivelamentos das paredes ou qualquer anomalia que indique um deficiente comportamento das fundações dos edifícios, a presente proposta não engloba quaisquer intervenções nestes elementos.

Lajes

A estrutura das lajes é essencialmente composta por vigamentos em troncos de madeira, paralelos entre si, que são falqueados ou aparados de forma a permitirem que, na face superior se apoie o tabuado do pavimento, que na face inferior se ajuste o teto da divisória do piso abaixo e que na proximidade das paredes de fachada permitam um melhor encaixe e apoio. Para além disso, a estrutura possui um conjunto de tarugos de modo a evitar a deformação das vigas, normalizando as tensões. Sobre toda a estrutura são aplicadas as tábuas do pavimento, fixadas com pregos.

No caso da laje do sótão, a estrutura do vigamento não apoia diretamente na parede, mas sim num frechal que está embutido na mesma.

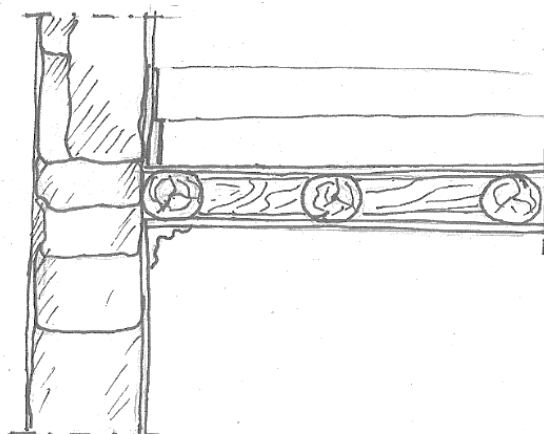


Figura 27 - Pormenor de um corte por uma fachada.

Constatando-se a necessidade de refazer estes elementos, pretende-se a preservação dos tetos em madeira - por conterem relevos e frescos e por estarem em bom estado de conservação -, o restauro dos pavimentos em madeira - devendo este elemento ser retirado e devidamente tratado antes de se voltar a aplicar - e ao reforço da laje através da aplicação de uma laje

mista de madeira e de betão armado sobre a viga de madeira existente, e ligada a esta através de conetores de ligação às vigas. Além destes elementos as lajes irão contar ainda com a implementação de lã de rocha, entre as vigas, e de uma membrana acústica, entre a laje e o pavimento.

Coberturas

Os telhados do Solar, com várias águas, e o do anexo, com duas águas, assumem uma estrutura constituída por uma armação simples de vigas dispostas em forma de “tesoura”, unidas por encaixe a meia madeira e apoiadas numa viga transversal que descarrega nas paredes de meiação. Para além deste apoio, a estrutura é travada transversalmente por uma outra viga de menor dimensão, que a meia altura de encaixe se apoia na “tesoura” principal.

Quanto ao travamento longitudinal, tem-se a meio vão das duas vigas o pau de fileira e as madres. Na transição das vertentes principais encontra-se uma viga que se apoia no pau de fileira e no contrafrechal.

As telhas são aplicadas sobre uma estrutura de varas sobre os quais são pregadas transversalmente tábuas, que constituem um guarda-pó, e um ripado que suporta e apoia as telhas.

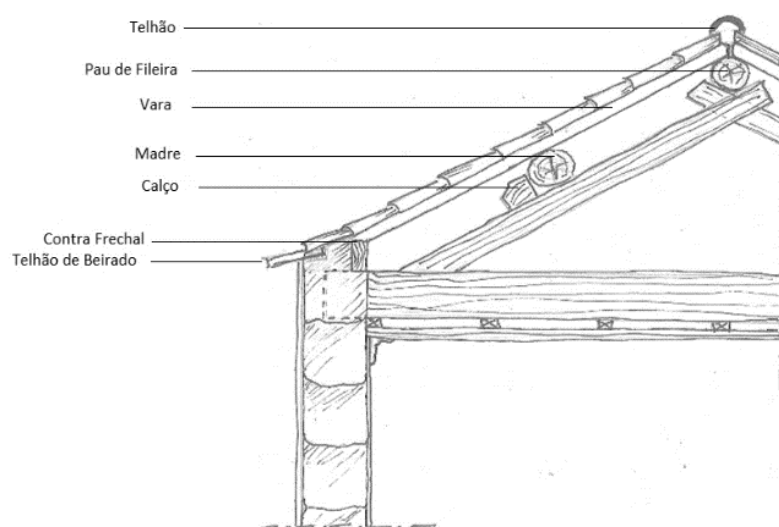


Figura 28 - Pormenor da Cobertura.

A cobertura do anexo não terá grandes alterações formais, contudo o telhado do Solar será reformulado através do seu aumento, do reforço da estrutura e da substituição das telhas existentes que se encontram muito deterioradas, com a finalidade de tornar o espaço do sótão habitável.

Para este fim, as coberturas assumirão um novo sistema estrutural composto pela nova telha - rematada por um telhão com ventilação -, pelo ripado de madeira de cobertura, pelo contra ripado, pela tela para subtelha, por poliestireno extrudido, por uma barreira para vapor, por um painel de aglomerado de partículas de madeira (OSB) e por gesso cartonado *standard*.

Paredes

As paredes exteriores dos edifícios, em alvenaria de pedra, assumem-se como as paredes estruturais dos espaços.

As paredes interiores, de madeira, são usadas essencialmente para compartimentação dos pisos. Estas paredes são formadas por um esqueleto em tábuas de madeira, dispostas na vertical e na diagonal (com espessura entre os 2 e os 3 cm e largura de 20 cm), por prumos (com geometria quadrangular de 7 cm), são fechadas no topo por um barroto horizontal, pelo fasquiado aplicado sobre as tábuas e revestidas com reboco de argamassa em ambas as faces.

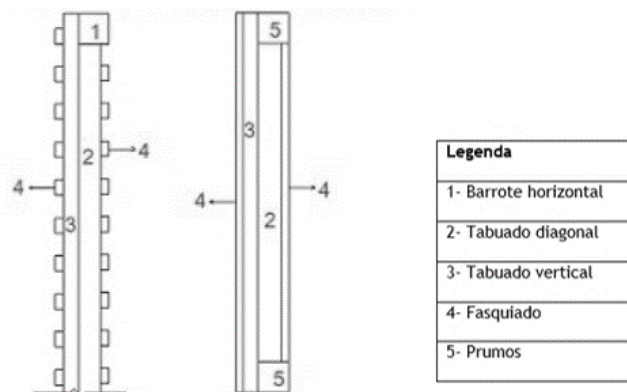


Figura 29 - Esquema de corte vertical e horizontal de uma parede de fasquio.

Na proposta de reabilitação, todas as paredes dos edifícios iram sofrer intervenções de modo a tornar os edifícios mais eficientes face a questões térmicas e acústicas.

Deste modo as ligações das paredes de alvenaria de pedra com as lajes e as coberturas serão reforçadas - através da colocação de dispositivos metálicos de ancoragem nas extremidades das vigas, sendo as próprias vigas usadas como tirante para melhorar a ligação das paredes opostas -, e todas as paredes, de alvenaria e de madeira, serão revestidas, sempre que necessário, com sistemas de gesso cartonado com isolamento.

As paredes novas serão executadas com o sistema completo de gesso cartonado com isolamento. Sendo utilizado o gesso cartonado hidrófugo nas divisórias das áreas húmidas e o gesso cartonado *standard* nas restantes áreas.

Escadas

As escadas interiores do Solar surgem apoiadas em paredes de alvenaria de pedra e em paredes de madeira.

Em função da largura das escadas, os lanços são vencidos por duas ou três vigas perna, que se apoiam por entalhe nas cadeias dos patamares do piso - que possuem cadeias apoiadas no vigamento do pavimento - e nos patamares intermédios - que possuem as cadeias apoiadas nas paredes das escadas.

Os degraus são formados por tabuas pregadas em forma de esquadro, formando os cobertores e os espelhos. Na parte inferior estão aplicados fasquios para se realizar o acabamento.

A maioria das escadas do edifício encontram-se em bom estado de conservação, na medida em que apenas sofreram ações de restauro das suas madeiras e serão reforçados os seus apoios nas paredes de taipa de fasquio. Contudo, a escada localizada na área de serviço da casa será demolida, uma vez que, sendo responsável pelo acesso ao sótão, devido à falta de condições da cobertura, foi sujeita a muita humidade que contribuiu para o apodrecimento das madeiras deste elemento. Desse modo, este acesso passará a ser feito na sala de entrada, através da construção de uma nova escada.

A nova escada do Solar, composta por cobertores de madeira de carvalho, de 4cm de espessura, assenta numa estrutura de perfis de aço. As guardas da escada serão formadas com cabos de aço, que se prolongam por todo o pé direito, aleando o efeito estético à componente de segurança.

Relativamente ao anexo, face à inexistência de um acesso interior ao primeiro piso, projeta-se uma escada interior, estruturada em aço e revestida a madeira, sob a qual se organiza um espaço de *Kitchenette*.

Vãos

As portas interiores dos edifícios são de uma só folha, de madeira maciça e destacam-se pelos seus adornos decorativos, com relevos em madeira.

No caso do Solar as portas exteriores são todas em ferro, apenas com uma bandeira decorativa, que permite a iluminação e a ventilação do interior da casa, à exceção das portas do alçado principal, que são de madeira e assumem uma forte exuberância decorativa.

As janelas das habitações, dispõem-se em três tipos: fixas, de guilhotina e de batente, na sua maioria envidraçadas, com vidro duplo, à exceção de algumas janelas do piso térreo do Solar que são de ferro.

No caso das janelas de vidro as caixilharias são de madeira.

Uma vez que se encontram em bom estado de conservação e que cumprem as normas de segurança, grande parte das portas exteriores e interiores serão mantidas, passando apenas por ações de manutenção. Devido à largura de algumas das portas interiores, que não cumprem as dimensões mínimas recomendadas, essas passarão por ações de restauro a fim da sua ampliação, mas preservando a sua linguagem original. Tendo sido necessário retirar o total de onze portas de duas folhas e quinze portas de uma folha, das quais se iram reutilizar dezoito.

Deste modo, são apenas utilizadas portas novas, da coleção “NATURDOR da Vicaima”, nas áreas do sótão e do Spa.

Relativamente às caixilharias e aos gradeamentos dos edifícios, uma vez que já haviam sido substituídos, sendo aptos a todas as normas de segurança e acústica, estes serão mantidos.

Deste modo, todas as fachadas serão preservadas com as suas características originais, sendo apenas previstas pequenas obras de manutenção das chaminés, cantarias e cornijas em pedra do Solar e do anexo, onde se verificam algumas Crostas Negras, propondo-se a lavagem dos elementos em pedra e uma nova pintura das paredes e das chaminés.

Ventilação

A ventilação do edifício será, sempre que possível, feita de forma natural, à exceção dos espaços interiores (algumas instalações sanitárias) que serão ventilados mecanicamente, com recurso a colunas de exaustão direcionadas para a cobertura.

Aquecimento

O aquecimento do edifício será efetuado pelo sistema de aquecimento central a gasóleo, existente na casa.

Iluminação

A iluminação, tal como a ventilação será, sempre que possível, feita de forma natural, contudo, uma vez que o programa proposto engloba o reaproveitamento do sótão para alojamento, a iluminação é feita também de forma zenital.

A iluminação artificial será realizada através de focos de luz encastrados nos tetos falsos, no espaço do sótão no Solar e nos compartimentos do anexo, e por candeeiros, utilizando sempre que possível os focos de luz existentes.

Nos jardins da Quinta serão implementados alguns pontos de luz encastrados no pavimento, evidenciando percursos.

5.4.2.2.2. Aspetos Gerais de Acabamento

As instalações sanitárias de serventia aos quartos, são revestidas com pedra mármore travertino, nos pavimentos e na área de duche.

As louças utilizadas serão todas de cor branca e fazem parte da coleção EGG da “VALADARES” e são¹⁰:

- Sanitas cerâmicas, de 0,42 x 0,40 x 0,40m, com tanque de coluna e mecanismo de dupla descarga;
- Lavatórios de pousar, cerâmicos, de 0,50 x 0,38 x 0,12m;
- Bidés, cerâmicos, de 0,50 x 0,40 x 0,33m;
- Torneiras misturadoras para lavatório;

¹⁰ Os materiais e aspetos construtivos relativos à instalação sanitária tiveram como referência o seguinte site: <http://archvaladares.com/>, acedido pela última vez a 24-05-2017.

- Bases de duche, cerâmicas, de tamanho variável.

A ventilação das instalações sanitárias é feita por colunas de exaustão. As águas residuais são encaminhadas para dois tubos de queda, o tubo de águas saponáceas - para onde são encaminhadas as águas provenientes dos lavatórios e dos duches após passarem pela Caixa Sifonada - e o tubo de águas fecais - para onde são conduzidas as águas oriundas das sanitas.

As restantes instalações sanitárias contam com revestimentos cerâmicos do tipo “Porcelanosa, série Floor Tiles, modelo Soho Taupe”.

A cozinha e a copa possuem pavimento cerâmico do tipo “Porcelanosa, série Floor Tiles, modelo Tribeca Acero” e revestimento de paredes em cerâmica do tipo “Porcelanosa, série Wall Tiles, modelo Portland Caliza”.

Sendo a cozinha composta por espaços de arrumos, um frigorífico de uma porta, por duas pias de cozinha em inox polido de cor cinza, por um fogão industrial com quatro bocas e duas arcas horizontais, e a copa por dois espaços de despensa e por uma zona destinada ao serviço do espaço de refeições, composta por armários e por um lavatório cerâmico de cor branca, da marca “Valadares”, com torneira misturadora¹¹.

A ventilação deste espaço é feita por uma coluna de exaustão e as águas provenientes das pias de cozinha são encaminhadas, após passarem pela Caixa Sifonada, para o tubo de águas saponáceas.

Os restantes espaços do Solar e do anexo contam com os seus pavimentos originais restaurados, em madeira de carvalho maciça ou em pedra, e com a implementação de novas madeiras nas restantes áreas destinadas a habitação em que não foi possível reaproveitar os pavimentos antigos.

5.4.2.2. Sistemas Estruturais e Construtivos -Novas Construções

O espaço de provas de vinho construído paralelamente à adega surge num sistema estrutural versátil, contando essencialmente com materiais como barrotes de madeira de Carvalho e painéis *Viroc*, conhecidos pela sua flexibilidade de aplicações, pela durabilidade e resistência.

Deste modo, este novo espaço ira assentar sobre uma estrutura de suporte composta por vigas de madeira seca - tratada e divididamente nivelada -, por painéis *Viroc* - fixos á estrutura de suporte por parafusos e unidos entre eles com recurso a juntas macho-fêmea coladas com mástique - e pelo acabamento final em mosaico cerâmico nas zonas húmidas e em soalho de madeira de carvalho nos restantes espaços.

¹¹ Os materiais e aspetos construtivos relativos à cozinha tiveram como referência o seguinte site: <http://www.cozinhasarb.pt/>, acedido pela última vez a 24-05-2017.

Tal como o pavimento a estrutura do espaço será definida por vigas de madeira que surgem em simetria à estrutura existente no espaço de adegas, sendo o espaço um prolongamento desta, e delimitada pelos pátios de árvores interiores, criados com fim à preservação das árvores existentes na área de intervenção.

As paredes estruturais irão adotar o sistema de paredes com painéis *Viroc*, estruturadas com barrotes de madeira e devidamente isoladas. A cobertura surge com o mesmo sistema estrutural das paredes, contudo conta com o revestimento em chapas de zinco.

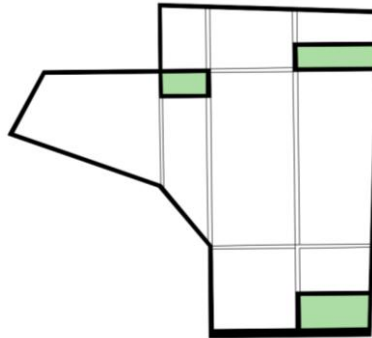


Figura 30 - Esquema explicativo da relação da estrutura do espaço de provas de vinhos com os pátios interiores.

O espaço de eventos irá contar com um sistema estrutural semelhante ao descrito anteriormente, sendo, contudo, necessária a substituição dos elementos em madeira por elementos metálicos que irão contribuir para a modelagem das dobras e torções que formam o espaço, fazendo analogia às dobragens de *origami*.

Deste modo, a estrutura da cobertura deste elemento será desenvolvida numa malha de perfis (tubulares) ocos, de 50,8cm de diâmetro - ligados entre si, formando nós e distribuindo forças, possibilitando a criação de uma estrutura resistente, leve e dinâmica - e por alguns cabos de aço, quando necessário. Sendo essa estrutura revestida essencialmente com painéis *Viroc*, isolamento térmico e por chapas de zinco.

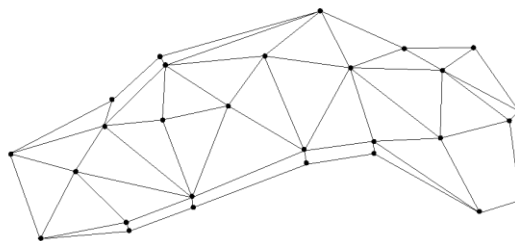


Figura 31 - Esquema dos nós da cobertura do espaço de eventos criados por tubos.

As forças exercidas pela cobertura serão descarregadas numa outra malha de perfis metálicos, em I de 35cm x 20,4cm, que se estende pelo pavimento, sustentado por pilares metálicos.

5.4.3. Apropriação Funcional e Espacial - “Habitar”

“O habitar é entendido muito para além da noção primitiva de abrigo e ocorre em espaços com carácter distintivo (original), em lugares existencialmente identificativos. A identidade do Homem depende directamente da sua pertença a um Lugar e este é, por sua vez, a manifestação concreta do habitar do Homem.” (Pires, 2008, p. 116)

A solução proposta resulta da atenção especial pela preexistência do lugar, nomeadamente ao nível da manutenção e valorização das relações visuais entre os elementos existentes e os novos. Passando os edifícios por diversas operações, aumentando os seus níveis de qualidade, e alcançando a conformidade com as exigências funcionais referentes aos empreendimentos de turismo de habitação.

Desse modo, o edifício principal do empreendimento, o Solar, dispõe de uma área de receção e atendimento a hóspedes, uma biblioteca, uma sala de estar de receção, uma sala que antecede ao escritório (onde se dá o acesso direto à tribuna da capela), uma sala de piano, um espaço refeições, a respetiva área de serviço (onde se situa a cozinha, a copa, os espaços de arrumo, a lavandaria e o acesso às habitações destinadas aos funcionários), um bar/garrafeira, um SPA e nove unidades de alojamento.

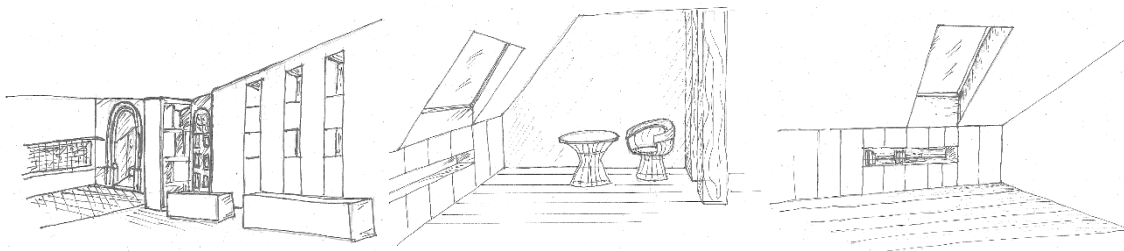


Figura 32 - Esquícios da área de receção e das aberturas zenitais do piso do Sótão.

O empreendimento conta ainda com um anexo que funciona paralelamente ao edifício principal, dispondo de uma sala de estar, de uma *kitchenette* e de três unidades de alojamento, sendo que uma delas é dotada de todas as competências essenciais para pessoas com mobilidade condicionada.

Todos os espaços foram pensados garantindo condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Sendo o Solar dotado de um elevador - que garante o acesso a cinco unidades de alojamento, detendo acesso restrito apenas ao sótão.

Tratando-se de uma proposta de reabilitação de um edifício com valor patrimonial, pretendeu-se manter, sempre que possível, a organização funcional e espacial do Solar. Deste modo, o acesso principal da habitação mantém-se pela sala de entrada, que mantém a sua função de receber - sendo neste espaço que surgem todos os acessos principais do empreendimento -, e

as unidades de alojamento, os espaços de estar e os espaços de refeições, ocupam as suas localizações originais, passando apenas por algumas reorganizações interiores.

A maioria das alterações ocorreram no piso térreo - com a implementação do espaço de Spa, do espaço de receção e do bar -, no Sótão - que foi reestruturado de modo a que pudesse ser habitável - e no edifício anexo ao Solar, que teve os seus interiores totalmente reorganizados, sendo dotado de todas as condições básicas de uma unidade habitacional.

Capítulo VI

6. Conclusões

A noção de património tem-se alargado como conceito, verificando-se, cada vez mais, o interesse social e político que a sua salvaguarda desperta nas sociedades contemporâneas. Entendendo-se o património, seja ele cultural ou natural, como uma herança do passado adquirindo valor para a sociedade.

Relativamente à classificação patrimonial, assiste-se a uma vocação expansiva, que se reflete na crescente diversificação dos objetos classificados como património e do incremento de ações de proteção desse património. Verificando-se o aumento do interesse por questões relacionadas, com pelo restauro do património, tanto a nível internacional como nacional, e da preocupação com a salvaguarda do património habitacional, face ao estado de conservação quer do parque habitacional, do não habitacional como das propriedades privadas ou públicas.

Sendo Portugal um país com um vasto património habitacional, a reabilitação desse património, muitas das vezes esquecido, tem vindo a crescer significativamente. Constituindo uma preocupação crescente da sociedade portuguesa, sendo identificada em todos os programas partidários, programas de governo, programas regionais e municipais, como uma prioridade e componente indispensável da política de desenvolvimento económico e sustentável do país e das cidades.

Do imenso património português, identificam-se as Quintas de Recreio e os Solares como alguns dos edifícios patrimoniais mais ricos, possuindo especificidades únicas que os definem. Contudo, uma vez que, na sua origem, estas Quintas foram surgindo fora do centro das cidades, expandindo-se ao longo das estradas e dos caminhos que delas irradiavam, devido à falta de consciência pela importância destes edifícios patrimoniais, o posterior desenvolvimento ordenado das cidades fez com que estes elementos nem sempre fossem convenientemente integrados, chegando, muitas das vezes, a ser destruídos perdendo-se, assim, grande parte do património do nosso país.

Deste modo, atualmente, a reabilitação do património revela-se um setor intrinsecamente ligado a fenómenos turísticos e de gestão da cidade, pressupondo o respeito pela geometria preexistente, como um ponto de partida geral da composição da solução proposta, procurando uma harmonia com a escala envolvente e a aplicação dos conhecimentos das cartas, recomendações e fundamentos teóricos que regem a conservação e o restauro.

O conceito de Reabilitação pressupõe a execução de estratégias que visam a valorização das qualidades do objeto, conservando o património material que se perpetuará pelo futuro, aproveitando e salvaguardando as estruturas antigas, portadoras de valor histórico, permitindo

valorizar a autenticidade do património e assegurando a prevalência da memória do sítio em confronto com uma nova utilização e programa que irá adotar.

A elaboração da presente dissertação propôs a exploração de um tema e de questões incontornáveis na prática de projetos de reabilitação. Surgindo, assim, a necessidade de apoiar a presente investigação teórica com um caso projetual concreto.

Deste modo, apresenta-se uma proposta de reabilitação de um edifício com valor patrimonial. Sendo escolhido o Solar da Família Pessanha na Quinta dos Buxeiros devido ao seu valor histórico, cultural e à sua importância para a cidade de Viseu.

Depois de um levantamento e análise sensível do lugar, conclui-se que a adaptação do Solar da Família Pessanha a empreendimento de turismo de habitação seria o programa ideal para estabelecer novas vivências na Quinta dos Buxeiros, atribuindo um novo uso e uma nova identidade resultante da implementação e da materialização de um novo programa funcional.

Pretendendo-se com a proposta arquitetónica, valorizar o património existente, requalificar as memórias do lugar e recuperar os fragmentos do passado, permitindo conjugar diferentes valores e experiências, articulando novos significados e novos programas.

Revitalizando o lugar surge a necessidade de investir em medidas que o tornem sustentável. Restituindo ao lugar uma vivência, embora não sendo a que o caracterizou, compatível com o seu significado cultural e espiritual, mantendo a paz original proporcionada pelos espaços. Preservando o lugar e dotando-o de todas as competências essenciais para o seu enquadramento na atualidade, contudo, não esquecendo as suas origens e memórias do passado.

Na sua dimensão local, pretendeu-se criar um equipamento que fomentasse trocas humanas, culturais, e que, também, contribui-se para o turismo local e para o aumento de emprego.

A Quinta é, assim, transformada num lugar versátil, relacionando o fator de recreio e de produção que surgem mutuamente, estabelecendo relações formais e funcionais.

Referências bibliográficas

AFONSO, Fernando. *O Mercado da Reabilitação: Enquadramento, Relevância e Perspectivas*. AECOPS, Lisboa, 2009.

ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pp. 896-898.

ALHO, C.; CABRITA, A. *Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu*. In Sociedade e Território nº6, 1988.

ALMEIDA, Suse Margarida Coelho. *Âncoras de Desenvolvimento. Os Equipamentos Coletivos no Desenho Urbano: O Caso de Viseu - Do Século XX até às Expansões mais recentes*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

ALVES, Alexandre. A Catedral de Viseu, Monumentos. Lisboa, 2000, pp. 8-11.

ANTUNES, Alfredo da Mata. [et al]. *Arquitetura Popular em Portugal - zona 1: Minho e Zona 2: Trás dos Montes*. 3ªed, Associação dos Arquitetos, Lisboa, 1998.

APPLETON, J. *Reabilitação de Edifícios Antigos - Patologias e Tecnologias de Intervenção*; Edições ORION, Amadora, 2003.

ARAÚJO, Borda Antônio. *Fundamentação Teórica do Restauro*. Cartas do Restauro, 2003.

ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Vol. I, Ministerio das Obras Publicas, D.G.S.U., Centro de Estudos Urbanos, Lisboa, 1962.

ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto*. Comunicação no colóquio “O Porto na época moderna”, Sep. Revista de História, Vol. II, Porto: FLUP, 1979, pp.375-388.

ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Quintas de Recreio*. In “Bracara Augusta nº 63 (75)”, Braga, 1973.

AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

AZEREDO, Francisco de. *Casas Senhoriais Portuguesas Roteiro da Viagem de Estudo do IBI: Da Serra - Memórias Ressuscitadas Da Província De Entre Douro, E Minho*. Editora Minho, Internationales Burgen Institut, 1986.

BALLART, Josep. *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Barcelona, Ariel, 1997.

BARROCA, Mário Jorge. *Em torno da residência senhorial fortificada*. Revista de História, 1989, pp. 9-61.

BINNEY, Marcus. *Casas Nobres de Portugal*. Editora Difel, Lisboa. 1987.

- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CALDAS, João Vieira. *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. Vol. I, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1999.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Vol. I e II, Tese de Doutoramento em Artes Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, Évora, 1995.
- CARTA, DE CRACÓVIA. *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Cracóvia (Polónia), 2000.
- CARVALHO, Paulo. *Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território*. Cadernos de Geografia. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 2007.
- CARVALHO, Teresa. *Solares de Portugal - A arte de bem receber*. Edições INAPA, 2007.
- CARVALHO, Tomás, Paulo Manuel de. *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. *Jardins com História*. Inapa, Lisboa, 2002.
- CASTILHO, Liliana Andrade de Matos. *Geografia do Quotidiano. A Cidade de Viseu no Século XVI*. Viseu: Edições Arqueohoje, 2009.
- CASTILHO, Liliana. *A cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII. Arquitetura e Urbanismo*. Volume I, Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2012.
- CHOAY, F. *A alegoria do património*. Lisboa Portugal, Edições 70, Lda., 2006.
- COCCOSSIS, H. / NIJIKAMP, H. *Urban conservat ion and planning*. In Planning for our cultural heritage. Ashgate, 1995.
- COELHO, M.J.P. *Património Mundial*. Estar editora, 1997.
- CORREIA, Alberto. *O mistério figurado: análise de uma Anunciação do Museu de Grão Vasco*. Viseu, 1995.
- DURAND, Jean-Yves. *Patrimónios / patrimônios*. In Coletivo, A função social do museu, Câmara Municipal de Montalegre, MINOM, 2006.
- FERREIRA, Paula Cristina Cardoso. *A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2010.
- FERRO, M. *Museologia e Conservação*. In Património Classificado: Atas dos encontros promovidos pelo IPPAR e pela UCP, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1997.

FLÓRIDO, Flávio Miguel Saraiva. *Tipificação de Soluções de Reabilitação de Paredes de Madeira em Edifícios Antigos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2010.

GIRÃO, Aristides de Amorim. *Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra Editora, Coimbra, 1925.

GLÓRIA, Ana Celeste. *Solares e casas nobres em Torre de Moncorvo (séculos XVII-XVIII)*. Revista CEPHIS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social) nº5, 2015, pp. 59-82.

GONÇALVES, Duarte Pinto. *Estudo às Casas Nobres Portuguesas para o entendimento da Casa de Alvelo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona do Porto, Porto, 2013.

GONÇALVES, M. E., coord. *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2001.

GRAMMONT, Anna Maria. *A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais*. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 4, núm. 3, septiembre, 2006.

GUILLAUME, M. *A política do património*. Campo das Letras, 2003.

LOPES, José Augusto Pereira. *Vil de Souto: Cantinho da Beira Alta. Suas Origens*. Volume I, Editora Muiraquitã, Viseu, 2001.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. Engenharia Civil, UM, Número 20, 2004, pp. 31-44.

MANTAS, Vasco Gil. *Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?*. Al-Madan, 2ª sér., nº12, Almada, 2003, pp.40-42.

MENDES, José Amado. *Requalificação e Preservação do Património Arquitectónico: fator de identidade em prol do desenvolvimento*. In Actas do Seminário Internacional “O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2005.

MENICONI, Rodrigo. *A Construção de uma cidade monumento: O caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1999.

MESQUITA, Marieta Dá. *História e Arquitectura, Uma Proposta de Investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como Situação Exemplar da Arquitectura Residencial Erudita em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

MOREIRA, Carla. *O entendimento do Património no contexto local*. OPPIUM, número1, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Ed. Blume, Barcelona, 1975.

OLIVEIRA, Rui e SOUSA, Hipólito. *Análise de intervenções em edifícios de valor patrimonial da Região Norte*. 3º ENCORE, Encontro Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, 2003, pp. 843-853.

- PÉREZ, Xerardo Pereiro. *Turismo Cultural - Uma visão antropológica*. II Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, El Sauzal, 2009.
- PESSANHA, José Benedito de Almeida. *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência*. Imprensa Portuguesa. Porto, 1923.
- PESSANHA, Vasco Luís S. de Quevedo. *Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens*. Lisboa, 1981.
- PIRES, Amílcar Gil. *O Lugar da Quinta de Recreio na Periferia de Lisboa*. In Arte e Teoria, Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº 9, Lisboa, 2007, pp. 79-91.
- PIRES, Amílcar de Gil. *Carácter da Arquitectura e do Lugar*. In Revista ARTiTEXTOS nº 06, Lisboa, 2008, pp. 107-120.
- PIRES, Amílcar Gil. *A Quinta de Recreio em Portugal*. Editor Caleidoscópio; Lisboa, 2014.
- POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*, França, Ed. Gallimard, 1997.
- RIEGL, A. *El culto moderno a los monumentos - Caracteres y origen*. Visor Distribuciones, Madrid, 1987.
- RODRIGUES, Sónia Marisa. Bases para o Projeto de Reabilitação do Solar da Família Pessanha na Aldeia dos Cortiços, em Macedo de Cavaleiros. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015.
- RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. New York, John Wiley: 161 Broadway, 1849.
- SANTOS, P.; SEIXAS, P.; ARAÚJO, P. *Pluralidades Portuenses*. Editora Civilização, 2003.
- SERRÃO, Joel. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- SOUSA, Ana Cláudia Encarnação de. *As quintas de recreio do século XVI em Portugal: a relação entre arquitectura, espaços verdes e recursos hídricos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2015.
- STOOP, Anne. *Palácios e casas senhoriais do Minho*. Civilização, Porto, 1993.
- TABOADA, Sofia Inês Amaral. *Projectar com o Lugar. Reabilitação da Quinta da Terra da Aguilha. Escola Profissional de Artes Circenses e Ofícios do Espectáculo*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.
- TEIXEIRA, Joaquim Lopes. *Descrição do sistema construtivo das Casas Burguesas do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Trabalho de síntese elaborado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, FAUP, Porto, 2004.
- TORELLY, Luiz P. P. *Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural*. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez., 2012.

UNESCO. *Convenção para a proteção do património mundial natural e cultural*, 1972.

VAZ, João Luís Inês. A Ocupação dos Espaços de Viseu na Época Romana. *MÁTHESIS*, nº15, Viseu, 2006, pp.143-154.

VIANA, Mário. *O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média*. Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval. Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo. Actas, 2012, pp. 313-344.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

Legislação

Lei nº 13/85, de 6 de julho

Lei nº 107/2001, de 8 de setembro

Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de outubro

Decreto-Lei nº. 307/2009, de 23 de outubro

Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro

Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio

DR 188, 2ª série, de 2013.09.30

Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março

Portaria nº 937/2008, de 20 de agosto

Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro (DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-N.º 12)

Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto

Webgrafia

Comissão Nacional da UNESCO - www.unesco.pt

Direção-Geral do Património Cultural -
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>, acedido pela última vez a 02-01-2017.

Domus-fortis in Æquator - <https://domusinaequator.wordpress.com/>, acedido pela última vez a 03/03/2017.

Viseu - Turismo do Centro - <http://turismodocentro.pt/artigo-regiao/viseu-dao-lafoes/>, acedido pela última vez a 07-04-2017.

Solares e brasões - <http://solaresebrasoes.blogspot.pt/2013/06/quinta-dos-buxeiros-figueiro-viseu.html>, acedido pela última vez a 07-04-2017.

<http://solaresebrasoes.blogspot.pt/2012/04/mata-da-familia-pessanha-figueiro.html>, acedido pela última vez a 07-04-2017.

PDM, Viseu - DR 188, 2ª série, de 2013.09.30. In <http://www.cm-viseu.pt/index.php/plano-diretor-municipal-de-viseum> acedido pela última vez a 07-04-2017.

Quinta da Comenda - In <http://www.quintadacomenda.net/index.php/pt/>, acedido pela última vez a 26-04-2017.

Quinta do Terreiro - In <http://www.solaresdeportugal.pt/>, acedido pela última vez a 27-04-2017.

- In <http://www.quintadoterreiro.com/>, acedido pela última vez a 27-04-2017.

ANEXOS

Anexo I - Família Pessanha - Heráldica da Família Pessanha - Descendência de Micer Manuel Pessanha

Anexo II - Família Pessanha - Ramo de Viseu - Figueiró

Anexo III - Levantamento Fotográfico

Anexo IV - Mapa de Anomalias

Anexo I

Família Pessanha

O apelido Pessanha é de origem genovesa e remonta ao ano de 1262 (Rodrigues, 2015). A origem da família está ligada a Manfredo (tal como se verifica na figura seguinte) natural de Passau, na Baviera, Alemanha, caracterizado como irrequieto, aventureiro e pirata, a quem o Imperador Othon - o primeiro Imperador Romano-Germânico -, fixou a posse de um senhorio territorial, onde se ficou a nomear por Passano, com italianização do vocabulário alemão (Pessanha, 1981).

A família surgiu em Portugal na pessoa de Micer Manuel Pessanha (Anexo I), filho de Micer Simone Passagno, contratado pelo Rei D. Dinis¹² - que tentando reorganizar e aproveitar as valiosas forças do país dedicou largas vistas e cuidados à navegação e ao comércio -, por 3.000 libras anuais para substituir no cargo de Almirante de Portugal, criado em 1307, o defunto 1.º Almirante Nuno Cogominho¹³ (Pessanha, 1981). É certo, no entanto, que nessa época, Portugal estaria ainda nos primórdios da arte da navegação, sendo indispensável recorrer a quem, naquela época, era reconhecido por felizes tentativas e hábito marítimo. Deste modo, a escolha recairia entre genoveses ou venezianos, pois tanto de uns como de outros, conheciam os efeitos do raro atrevimento náutico e o largo tráfico a que entregavam. Assim, o Rei D. Dinis encarregou dois cavaleiros da sua Corte, Vicente Enes César e João Lourenço, residentes em Avinhão, para encontrarem uma pessoa idónea de apoiar os portugueses na arte de navegar. Tendo por isso a escolha dos encarregados recaído no genovês Manuel Pessanha (Rodrigues, 2015).

Este vem então para Portugal tendo o rei D. Dinis o nomeado, por Carta de 1 de fevereiro de 1317, Almirante Mor das frotas e armadas do reino, tendo sido denominado como 1.º Almirante do Reino de Portugal (Pessanha, 1923).

Micer Manuel Pessanha casou em primeiras núpcias com D. Genebra Pereira, Filha de Gomes de Alpõe, e desse casamento nasceram: Micer Carlos Pessanha - que seguindo as pisadas do pai, também se tornou o 2.º Almirante-Mor do Reino de Portugal, sendo o primeiro a ajudar o Almirante de Castela -, Micer Bartolomeu Pessanha - que lhe sucedeu no Almirantado e foi o 3.º Almirante-Mor do Reino de Portugal e se casou com Leonor Gomes de Azevedo, filha de Gonçalo Gomes de Azevedo - e Leonor Gomes - que, depois de viúva, foi Comendadeira da Ordem de Avis, no Mosteiro de Santos, em Lisboa.

¹² D. Dinis foi o sexto rei de Portugal, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, nasceu a 9 de outubro de 1261 e faleceu em 1325. Foi aclamado rei em Lisboa, em 1279, tendo governado durante 46 anos. In SERRÃO, Joel. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

¹³ Nuno Fernandes Cogominho foi nomeado em 1307 para o cargo de Almirante de Portugal, cargo criado pelo Rei D. Dinis, no século XIII com a função de exercer o comando da Armada Real. In VIANA, Mário. *O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média*. Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval. Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo. Actas, 2012.

Do seu segundo casamento com Leonor Afonso da Franca, filha de Lançarote da Franca, nasceu, em 1330, Micer Lançarote Pessanha, Cavaleiro Fidalgo, que também sucedeu a seu irmão no ofício de 4.º Almirante-Mor do Reino de Portugal a 20 de setembro de 1356, e casou com Catarina Vaz, da qual teve geração, e que continuou o apelido, tendo deste casamento nascido cinco filhos: Manuel Pessanha - que veio a ser o 6.º Almirante-Mor do Reino de Portugal -, Antão Pessanha, Simoa Pessanha, Carlos Pessanha - 7.º Almirante-Mor de Portugal - e Diogo Pessanha (Albuquerque, 1994).

I	Manfredo	984
II	Riccio	1.025
III	Rustico	1.063
IV	Guido	1.080
V	Rubaldo	1.119
VI	Oberto	1.171
VII	Rubaldo	1.211
VIII	Rolando	1.247
IX	Arduino	1.280
X	Simone	1.305
XI	Manuel Almirante de Portugal	1.317

Figura 33 - Os Primeiros Pessanhas.

Heráldica da Família Pessanha

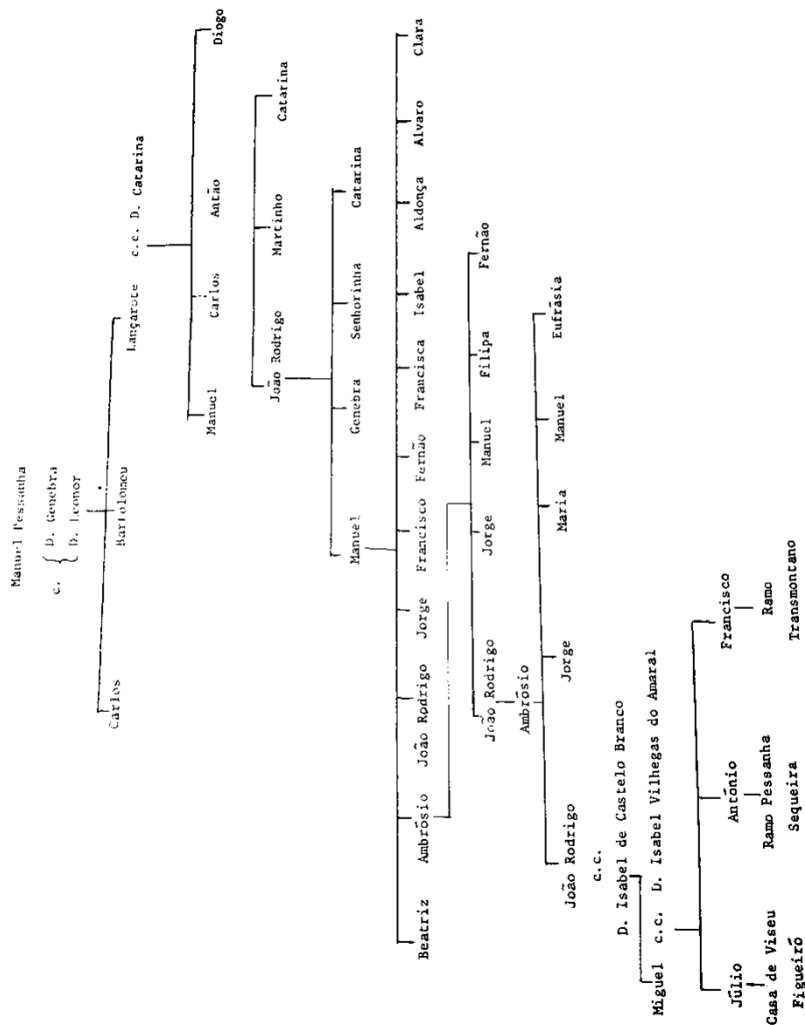


Figura 34 - Brasão de Armas da família Pessanha.

Armas: em campo de prata, com três flores-de-lis, de prata, sobre uma banda dentelada de vermelho, e com timbre

Timbre: uma asa vermelha e sobre ela uma flor-de-lis do escudo (Rodrigues, 2015).

Descendência de Micer Manuel Pessanha



Anexo II

Família Pessanha - Ramo de Viseu - Figueiró

Segundo a perquirição realizada por Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha, em 1981, traduzida no livro “Quinta do Ferro, Memória Sobre a Histórias da Quinta e Algumas das suas Personagens”, conta-se que pela primeira vez, nos fins do século XVI, a família Pessanha se estabelece em Viseu, na casa e quinta de Figueiró. Sendo de destacar o nome de Vasco Luís Pessanha Vilhegas do Casal - filho mais velho de uma irmã de Júlio César Faria Coutinho, Joaquina Candida de Faria Coutinho e de Eduardo Pessanha Vilhegas do Casal - nascido a 10 de março de 1854, como o representante do “(...) moradio da Quinta dos Buxeiros, em Figueiró, fundada no início do século XVI por Vasco Paes Cardoso do Amaral e desde então designada como o solar do ramo de Viseu, da família Pessanha.” (Pessanha, 1981, p. 58)

Os Vilhegas de Viseu descendem de Fernão de Vilhegas, casado em Viseu com Brites Rodrigues da Costa. Dona Isabel do Amaral, sua bisneta, vem mais tarde a casar com Miguel Pessanha Castelo Branco. Deste casamento provêm três filhos, António, Júlio, senhor da casa de Viseu, e Francisco Pessanha, que segue a carreira militar, e por motivos políticos, ou de funções públicas, vai depois da restauração de 1640, para Nozelos, sede de antigo concelho, próximo das Arcas (Macedo de Cavaleiros) (Rodrigues, 2015). Recebido e estimado pelos Sá Morais, das Arcas, gente nobre e abastada, estes logo o querem para marido de sua filha Joana, tendo, assim, início o ramo transmontano dos Pessanhas (Pessanha, 1981).

É ainda do livro de Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha que se encontram descritas as “personagens” da Família Pessanha que mais marcaram a passagem dos Pessanhas em Viseu, tal como se apresenta seguidamente.

Vasco Luís Pessanha Vilhegas do Casal

Vasco Luís Pessanha Vilhegas do Casal casou, com sua prima direita, Maria Carlota Saraiva Quevedo, filha mais nova de Júlio César Faria Coutinho e Maria do Carmo de Saraiva de Quevedo. Contudo, este casamento provocou grande tensão entre as duas famílias, já que Vasco Luís, como filho mais velho de Eduardo Pessanha Vilhegas e Joaquina Candida de Faria Coutinho, era suposto casar com Virgínia Saraiva Quevedo, filha mais velha de Júlio Cesar e de Maria do Carmo e seu irmão mais novo, Francisco Pessanha Vilhegas do Casal, é que estava destinado, por consenso estabelecido entre os pais dos futuros nubentes, a desposar a filha mais nova Maria Carlota. Assim, Maria Carlota abandonou, contra a vontade dos pais, a casa paterna -

Quinta do Ferro¹⁴ - para se casar com Vasco Luís e, finalmente, Virgínia acabaria por se casar com Francisco.

Júlio Cesar nunca se acomodou à nova situação, tendo-se recusado definitivamente a receber na Quinta do Ferro, ou a visitar em Figueiró, o casal Vasco Luís e Maria Carlota, inclusivamente à hora da morte, quando estes tentaram ainda na Quinta do Ferro, vê-lo em vida pela derradeira vez.

Vasco Luís e Maria Carlota viveram sempre em Figueiró, local onde Vasco Luís se dedicou essencialmente, durante toda a sua vida. Tendo assumido a administração das suas propriedades em Figueiró e na região de Viseu, que herdara de seu tio avô, José Gaudêncio Pessanha e que se encontravam, na época, bastante ao abandono.

Vasco Luís faleceu, já viúvo, em 19 de novembro de 1929, em Figueiró, sucedendo-lhe, como herdeira universal, sua única filha Maria das Mercês (Pessanha, 1981).

Maria das Mercês de Quevedo Pessanha



Figura 35 - Maria das Mercês de Quevedo Pessanha.

Maria das Mercês de Quevedo Pessanha, nascida a 13 de abril de 1886, em Figueiró, foi a única filha resultante do casamento de Vasco com Carlota.

Educada em Lisboa, num colégio de religiosas francesas, veio a casar-se com o Dr. Armindo Marinho da Cunha, de quem se veio a divorciar anos mais tarde, já após o falecimento de seus pais. Apesar se ter vivido em Lisboa até finais dos anos 20, viajou frequentemente pela Europa, em visitas a seu primo direito Vasco, enquanto diplomata em posto, e acabou por se radicar

¹⁴ Quinta de Ferro, antigamente conhecida por Quinta do Távora. Ligada, desde cedo à família Saraiva que, posteriormente, se ligou aos Quevedos e mais tarde aos Pessanhas de Viseu.

definitivamente em Figueiró, após a morte de seus pais, onde veio a falecer, sem descendentes diretos, com a idade de 94 anos, em 21 de fevereiro de 1980 (Pessanha, 1981).

Pela sua forte e independente personalidade, austeridade de hábitos e dedicação posta ao serviço da conservação do património familiar, herdado de seus pais, tornou-se como que o símbolo vivo e o chefe incontestado de toda a família Pessanha. Tendo dedicado “(...) a sua vida à administração direta das suas propriedades, espalhadas por vários pontos da Beira Alta, restaurando casas e capelas, beneficiando propriedades, imprimindo nas suas ações e contactos, o cunho da sua determinação e personalidade pouco vulgares, tornando-se, assim, alvo de admiração e respeito em todos os círculos em que se processou a sua vida. “(Pessanha, 1981, p. 60).

Francisco Pessanha Vilhegas do Casal



Figura 36 - Virgínia Saraiva Quevedo Pessanha e Francisco Pessanha Vilhegas do Casal.

Francisco Pessanha Vilhegas do Casal, irmão mais novo de Vasco Luís, nascido a 14 de fevereiro de 1962, veio a casar, em Viseu, em 1881, com sua prima direita Virgínia, filha, como já referido, do Visconde da Quinta do Ferro. Tendo vivido, na primeira fase da vida, no casal das Gouveias, acabou por mais tarde adquirir, em Viseu, a casa Perbenda, à família Lapa de Nápoles, onde passou a residir.

Inicialmente, Francisco seguiu a carreira militar e mais tarde foi membro da Câmara de Deputados, ainda no regime da monarquia.

Grande amigo de seu irmão Vasco, veio a falecer, viúvo, também, pouco antes dele, em 6 de novembro de 1929.

Do casamento de Francisco e Virgínia nasceram dois filhos, Vasco Francisco Caetano e Maria do Carmo.

Maria do Carmo de Quevedo Pessanha Vilhegas do Casal, nascida a 17 de junho de 1886, viveu grande parte da sua vida em Viseu, onde casou em primeiras núpcias com D. Juan Nogales de

Randau y Peres, d'Avila de Ciudad Rodrigo, com quem teve dois filhos, Cristian e Virgínia. Em segundas núpcias casou com Mariano Beliure, escultor espanhol, mudando-se com ele para Espanha, onde faleceu em 1974 (Pessanha, 1981).

Vasco Francisco Caetano de Quevedo Pessanha Vilhegas do Casal



Figura 37 -Embaixador Vasco de Quevedo Pessanha.

Vasco Francisco Caetano de Quevedo Pessanha Vilhegas do Casal, nascido em Figueiró, a 24 de março de 1884, iniciou os seus estudos em Viseu, no colégio do Padre Barreiros e concluiu a sua licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra, com 21 anos.

Em 12 de novembro de 1907, casou com D. Maria Augusta da Fonseca Coutinho e Castro, filha de José Joaquim de Castro e Vasconcelos e de D. Ana Delfina de Albuquerque da Fonseca, filha dos Viscondes de Portalegre. Com quem teve quatro filhos: Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha, Maria Adelaide Virgínia de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha, Maria de Lourdes de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha e Maria José de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha.

Ingressou, em janeiro de 1905, na carreira diplomática, como Adido de Legação e desde essa data até maio de 1911, esteve colocado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, posteriormente, na Direção Geral dos Negócios Políticos e Consulares e como secretário particular do Ministro dos Estrangeiros.

Em 16 de maio de 1911, foi nomeado cônsul de Portugal em Ciudad Rodrigo, período particularmente conturbado dos primeiros anos da República, em que se processaram as duas incursões monárquicas de novembro de 1911 e julho de 1912, com visita a derrubar o regime recentemente implantado.

Em 31 de agosto de 1912 foi nomeado 2º Secretário da Legação de Berlim, interinamente encarregado de negócios e, posteriormente, Encarregado de Negócios na Legação Portuguesa, em Madrid. Após ter sido nomeado, a 13 de dezembro de 1917, durante o consulado de Sidónio

Pais, Governador Civil de Aveiro, foi nomeado, a 29 de janeiro de 1918, como 2º Secretário da Legação em Madrid e interinamente encarregado dos Negócios da mesma Legação.

Em outubro de 1919, foi nomeado Cônsul Geral no Rio de Janeiro, contudo apesar de não ter tomado posse, nesse mesmo ano chefiou o Protocolo do Ministério dos Estrangeiros e regressou, posteriormente, a Madrid como 1º Secretário de Legação, Encarregado dos Negócios e em junho de 1921 como Ministro Conselheiro.

Em 31 de maio de 1922, foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Varsóvia, em 3 de abril de 1928, Ministro em Bruxelas e em julho do mesmo ano, Ministro em Berna.

Nos anos que se seguem, integra as diversas delegações portuguesas à 9ª, 10ª, 11ª e 12ª, Assembleias Gerais da Sociedade das Nações e chefia a delegação Portuguesa à 12ª, 14ª e 16ª Conferência Internacional do Desarmamento, 4ª Conferência Geral do Comércio, entre outras.

Em junho de 1933, é nomeado Diretor Geral dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em julho de 1937, preside à delegação portuguesa à Comissão Internacional de Limites com Espanha e, a 30 de dezembro de 1936, é nomeado Ministro Plenipotenciário junto da Santa Sé. Sendo que nos anos seguintes participou ativamente nas negociações entre o Estado Português e a Santa Sé, relacionadas com a Concordata, que assinou em nome do governo português e foi ainda Camareiro Secreto de Sua Santidade desde Bento XV e condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, Oficialato da Ordem Militar de Santiago e Espanha, Grã-Cruz da Ordem Polónia Restituta, Grã-Cruz de Leopoldo II da Bélgica, Grã-Cruz de S. Gregório Magno, Comendador da Ordem de Isabel a Católica.

Vasco de Quevedo Pessanha Vilhegas do Casal acaba por falecer em Lisboa, já retirado da carreira diplomática, a 5 de fevereiro de 1943.

Das propriedades da família, herdadas por sua mãe, a partilha entre Vasco e sua irmã Maria do Carmo, vêm a efetuar-se de forma que coube a esta última o casal das Gouveias - que posteriormente vendeu a sua prima Maria das Mercês e seu sobrinho Vasco, filho de seu irmão -, ficando para Vasco as metades indivisas da Quinta do Ferro e da Alegria, terras em Palhais, Rio de Mel, propriedades de Longroiva e Casal de Vilar Maior (Pessanha, 1981).

Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha



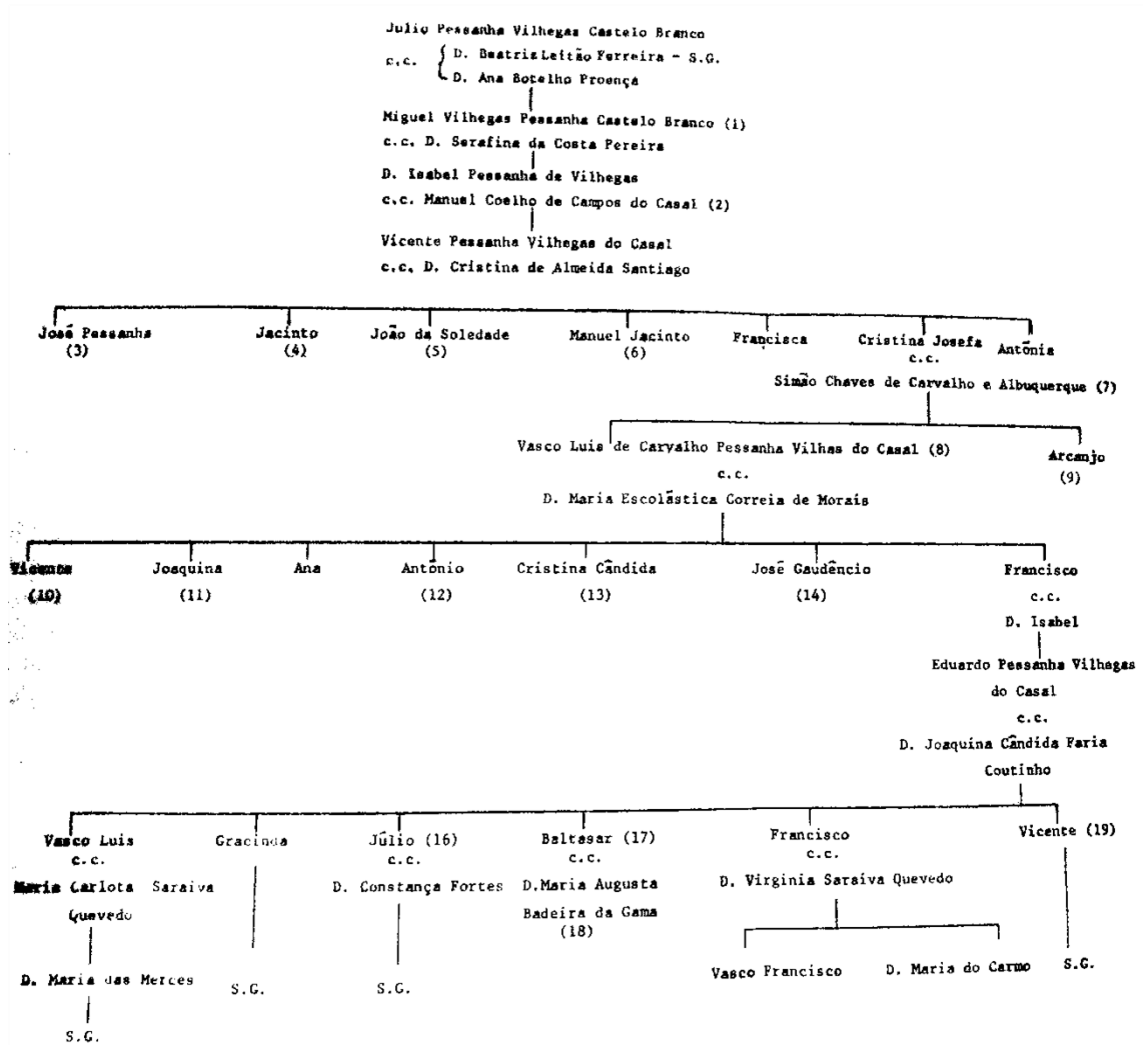
Figura 38 - Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha.

Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha, nascido a 3 de julho de 1909, em Lisboa, casou em novembro de 1933, em Berne, Suíça, com Nelly Marguerite Jeanne Schulthess, filha de Edmont Schulthess, Presidente da Confederação. Deste casamento nasceram: em Berne, a 2 de agosto de 1935, Margarida - que casou, em 1965, com Manuel Rafael Mendonça Gurjão Henriques, com quem teve duas filhas: teresa, nascida a 23 de julho de 1967, e Isabel, nascida a 24 de maio de 1970 -, em Berne, a 22 de agosto de 1937, Maria José - que casou, em 1972, com João de Deus Bataglia Ramos, de quem teve duas filhas: Alexandra, nascida a setembro de 1978, e Cristina -, em Berne, a 20 de outubro de 1938, Maria das Mercês - que casou com Richard Donald Freemon, em dezembro de 1971, com quem teve dois filhos: Alexander, nascido a 28 de junho de 1974, e Gregory, nascido a 25 de março de 1977 -, em Lisboa, a 21 de outubro de 1942, Vasco Luís (Pessanha, 1981).

Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha, filho de Vasco Francisco Caetano de Castro Coutinho de Quevedo Pessanha e de Nelly Marguerite Jeanne Schulthess, tal como referido anteriormente, casou em outubro de 1970, com Ana Maria Gasiba da Silva Medina, não tendo deixado descendência.

Vasco Luís ficou responsável pela administração da Quinta dos Buxeiros, em Figueiró e pelas restantes propriedades, espalhadas por vários pontos da Beira Alta, após a morte de Maria das Mercês de Quevedo Pessanha, e até à data de sua morte a 28 de novembro de 2013. Após a sua morte a Quinta ficou a cargo da sua esposa Ana Maria Gasiba da Silva Medina Quevedo Pessanha.



(1)-Manuel Vilhegas Pessanha Castelo Branco - Carta de Bra
 zão passada em 1717

(2)-Antiga família da região de Viseu - Ver Coelhos de Cam
 pos do Casal, em Dr. José Coelho - Viseu e sua região.

(3)- Formado em Cânones

- (4) - Presbítero do hábito de S. Pedro
- (5) - Frade Capucho
- (6) - Capitão de Auxiliares S.G.
- (7) - Simão Chaves de Carvalho e Albuquerque - Filho de Antônio Chaves de Carvalho e de D. Mariana Albuquerque. Neto paterno de Manuel Chaves e D. Leoneza Dias, bisneto paterno de Manuel Lopes de Carvalho e Chaves e de D. Joana Novais.
- (8) - Vasco Luis de Carvalho Pessanha - Carta de Brazão passada em 1788 por D. Maria I. Bacharel em Direito.
- (9) - Arcanjo Pessanha - Cônego da Sé de Viseu, falecido em 1827
- (10) - Vicente Pessanha - Falecido na prisão de Almendra, em 1831. S.G.
- (11) - Joaquina - S.G.
- (12) - Antônio - Oficial do Exército, falecido na Guerra Peninsular
- (13) - Cristina Candida - Casada com o Brigadeiro João Correia Guedes Pinto, S.G.
- (14) - José Gaudêncio - Juíz de Fora na Graciosa, Presidente da Câmara de Viseu, Vogal do Conselho do Distrito, Governador Civil.
- (15) - Francisco - Falecido em Espanha, como oficial do exército auxiliar, durante a Guerra Peninsular.
- (16) - Júlio - Juíz de Direito. Nasceu em 28.8.1857 e faleceu em Lisboa, em 1914. Casado com D. Constança Coelho Fortes.
- (17) - Baltazar - Nasceu em 5.12.1860. Seus filhos: Candida, Tomaz, Júlia, Clara, Gonçalo e Mercês.
- (18) - Filha do Morgado da Torre
- (19) - Vicente - Nasceu em 2.12.1866 e faleceu em 27.11.1943.

Anexo III

Levantamento Fotográfico



Figura 39 - Entrada principal e entrada de serviço da Quinta dos Buxeiros.

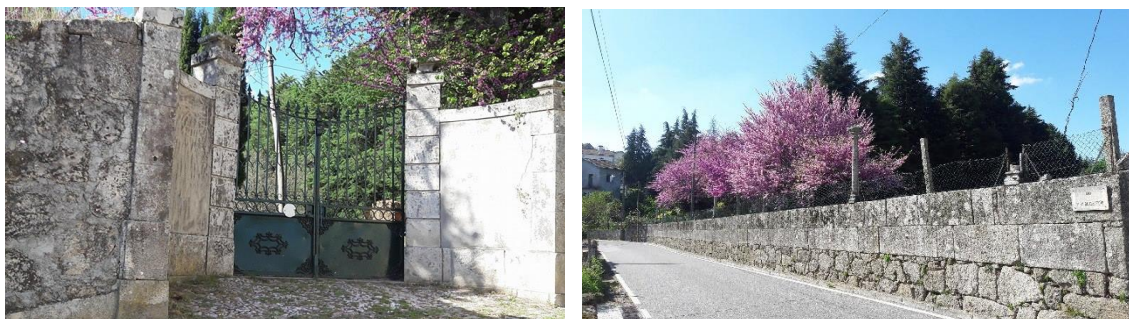


Figura 40 - Entrada para as zonas de horta da Quinta.



Figura 41 - Alçado Sul (Alçado Principal) do Solar da Família Pessanha.



Figura 42 - Alçado Norte.



Figura 43 - Alçado Este.



Figura 44 - Alçado Oeste do Solar e da Capela.



Figura 45 - Antigo oratório e antigo viveiro de aves.



Figura 46 - Espaço de arrumo e casas destinadas aos caseiros e outros subordinados da Quinta.



Figura 47 - Entrada do Jardim de Inverno e Alçado Principal do antigo estábulo.



Figura 48 - Jardim de Inverno da Quinta dos Buxeiros.



Figura 49 - Jardim Formal da Quinta dos Buxeiros.



Figura 50 - Jardim voltado para o Alçado Norte com uma pequena estufa.



Figura 51 - Fontes, lagos e poços existentes nos jardins da Quinta, para efeito de ornamento e de rega.



Figura 52 - Caramanchões formados por Glicínias.



Figura 53 - Pérgulas voltadas para os espaços de Cultivo.



Figura 54 - Pequeno Miradouro, presente no muro da entrada de serviço, com caramanchão formado por Glicínias.



Figura 55 - Percurso dos bancos dos namorados com vista para as hortas.

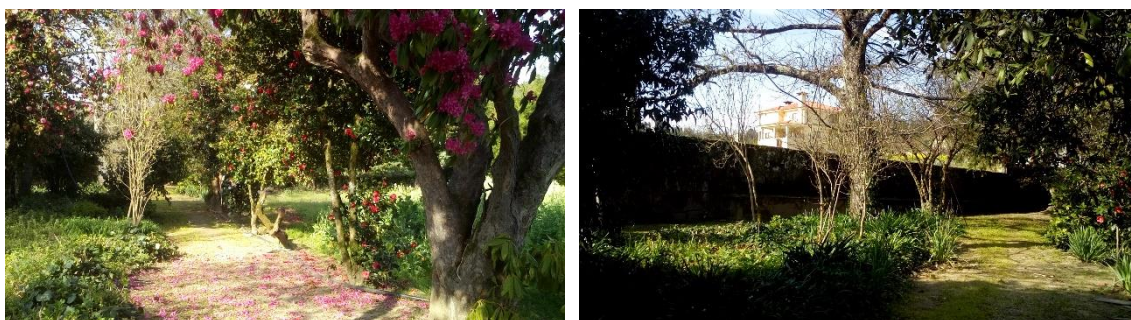


Figura 56 - Percursos pelos jardins a norte do Solar.



Figura 57 - Tanques existentes na zona de hortas, destinados à rega e à ornamentação desta.

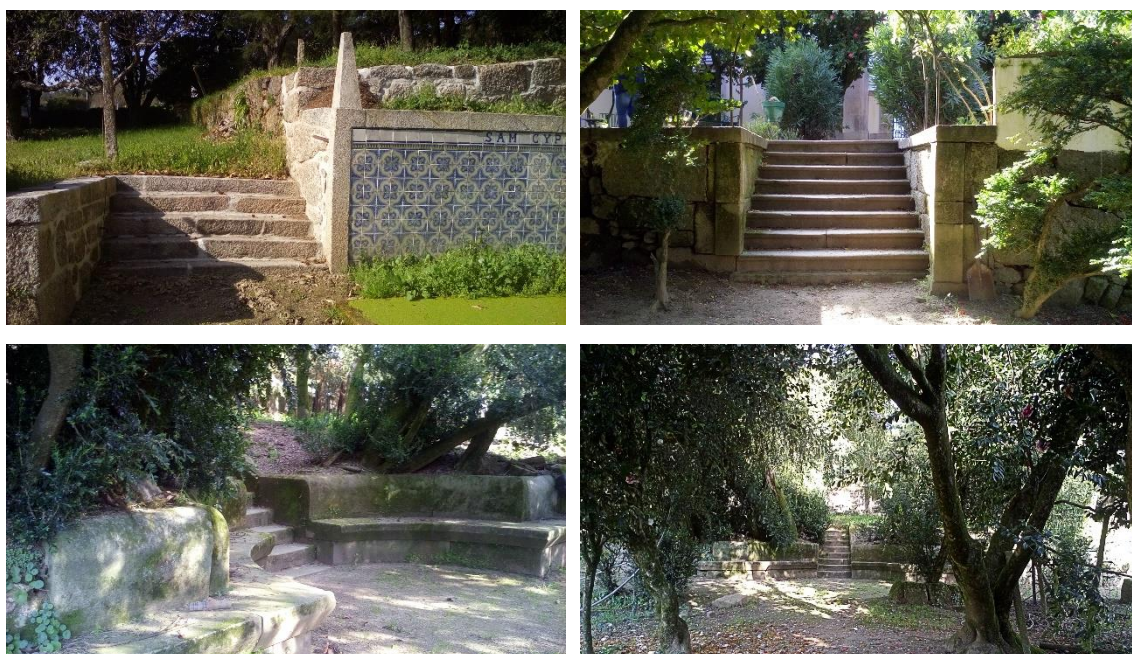


Figura 58 - Acessos aos espaços de hortas.

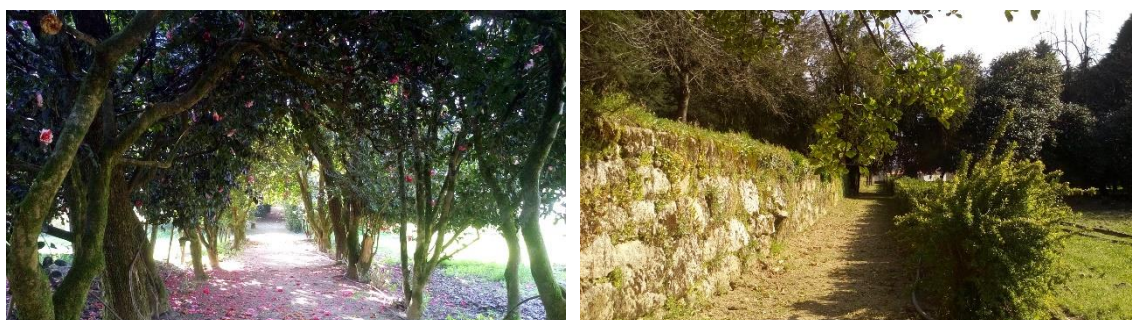


Figura 59 - Percurso das Camélias e percurso entre hortas.



Figura 60 - Espaços destinados a hortas (atualmente em desuso).



Figura 61 - Linha de água que trespassa os espaços de horta.















Figura 62 - Entrada Principal para a Mata pertencente à Quinta dos Buxeiros.









Nota:





Do levantamento fotográfico efetuado, na presente Dissertação de Mestrado constam, a pedido do proprietário, apenas as fotografias referentes aos exteriores da Quinta e do Solar.



Anexo IV

Mapa de Anomalias

Identificação da anomalia	Nº 1 - Localização da imagem	
Degradação dos “bancos dos namorados” encastrados em muretes de pedra.		 
Identificação da anomalia	Nº 2 - Localização da imagem	
Degradação dos bancos e das escadarias exteriores em pedra.		 
Identificação da anomalia	Nº 3 - Localização da imagem	
Degradação muros de contenção da Quinta e da Mata.		 
Identificação da anomalia	Nº 4 - Localização da imagem	
Degradação dos constituintes dos espaços anteriormente destinados às hortas: muros destruídos e repletos de colonização biológica; revestimento vegetal irregular e coberto vegetal de ervas daninhas.		 

<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de recuperação das Pérgulas existentes na entrada destinada aos espaços de horta.</p>	<p>Nº 5 - Localização da imagem</p>  
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Degradação e desativação de alguns equipamentos de água: tanques de rega e destinados lavagem de roupa.</p>	<p>Nº 6 - Localização da imagem</p>  
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Degradação dos muretes dos lagos e tanques.</p>	<p>Nº 7 - Localização da imagem</p>  
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Degradação das paredes interiores de uma pequena estufa.</p>	<p>Nº 8 - Localização da imagem</p>  

<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de recuperação dos painéis de azulejos responsáveis pelo ornamento de fontes, bancos e de pequenos apontamentos nas fachadas da casa.</p>	<p>Nº 9 - Localização da imagem</p> 
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Degradação dos caminhos, dos pavimentos e dos canteiros.</p>	<p>Nº 10 - Localização da imagem</p> 
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de manutenção de algumas das cantarias e cornijas em pedra, do Solar. Danificadas com Crostas Negras, causadas pelas águas da chuva.</p>	<p>Nº 11 - Localização da imagem</p> 
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de recuperação dos telhados, que se apresentam danificados e em risco de colapso em algumas áreas, e das chaminés do Solar.</p>	<p>Nº 12 - Localização da imagem</p> 

<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de manutenção das paredes, dos tetos e dos pavimentos interiores.</p> <p>Necessidade de recuperação dos painéis de azulejos, dos frescos e dos pavimentos interiores.</p>	<p>Nº 13 - Localização da imagem</p>  
<p>Identificação da anomalia</p> <p>Necessidade de manutenção das paredes da capela da Quinta, a nível interior e exterior, dos pavimentos, das tribunas e do fresco pintado no teto.</p>	<p>Nº 14 - Localização da imagem</p> 